

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

VANESSA APARECIDA ALVES DE LIMA

Ecologia e Juízo Moral  
Vozes da Liderança Ambiental em Rondônia

São Paulo  
2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VANESSA APARECIDA ALVES DE LIMA

Ecologia e Juízo Moral  
Vozes da Liderança Ambiental em Rondônia

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da  
Universidade de São Paulo para obtenção do  
título de Doutor em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do  
Desenvolvimento Humano  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ronilda Ribeiro

São Paulo  
2005

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Vanessa Aparecida Alves de Lima  
Ecologia e Juízo Moral  
Vozes da Liderança Ambiental em Rondônia

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da  
Universidade de São Paulo para obtenção do  
título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do  
Desenvolvimento Humano

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ronilda Ribeiro

Aprovado em: \_\_\_/Junho/2005.

### Banca Examinadora

---

---

---

---

---

**Para Luiza, minha maior virtude.**

## **Agradecimentos**

A minha mãe, que sempre acreditou.

A Wilson, meu grande amor, pelas ausências na cama.

Aos entrevistados, por terem cedido generosamente detalhes de suas vidas, suas idéias e seu tempo.

A Ronilda Iyakemi Ribeiro, minha “mãe preta”, pela guia, pelo carinho.

A Yves de La Taille, sem o qual minhas definições na Psicologia Moral não existiriam.

A João Luiz Hoefel, que com suas valiosas sugestões, definiu as bases deste trabalho.

Aos amigos da *República de Rondônia*, por terem ajudado a parir as idéias desta tese.

Em especial a Hercília Junqueira e Ana Maria Lima pela longa caminhada, dividindo lençóis e pratos.

Em especial também a Juliano Cedaro e Luis Alberto de Mattos, pela amizade carinhosa.

Pela torcida e pelas rezas de Ana Zimmer e Rosinei Noronha, amigas queridas.

A Lino de Macedo, Marilene Proenca e Miguel Nenevé, pela coordenação do Programa de Doutorado Interinstitucional de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

UNIR/USP

“Como essa devastação continua em plena vigência, apesar de todas as metamorfoses históricas sofridas pelo país a partir do fim do escravismo, a busca por essa lógica, se é que ela existe, continua a ser uma tarefa teórica e política de primeira grandeza” (Pádua, 2002, p. 285).

## RESUMO

LIMA, Vanessa Aparecida Alves de. **Ecologia e juízo moral: vozes da liderança ambiental em Rondônia**. 2005. 220p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Psicologia e Ecologia são duas áreas onde se expressa com a qualidade de vida do ser humano. O processo de degradação ambiental com o uso irracional dos recursos não renováveis é uma preocupação crescente da população mundial. A busca de um meio ambiente saudável para todos é perpassado por processos de aprendizagem e construção de identidade dos indivíduos. A psicologia busca alternativas para auxiliar nesta conquista através de muitas áreas, como a psicologia ambiental, psicologia social entre outras. Neste trabalho proponho a análise da ecologia nos processos de defesa ambiental através da Psicologia Moral. É importante para a psicologia moral estender seu campo de análise a áreas fundamentais da necessidade e relações humanas, e nesta relação com a ecologia as pesquisas são incipientes. A tese que se apresenta é de que a ecologia é moral. Líderes ambientais do estado de Rondônia, selecionados através do método de Bom Meihy (1996) para a construção de redes, ao falar de suas atividades na defesa ambiental, descrever o histórico através do qual construíram uma consciência ecológica, apresentar um juízo moral através de dilemas e entrevistas inquérito, corroboram a tese, demonstrando a existência de uma personalidade moral ecológica, baseada na análise subjetiva da justiça e princípios éticos universais. Os líderes apresentam também uma ética ecológica, uma ética verde, baseada na sustentabilidade. São referenciais teóricos da psicologia moral, Kant (1785/1936), Piaget (1932), Kohlberg (1955) e Puig (1998). O trabalho apresenta ainda as áreas da ecopedagogia, ecofilosofia, ecopsicologia e psicologia ambiental e debate a problemática ambiental contemporânea.

Palavras Chave: Psicologia Moral. Juízo Moral. Ecologia. Ecopsicologia. Liderança. Defesa do Meio-ambiente.



## ABSTRACT

LIMA, Vanessa Aparecida Alves de. **Ecology and moral judgment: voices of environmental leadership in Brazilian state of Rondonia.** 2005. 220p. Thesis of doctorate – Institute of Psychology, University of Sao Paulo, Sao Paulo, Brazil.

Psychology and Ecology are two areas on which it is linked with quality of life. The process of environmental degradation due to the irrational use of non renewable resources is a great concern all over the world.

The search for a healthy environment for everyone is followed by the learning process and the formation of individual character. Psychology seeks alternatives such as environmental psychology, social psychology and others in order to give support on that issue. The following paper proposes the analyses of ecology based on the environmental defense process using the Moral Psychology. It's important to the Moral psychology to broaden its analytical field to fundamental areas linked to human needs and based on this same relation with ecology, as far as it concerns, the researches can be considered incipient. The following thesis support the argument that ecology is moral Environmental leaders from Rondonia, selected by the Bom Meihy's Methody for the formation of nets; when questioned about their activities concerning environmental defense, the historical process on which it was built on ecological concern to present a moral judge based on dilemmas and interviews, corroborate the thesis, showing a moral environment personality existence based on the subjective analyses of justice and ethical principles. The leaders also present an ecological ethic, a "green" ethic based on sustainability.

It can be mentioned important references from the Moral Psychology, as it follows. Kant (1785, 1936), Piaget, Kolberg (1955) and Puig (1998). This paper also presents studies that join Ecology to Education, Philosophy, Psychology and Environmental Psychology and it discuss the current problems of our environment.

Key words: Moral Psychology. Moral Mudgment. Ecology. Ecopsychology. Leadership.

Environmental Defense

## RÉSUMÉ

**LIMA, Vanessa Aparecida Alves de Lima. Écologie et Jugement Moral. Voix du Leadership Environnemental en Rondônia.** 2005. 220 f. Thèse (Doctorat) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

La Psychologie et l'Écologie sont deux domaines où l'on s'exprime avec la qualité de la vie de l'être humain. Le processus de dégradation environnementale issu de l'usage illimité des ressources pas renouvelables est devenu un soucis grossissant pour la population mondiale. La quête d'un environnement salubre pour tous n'est pas considéré dans les processus d'apprentissage et de construction d'identité des sujets. La psychologie cherche des voix pour contribuer à cette conquête moyennant plusieurs domaines tels que la psychologie environnementale et la psychologie sociale parmi d'autres. Dans ce travail je propose donc analyser la psychologie dans les processus de défense environnementale par l'intermédiaire de la Psychologie Morale. C'est important pour celle-ci d'élargir ses champs d'analyse vers des domaines fondamentaux du besoin des rapports humains et du rapport avec l'écologie dont les recherches sont récentes. Ce que soutient cette thèse-ci c'est la qualité morale de l'écologie. Lorsque des leaders environnementaux de la province de Rondônia, choisis moyennant la méthode de Bom Meihy (1996) pour la construction de réseaux, parlent de leurs activités pour la défense environnementale et décrivent l'histoire à partir de laquelle ils ont construit une conscience écologique, présentent un jugement moral avec des dilemmes et des recherches-action, corroborent la thèse en démontrant l'existence d'une personnalité morale écologique basée sur l'analyse subjective de la justice et des principes éthiques universaux. Les leaders manifestent aussi une éthique écologique, une éthique verte, basée sur la sustentation. En tant que référents théoriques de la psychologie morale nous avons Kant (1785/1936), Piaget (1932), Kohlberg (1955) et Puig (1998). Le travail présente aussi les domaines de l'écopédagogie, l'écophilosophie, l'écopsychologie environnementale et traite la problématique environnementale contemporaine.

Mots Clés: Psychologie Morale. Jugement Moral. Écologie. Écopsychologie. Leadership.  
Défense de l'Environnement.

## **Sumário**

|  |    |
|--|----|
| Apresentação   | 15 |
| Cap. 1. Que Ecologia é Esta?   | 21 |
| Cap. 2. Diversas Visões sobre a Cisão entre o Ser Humano e a Natureza  | 32 |
| Cap. 3. Ecologia – Alguns Conceitos  | 43 |
| 3.1. A Ecologia Natural, Social e Política   | 43 |
| 3.2. Ecopedagogia  | 45 |
| 3.3. Ecofilosofia  | 46 |
| 3.4. Psicologia Ambiental  | 51 |
| 3.5. Ecopsicologia   | 57 |
| Cap. 4. Psicologia Moral e Ecologia  | 63 |
| 4.1. Regulação Moral Autônoma, a teoria de Jean Piaget   | 65 |
| 4.2. Princípios Éticos Universais, a teoria de Lawrence Kohlberg   | 68 |
| 4.2.1. Promoção de Atitudes Ambientais Favoráveis Através dos Debates de Dilemas Ecológicos - Biaggio et. al. (1999)                                       | 71 |
| 4.2.2. Juízos Morais no Contexto de Orientações de Valores Econômicos e Ecológicos: o caso de uma usina de força abastecida a carvão – Eckensberger (2001) | 72 |
| 4.3. Personalidade Moral   | 75 |
| 4.4. Moral e Ecologia  | 77 |
| Cap. 5. Pesquisas Relevantes Similares   | 83 |
| 5.1. Brasil  | 85 |
| 5.2. Distrito Federal  | 89 |
| 5.3. Paraná  | 90 |
| 5.4. Rio de Janeiro  | 91 |
| 5.5. Rondônia  | 93 |
| Cap. 6. Método   | 95 |

|  |     |
|--|-----|
| 6.1. Entrevistados   | 95  |
| 6.1.1. Aléxis de Souza Bastos  | 98  |
| 6.1.2. Carolina R. C. Dória  | 99  |
| 6.1.3. Claudécir Francisco Faedo (Faedo)   | 100 |
| 6.1.4. Ivaneide Bandeira Cardozo (Neidinha)  | 101 |
| 6.1.5. José Maria Leite Botelho  | 102 |
| 6.1.6. Josenildo Jacinto do Nascimento   | 103 |
| 6.1.7. Lindomar Ventura dos Santos   | 104 |
| 6.1.8. Sandra Kelly de Araújo  | 105 |
| 6.1.9. Walmir de Jesus   | 106 |
| 6.2. Procedimento Metodológico   | 107 |
| 6.2.1. Entrevista Semi-dirigida  | 108 |
| 6.2.2. Entrevista Inquérito  | 112 |
| 6.2.3. Dilema Moral  | 114 |
| Cap. 7. Vozes da Liderança Ambiental em Rondônia                                   | 116 |
| 7.1 Dados Advindos das Entrevistas Semi Dirigidas                                  | 117 |
| Tema 1 - Panorama histórico e identidade que atribui a si em<br>relação à ecologia | 117 |
| Alexis   | 119 |
| Carolina   | 121 |
| Faedo  | 123 |
| José Maria   | 125 |
| Josenildo  | 128 |
| Lindomar   | 130 |
| Neidinha   | 132 |
| Sandra   | 135 |
| Walmir   | 137 |
| Tema 2 - Participação da escola na construção da consciência<br>ambiental          | 139 |
| Tema 3 - Motivação Ecológica e Consciência Moral Autônoma                          | 141 |
| Tema 4 - Motivação Ecológica e Imperativo Categórico                               | 145 |

|  |     |
|--|-----|
| Tema 5 - Motivação Ecológica e Amor pela Natureza                        | 146 |
| Tema 6 - Moral Ecológica e Orientação <i>Other Regarding</i>             | 148 |
| Tema 7 - Ética Verde: O Princípio da Sustentabilidade                    | 149 |
| 7.2. Dados Advindos das Entrevistas Inquérito                            | 151 |
| 7.2.1. Julgamento de Sebastião, que come carne de paca                   | 151 |
| 7.2.2. Julgamento do Grupo de ecologistas que explode barco<br>pesqueiro | 152 |
| 7.3. Dados Advindos da Apresentação do Dilema Moral                      | 154 |
| 7.3.1. Julgamento da Ação de Pedro                                       | 154 |
| 7.3.2. Análise dos Resultados  | 158 |
| Cap. 8. Conclusões   | 160 |
| Bibliografia   | 167 |
| Apêndices  | 178 |
| Anexos   | 218 |
| Lista de Apêndices   |     |
| Apêndice A: Caracterização da Região Amazônica                           | 179 |
| Apêndice B: Problemática Ambiental e Humana na Amazônia                  | 186 |
| Apêndice C: Entrevistados e Organizações                                 | 196 |
| Entrevistados  | 196 |
| 1. Aléxis de Souza Bastos  | 196 |
| 2. Carolina R. C. Dória  | 197 |
| 3. Claudécir Francisco Faedo (Faedo)                                     | 199 |
| 4. Ivaneide Bandeira Cardozo (Neidinha)                                  | 200 |
| 5. José Maria Leite Botelho  | 201 |
| 6. Josenildo Jacinto do Nascimento                                       | 202 |
| 7. Lindomar Ventura dos Santos   | 203 |
| 8. Sandra Kelly de Araújo  | 204 |
| 9. Walmir de Jesus   | 205 |
| Organizações   | 207 |
| 1. ONG Rio Terra   | 207 |
| 2. ECOPORÉ   | 209 |

|  |     |
|--|-----|
| 3. Batalhão de Polícia Ambiental da PM de Rondônia             | 211 |
| 4. KANINDÉ   | 213 |
| 5. APA   | 215 |
| Apêndice D: Termo de Autorização para Utilização da Entrevista | 217 |
| Lista de Anexos  |     |
| Anexo A: Os Oito Pontos da Ecologia Profunda de Arne Naess     | 219 |

## Apresentação

Minha paixão pela psicologia moral nasceu na dissertação de mestrado (Lima, 2003). Desde então, anseio expandir as pesquisas da moral a campos cruciais da vida humana. Historicamente estive envolvida com questões ecológicas, pois moro em Rondônia, Amazônia Brasileira desde sete anos de idade e sou formada em geografia, além de ser psicóloga.

Morar nesta região geográfica, sentir-se parte da Amazônia e observar as mudanças resultantes do impacto da ação do ser humano com a natureza, estrondosas, visíveis cotidianamente, provoca muitas inquietações.

Enquanto psicóloga, constato a ausência de informações que possibilitem responder ao desafio de colaborar no desenvolvimento dos indivíduos para uma postura de maior compromisso e responsabilidade com a sobrevivência humana, através da utilização racional da natureza.

Certamente o título deste trabalho merece muitas explicações e não caberia ser um trabalho de doutorado se não se fizessem necessárias. Colocar ecologia e juízo moral lado a lado implica demonstrar que compreendo que os estudos da psicologia moral podem ser uma resposta para auxiliar no processo educativo de consideração e respeito ao meio ambiente natural e construído, bem como o uso racional dos recursos naturais. Mas este é, antes de mais nada, um trabalho sobre psicologia moral. É assim definido pela linha teórica que sigo e os métodos de pesquisa utilizados.

Vejam como Bárbara Freitag (1997, p. 276), em Itinerários de Antígona, nos dá um exemplo de como estas duas áreas se comunicam.

A discussão multi e interdisciplinar da questão da moralidade revelou a complexidade e a profundidade da questão (...) viver significa agir, mas agir é perigoso, pode custar-nos (ou a outros) até mesmo a vida. (...). Assim sendo, somos todos co-responsáveis (...) pela miséria do Terceiro Mundo, pela crise no Brasil, pela catástrofe ecológica.

A questão ecológica é uma questão moral porque envolve elementos morais como justiça, generosidade, vergonha, entre outros.

Justiça, no respeito ao espaço público, na utilização dos espaços naturais ou construídos. Generosidade, de abrir mão ao utilizar um produto, carregar um lixo até encontrar um lixeiro, optar por determinado tipo de construção em nome de preservar espaços públicos. Vergonha, de realizar atos que prejudiquem a relação do ser humano com outros seres humanos e com o espaço que habita, seja natural ou construído.

E isto está claramente expresso em um dos Princípios da Carta da Terra (2005, p. 02): “Respeitar a Terra e a Vida, reconhecendo a interdependência e o valor intrínseco de todos os seres vivos, afirmando o respeito à dignidade inerente de toda pessoa e fé no potencial intelectual, ético e espiritual da humanidade”.

Acredito, portanto, que a ecologia é moral nas dimensões cognitiva/intelectual e afetiva. Por outro lado, nem todas as ações ditas ecológicas são morais, já que nem sempre têm inspiração moral, mas em razões outras como finanças, política e disputa de poder.

Tomarei de Puig (1998, p. 79) a definição de Consciência Moral: “Supõe acrescentar ao simples ‘saber algo’ ou ‘saber fazer algo’ a duplicação desses saberes: um ‘saber que se sabe’. Esse ‘saber sobre o saber’ nos dá poder sobre as atividades físicas e mentais: adquirimos a capacidade de regulá-las e avaliá-las de acordo com nós mesmos”. A



consciência moral age como um juiz interior, que pensa, reflete e dá consentimento íntimo às situações do cotidiano.

Consciência ecológica é, nesta perspectiva, a consciência de que atuamos e sofremos conseqüências do uso dos recursos naturais e da racionalização dos espaços. Consciência de que na Terra tudo se transforma, mas a criação é limitada a poucos processos naturais. Uma consciência sustentada numa base “ética de respeito a todos os seres com os quais compartilhamos o planeta” (Gadotti, 2000, p. 117). Isto não significa que as experiências de todo sujeito o levem a essa consciência ecológica.

Os juízos morais que se constroem a partir da percepção de uma situação, estão relacionados ao modo como cada qual se vê diante daquela situação. A posição dos valores sobre a ecologia nestes juízos determinará as ações morais.

E o que são *juízos morais*? Juízo moral é a idéia que um determinado sujeito possui sobre o que pensa ou como agiria em determinada situação, sem na verdade estar vivenciando a situação. Segundo Eckensberger (2001), são idéias subjetivas das pessoas sobre o que deve e o que não deve ser feito, o que é certo ou errado.

Um juízo moral não é uma ação moral. Mas toda ação moral implica um juízo moral. Juízo e ação morais envolvem moralidade e ética, que embora pareçam se tratar do mesmo assunto, não são. Enquanto moral se refere aos comportamentos e costumes, às tradições que realmente existem na sociedade, ética se refere aos princípios norteadores desses comportamentos, as razões ou justificativas para os mesmos. Explicarei melhor esta diferenciação no arcabouço teórico do trabalho.

Cito-a aqui para esclarecer que tanto o juízo moral quanto a ética que o circunscreve serão investigados na relação com a ecologia.

São propostas deste trabalho: investigar se há uma moral autônoma nos participantes, se analisam a responsabilidade de forma subjetiva, se pensam as questões ecológicas a partir de princípios éticos universais.

Por isso é fundamental ouvir a voz de quem está realmente envolvido com a questão, neste caso, eleitos para sujeitos da pesquisa, líderes ambientais atuantes no estado de Rondônia, Brasil.

A escolha dos entrevistados deu-se a partir de teoria de Bom Meihy (1996) que assinala a possibilidade de, através da *formação de rede*, se chegar à *colônia* (comunidade desejada). Uma pessoa de notório saber no assunto - Ecologia, indicou as primeiras pessoas a serem entrevistados e a partir destes, outros foram indicados, formando assim a comunidade em questão.

O trabalho busca a compreensão de, como se estruturam nestes indivíduos a moral (que normas, que regras seguem?) e a ética (quais os valores e princípios em que acreditam?) em relação à ecologia. Que identidade atribui a si em relação à ecologia? – formação da personalidade moral. Há nestes uma moral ecológica? Qual seria? Há nestes uma ética ecológica? Qual seria? Se aproxima da moral kantiana?

Os líderes ambientais, que estão em ação, têm uma moral ecológica? Nossa tese é de que a resposta seja afirmativa. E mais, a compreensão moral dos líderes ecologistas é traçada pela subjetividade, bem como, é determinada por princípios éticos universais e têm como um importante raciocínio os elementos afetivos. E ainda, a ecologia é *other regarding*, ou seja, baseada no respeito e consideração pelo outro, mais do que por si mesmo.

A defesa da natureza e dos animais é apenas um caminho na defesa do ser humano e não uma condição em si mesma. A preservação e utilização racional da natureza, é um meio através do qual se busca melhor qualidade de vida para o ser humano.

A metodologia utilizada é complexa e combinou vários procedimentos, qualquer resumo não seria o suficiente para explicitá-la. No capítulo 6 apresento maiores detalhes sobre o procedimento metodológico utilizado.

Não se espante o leitor, de ver em um trabalho de psicologia, os primeiros capítulos dedicados à ecologia. Acontece que um trabalho interdisciplinar exige alguns esclarecimentos, logo nos capítulos iniciais, sobre a problemática da tese: se a ecologia é uma questão moral, que ecologias são estas que temos visto? Passo depois a discutir as diversas visões da cisão entre o ser humano e a natureza, histórica e contemporaneamente.

Também faço a necessária definição da terminologia ligada à ecologia, aproximando o leitor da ligação entre ecologia e psicologia através do histórico e definição de Ecofilosofia, Ecopedagogia, Psicologia Ambiental e Ecopsicologia.

Talvez cause espanto que não anuncie ser este um trabalho da psicologia ambiental ou ecopsicologia. Como verão descrito no capítulo 3, ele se assemelha mais às propostas de trabalho da psicologia ambiental, estando mais distante da ecopsicologia que vem sendo realizada.

Certamente são áreas afins e sua comunicação e debate são sempre bem vindos, mas torno a assinalar que este é um trabalho da psicologia moral, pela direção teórica e pelo método de pesquisa. Estão abertos os canais para novas discussões em psicologia ambiental e ecopsicologia. O que importa é que “Precisamos desenvolver nossas próprias reflexões sobre como a Psicologia brasileira tem participado do tratamento dos graves

problemas decorrentes da chamada crise ambiental, quer usando o rótulo de Psicologia Ambiental, ou não” (Pinheiro, 2001, p. 15).

Segue-se a apresentação de pesquisas que buscaram a construção do conceito de ecologia e ambiente nos brasileiros - isto é o que encontrei produzido no Brasil que mais se assemelha à proposta deste trabalho, embora apresente muitas diferenças, inclusive relativamente quanto ao campo teórico.

Um capítulo está dedicado a explicar a psicologia moral, seus autores principais e as atuais posturas desta linha. Esclarecendo definitivamente a tese deste trabalho e a linha teórica que seguirei.

Só depois explico o método e a seguir apresento a voz das lideranças ambientais em Rondônia - um pouco de cada um dos entrevistados e das organizações a que são ligados será descrito e de forma mais detalhada estão no Apêndice C.

Deixo como apêndices: (A) capítulo que descreve a Amazônia em suas características físicas e humanas, seguido de uma discussão da problemática ambiental (Apêndice B) naquela região, onde estão atuando os sujeitos pesquisados. Este capítulo fez parte do projeto de qualificação, mas diante do volume de conteúdos optei por não incluí-lo. Fica à disposição do leitor interessado em conhecer mais sobre as especificidades da região e sua problemática ambiental.

Confesso a dificuldade de transitar no campo da interdisciplinaridade (entre duas ciências: psicologia e ecologia), como proponho neste trabalho. Peço licença ao leitor de cada área em particular para navegar entre os dois temas, e espero que tenham paciência para transitar por elas junto comigo.

## **Capítulo 1. Que Ecologia é Esta?**

A revolução científica do século XVI estabelece um modelo que nega todas as formas de conhecimento que não se pautem por seus princípios metodológicos. Este modelo conduz à distinção entre matéria e espírito, conhecimento científico e conhecimento do senso comum, natureza e pessoa humana. Nos fundamentos desta idéia está a concepção de domínio da natureza.

A ecologia surge então, como a ciência preocupada com o restabelecimento do equilíbrio entre o ser humano e a natureza. Segundo Cunha (1994, p. 283), o termo *ecologia* foi usado pela primeira vez na língua portuguesa no século XX, e significa “o estudo das relações entre os seres vivos e o meio ambiente”. Isto implica pensar não somente a natureza, incluindo aqui animais e vegetais, mas os seres humanos também.

Corroborando esta visão, a definição de Marçola (2002, p. 122), para quem ecologia é o campo no âmbito das ciências sociais que vem tentando superar ou minimizar a dicotomia entre sociedade e natureza que em nossa sociedade vem se apresentando. “A Ecologia se colocaria enquanto possibilidade de se proceder a uma compreensão dos processos que conduziriam a uma interdependência entre o ser humano e o ambiente no seu sentido mais amplo”.

Mas não foi isto que Marçola (2002) encontrou em suas pesquisas. Examinando, no âmbito da ecologia, trabalhos provenientes do terreno das ciências biológicas, encontrou posições extremistas nesta área e não uma preocupação com o *todo*, como era de se esperar. Na verdade, algumas delas estavam completamente voltadas para os sistemas naturais, como por exemplo, estudos sobre o cultivo de

rizomas, criação de abelhas e preservação de recursos hídricos, enquanto outras estavam completamente voltadas para os sistemas humanos, como os estudos de ecologia humana. Ciências ambientais, biológicas e humanas, sem interseções entre si.

Quando, por exemplo, consideramos que o ecológico se traduz na demarcação de parques onde a presença humana é restrita, talvez estejamos reproduzindo em nossa prática a crença de que tais categorias seriam inimigas e/ou excludentes. Poderíamos questionar, neste sentido, até que ponto a Ecologia de nossos dias estaria sendo “ecológica”. (Marçola 2002, p. 124)

Portanto, mesmo preocupados com a integração do ser humano com a natureza, que seria a proposta ecológica, esta ciência também é perpassada pela cisão entre o ser humano e a natureza, que se instalou no mundo científico.

Layargues (2002, p. 09) defende a adoção de um enfoque complexo e multidisciplinar sobre a questão ambiental e é também consciente desta cisão:

As raízes da crise surgiram em processos históricos que se perderam no horizonte temporal humano, quando fundamos os paradigmas e visões de mundo que colocam a sociedade e a cultura em oposição à natureza, e o ser humano como o legítimo detentor dos direitos sobre os benefícios da natureza.

Araújo (2002, p. 35) destaca que a situação desejada, que seria a de integrar o ser humano e a natureza, ainda não se realizou nem mesmo nos programas de educação ambiental dos cursos superiores. “A idéia deste ‘novo modelo’ de Educação Ambiental não é coisa nova por aqui. Nos anos 60, Paulo Freire já colocava em prática um método educacional que partia da integração entre o aluno e seu meio”.

A forma de pensamento, os modos de produção e o modelo de progresso que vem sendo desenvolvido por nossa sociedade, é prejudicial à utilização racional dos recursos naturais. Esta *metacrítica ao progresso* é discutida no Brasil desde 1786, conforme os estudos de Pádua (2002, p. 27). Os críticos políticos desse período apesar

de defenderem o progresso como um valor político superior, “não aceitaram a idéia de que todas as atividades produtivas ou processos de expansão social, inclusive todas as inovações tecnológicas, pudessem ser enquadradas em seu bojo”. Isto porque já se sabia da insustentabilidade de certas formas de progresso.

Estas denúncias não provinham dos poetas e românticos, como era de se esperar na época, mas de diversos setores técnicos, políticos e científicos, incluindo desde governadores de província, associações de caráter geral (como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), associações profissionais (como a Academia Imperial de Medicina), até produtores de cana-de-açúcar.

Certamente, personagens já conhecidos da política crítica do Brasil também compareceram nos seus estudos, como por exemplo, José Bonifácio, este, inclusive por sua vivência na Europa, pôde comparar as preocupações e ações que estavam ocorrendo no Brasil com as européias. “A obra desses autores tem sido ignorada pelas histórias internacionais do pensamento ecológico e também, o que mais surpreende, pela própria memória social do país” (Pádua, 2002, p. 12).

Se desde o século XVIII já temos os primeiros “momentos no processo de tomada de consciência dos dilemas ambientais” (Pádua, 2002, p. 29), quais as conquistas desde então?

No Brasil, no plano governamental, importantes atitudes têm sido tomadas para a implementação da Educação Ambiental. Quero destacar dois elementos importantes e que são citados como grande avanço na questão ambiental, a saber: a Constituição Federal (Brasil, 2000) e a participação na construção da Agenda 21 (1996).

Quanto à Constituição Federal, importa ressaltar que é abrangente e atualizada quanto a uma visão de integração do ser humano com a natureza, denotando o conhecimento de que as ações não se restringem a um campo apenas. Além de reservar o Cap. VI do Título VIII às questões do meio ambiente, apresenta importantes referências ao meio ambiente devidamente harmonizadas com questões cruciais, como a saúde, por exemplo.

Constituem alguns exemplos o Título VIII, Cap. II, Seção II, Art. 200, Inciso VII – “participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos” e o Inciso VIII – “colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”.

A Agenda 21 é o principal documento das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano. Quero lembrar que foi gestada em solo brasileiro, no maior encontro mundial realizado até aquele momento sobre a questão ambiental, de 3 a 14 de junho de 1992 - a *Rio 92*, também conhecida por *Eco 92*, e conclamada como *Cúpula da Terra*, pois 175 países e 102 chefes de Estado e de governo, assinaram texto que constitui o principal referencial internacional em matéria de desenvolvimento sustentável, e todos reconhecem o papel central da educação para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado. A primeira conferência internacional promovida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) foi a de Estocolmo, em 1972, mas não teve as dimensões da Rio 92.

A Agenda 21 é um volume composto por 40 capítulos, com mais de 800 páginas e um detalhado programa de ação para o meio ambiente e desenvolvimento. Nesta, foram incorporadas as recentes preocupações ambientais, sociais, culturais e



econômicas à moderna interpretação de progresso de forma integrada, com vistas a uma ordem econômica internacional mais justa.

As ações e relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento passam a ser balizadas por um conjunto de princípios no diálogo internacional: o princípio da precaução, o princípio do *poluidor-pagador*, o princípio da responsabilidade comum, diferenciadamente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, princípios referentes ao direito ao desenvolvimento baseado em critérios eqüitativos e à garantia de um meio ambiente sustentável para as gerações futuras.

O termo *desenvolvimento sustentável* é muito utilizado no texto da Agenda 21 e é interessante destacar a discussão acerca deste. O termo sustentabilidade vem substituí-lo, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como sendo *a melhoria da qualidade da vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas*, já que desenvolvimento leva à idéia contraditória e associada à modernização das sociedades no modelo industrial.

Paralelo à Rio 92 ocorreu o *Fórum Global 92*, promovido por entidades da Sociedade Civil e do qual participaram mais de 10 mil representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e que se caracterizou por um conjunto de eventos, como os encontros de mulheres, crianças, jovens e índios.

Neste Fórum foi aprovada a Declaração do Rio, também chamada de *Carta da Terra*, que tem sido divulgada através de uma campanha para adoção da carta, deflagrada pelas ONGs, chamada *Nós Somos a Terra*.

A Carta da Terra constitui-se numa declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e do desenvolvimento. Ela inclui os princípios

básicos que deverão reger o comportamento da economia e do meio ambiente, e pretende ser o equivalente à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Em março de 1997 realizou-se no Rio de Janeiro a *Rio+5*, onde se avaliou os resultados práticos obtidos com os tratados assinados na Rio 92.

Infelizmente os participantes concluíram que os resultados obtidos ainda não eram satisfatórios, na verdade, havia se avançado muito pouco, e eram necessárias mais ações práticas.

Foi da mesma forma que encontraram os resultados da Agenda 21 na *Rio+10*, realizada em Joanesburgo (África do Sul) em 2002. A avaliação deste encontro pode ser sintetizada nos aspectos a seguir:

1. As emissões de carbono aumentaram 9% entre 1992 e 2001 (nos EUA cresceram 18%);
2. A área florestal sofreu redução de 2,2% e a degradação das áreas de bancos de corais aumentou de 10% para 27%;
3. Apenas 38% das partes apresentaram estratégias para a conservação da biodiversidade;
4. Houve avanços significativos na garantia de acesso à água e saneamento, porém insuficientes para acompanhar o crescimento populacional – mais de 1 bilhão de pessoas ainda não tem acesso a água potável;
5. O número de famintos decresceu cerca de 6 milhões por ano, o necessário estabelecido na Rio 92 era de 22 milhões por ano, enquanto nos países industrializados houve aumento significativo da população obesa;

6. Houve significativa redução do número de mortes causadas por doenças infecciosas (inclusive diarreia e sarampo), embora muito abaixo da meta estabelecida. Porém sextuplicou o aumento do número de mortes por Aids;
7. Diminuiu de 24,8% para 20,6% o número de analfabetos. Porém um em cada seis adultos ainda não sabe ler nem escrever, e o número de mulheres analfabetas aumentou na última década;
8. 1,2 bilhão de pessoas sobrevive com menos de 1 dólar por dia;
9. A mortalidade infantil caiu de 86/1000 em 1990 para 78/1000 em 1999, porém foi 19 vezes maior nos países de baixa renda, comparado aos países mais ricos;
10. A desigualdade social permanece – o bilhão mais rico concentra 78% da renda mundial;
11. As taxas de reciclagem aumentaram para descartáveis domésticos, porém estagnaram nos países industrializados. Por outro lado, a extração e o uso total de matéria prima virgem continua a crescer;

A Legislação Ambiental do Estado de Rondônia (Rondônia, 2000) também cumpre seu papel, dando ampla e atualizada visão ecológica, em termos que envolvem não somente o ambiente natural, mas também os seres humanos e a qualidade de vida dos mesmos.

O Estado de Rondônia desenvolveu um projeto de organização racional do espaço natural instituindo o *Zoneamento Socioeconômico-Ecológico* do Estado (2005), onde apenas 50,45% das áreas (Zona 1) é destinada ao uso agropecuário, agroflorestal e florestal., ficando 14,6% para as áreas destinadas à conservação dos recursos naturais (Zona 2) e 34,95% para as áreas institucionais, protegidas de uso restrito e controlado (Zona 3).

O ZSEE tem por objetivo orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável. (Cap. II, Art. 3º.)

Em 1997, o Ministério da Educação e Cultura lançou os *Parâmetros Curriculares Nacionais* -PCN (Secretaria de Educação Ambiental, 1998), que inclui o meio ambiente como um dos temas transversais e, em 1999, o Ministério do Meio Ambiente criou a Lei nº 9.795, que institui a *Política Nacional de Educação Ambiental*.

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global (PCN 2º e 3º ciclos, Temas Transversais, p. 187).

Em depoimento feito a Costa (2002), Nana Medina, consultora em Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Carlos Frederico, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro há 17 anos militante nos movimentos ambientalistas brasileiros, apontam diversas razões pelas quais estes processos ainda não atingiram o objetivo de efetivar a institucionalização da educação ambiental, de modo a propiciar um ambiente favorável à formação dos indivíduos. São elas:

- a) As ações são restritas e ligadas a mudanças de comportamento local, o que limita o aprendizado e a filosofia;
- b) Quando o PCN foi implantado os professores não receberam treinamento para tal e houve grande recusa. Só a partir de 1999 o MEC retomou o programa procurando despertar o interesse nos professores;

- c) Falta de formação adequada gera projetos equivocados. “Uma escola motiva os alunos a catarem latas de alumínio para reciclagem. Isto é válido, claro, mas se não se analisa, primeiro, a questão do excesso de consumo, a mera coleta não resolve a questão” (Costa, 2002, p. 36).
- d) No âmbito da educação pública, o meio ambiente ainda não está presente como prática de sala de aula. Existem esforços iniciais de secretarias de educação, mas nada que valha ser destacado;

Claro que estas questões são cruciais na formação da consciência ecológica e, respeitando a opinião destes reconhecidos autores, penso haver também um elemento subjetivo, na verdade, um processo moral, que corrobora os acima destacados.

Partilho com Marçola (2002, p. 125) a crença “no potencial construtivo da Ecologia, na medida em que a mesma for sendo refinada a partir das novas questões que se impõem àqueles que pretendem fazer ciência ou, simplesmente, aventurar-se na compreensão da vida”.

Busco refazer aqui, o caminho que vem se delineando nas propostas científicas e na própria ecologia, que objetivava, enquanto discurso, fazer de tal relação uma integração. “A Psicologia precisa fazer parte desse esforço, pela necessidade de se compreender o ser humano frente ao ambiente” (Pinheiro, 1997, p. 380).

Este trabalho representa um esforço neste sentido. Compreender como se forma a personalidade moral de líderes ambientais talvez aponte estratégias para processos educacionais em ecologia serem mais bem sucedidos.

Infelizmente, Ponting (1995), como outros autores, não têm boas notícias para nos dar. A sombra das atitudes historicamente delineadas da humanidade, faz pairar sobre nosso futuro expectativas pouco positivas.

Ainda é muito cedo para julgar se as sociedades industrializadas modernas, com seus índices elevados de consumo de energia e de recursos e altos níveis de poluição, e a população humana rapidamente crescente no resto do mundo, serão possíveis ecologicamente (Ponting, 1995, p. 646).

Não posso, portanto, deixar de explicitar que conheço as limitações sociais, políticas e econômicas das pessoas, limitações que as impedem de realizar, até mesmo aquilo que consideram importante e para o qual se dispõem.

Estou aqui me referindo desde à inexistência de uma lata de lixo em lugares públicos, até situações de sustentabilidade econômica em algumas comunidades, como nos esclarece Carvalho (2002, p. 58): “As possibilidades de harmonização dos projetos sociais e estilos de vida com os limites da capacidade de suporte e regeneração do meio ambiente estão entre os grandes desafios da contemporaneidade”.

Também não desconheço que muitas pessoas, nem sequer recebem informações suficientes acerca da situação descrita. Quanto a este fato nos alerta Costa (2002, p. 34): “E os cidadãos comuns, que vivem sua vida e pagam seus impostos? Esses personagens, geralmente (...) Não percebem como eles poderiam ter alguma responsabilidade sobre os desastres ambientais, e quando pensam no assunto, se perguntam: o que eu tenho a ver com isso?”.

Bem como, certamente, as pressões sociais realizadas a partir do modelo econômico, têm contribuído substancialmente para os problemas ecológicos enfrentados pela sociedade.

Não desconheço, por exemplo, os catastróficos efeitos da globalização, já que esta é

O produto de uma política implementada por um conjunto de agentes e instituições (...) para fins específicos, a saber, a liberalização do comércio (trade liberalization), isto é, a eliminação de todas as regulações nacionais que freiam as empresas e seus investimentos (Bordieu, 2001, p. 101).

Sei que nesta liberação das regulações para os investimentos das empresas, muitas vezes fica comprometida a qualidade do ambiente humano.

Simplesmente estes não são os enfoques com que pretendo conduzir esta pesquisa.

“É urgente que a Psicologia leve em conta as relações com outras áreas de conhecimento, o contexto político-institucional das desatenções aos problemas humano-ambientais” (Pinheiro, 2001, p. 22).

Portanto, desde suas primeiras definições teóricas, a ecologia é moral. Contudo, a forma como vem sendo trabalhada vai afastando-a desta característica. Mas só a abordagem moral da ecologia é capaz de auxiliar-nos na conquista de uma consciência ambiental efetiva. Felizmente este é o tom que têm tomado as discussões teóricas sobre ecologia atualmente.

## **Capítulo 2. Diversas Visões sobre a Cisão entre o Ser Humano e a**

### **Natureza**

A história da humanidade pode ser contada pela evolução tecnológica, mas também pela devastação causada por ela ao meio ambiente. (...) Ao longo dos séculos devastamos, queimamos, extinguímos, derretemos, perfuramos, assoreamos, poluímos e contaminamos a Terra (Costa, 2002, p. 34).

Neste capítulo apresento várias discussões sobre *a cisão entre o ser humano e a natureza*. Aqui figuram autores de diversas áreas apresentando suas explicações para tal dicotomia, tendo como objetivo a construção de um panorama conjuntural. Isto não significa dizer que defendo a posição teórica ou política de todos os autores citados ou do conjunto de suas obras, apenas demonstra a gama de posições que podem ser elencadas quanto à preocupação com o tema.

É a história de um povo que, começando a partir de uma base de fontes extremamente limitadas, construiu uma das sociedades mais adiantadas do mundo, pela tecnologia que chegaram a dominar. No entanto, esse desenvolvimento causou exigências imensas no meio ambiente que, quando não mais suportou essa pressão constante, fez com que a sociedade construída tão penosamente durante os milhares de anos antecedentes, desaparecesse. (Ponting, 1995, p. 21)

Esta descrição poderia ser feita à nossa sociedade num tempo futuro, mas o autor está descrevendo a comunidade que vivia na Ilha de Páscoa muito antes da chegada dos colonizadores europeus. A história da humanidade está recheada destes exemplos, como as sociedades Inca e Maia. O que aprendemos desde então?

No início dos anos 70, o Clube de Roma publica o Relatório *Limites do Crescimento* apresentando as altas taxas de crescimento populacional e industrial como responsáveis pelo esgotamento dos recursos naturais. A defesa da idéia do crescimento



zero a partir do congelamento do crescimento da população global e do capitalismo industrial, deve ser detalhadamente considerada.

Colocar o crescimento populacional como responsável pelo esgotamento dos recursos naturais é uma posição que desconsidera as perdas do consumismo capitalista. A principal razão da fome não é a escassez de alimentos, pois grande é o desperdício diário, pode-se entendê-la melhor como associada à distribuição e concentração da renda. Analogamente, criticável não é o crescimento industrial e sim sua forma de crescimento e as prioridades estabelecidas nos projetos de crescimento.

O crescimento populacional tem sido colocado na berlinda dos problemas econômicos e ambientais, como no caso do subdesenvolvimento, quando na verdade, estão sendo desconsiderados elementos como políticas públicas e o histórico das colonizações de exploração.

Atualmente encontramos uma realidade econômica e social que pode ser resumidamente denominada de *cultura capitalista*. Esta, por sua vez, é pautada pelos valores da sociedade consumista. Talvez isto sirva para explicar alguns elementos da dicotomia que hoje se delinea entre o ser humano e a natureza, pois se discute o quanto o homem consumista abandona sua natureza. “A descrição do processo de interação do homem com o ambiente, ao longo dos tempos, mostrou que o fator econômico tem um papel decisivo na intervenção da natureza” (Lima, 1984, p. 39).

Sucessivamente ocupamos, consumimos os recursos naturais e abandonamos as áreas devastadas por novas áreas. É fácil perceber que não saímos do ciclo vicioso.

Mais do que o crescimento populacional “A maneira pela qual os seres humanos pensavam no mundo que os cercava foi muito importante para a legitimação

do tratamento que deram ao mundo e no fornecimento de uma explicação de seu papel dentro da estrutura geral” (Ponting, 2002, p. 236).

Muitas paisagens que conhecemos como naturais foram transformadas pela ação humana. “Na maior parte dos lugares onde o ser humano se estabeleceu, criou-se a partir do ambiente selvagem, ambientes artificiais que se tornaram tão familiares, a ponto de passarem por naturais, embora tenham origem cultural” (Dubos, 1981, p. 54).

Como por exemplo:

- As ilhas desnudas do Mar Egeu e as costas rochosas da bacia do Mediterrâneo, que agradam a inúmeras pessoas, é resultado de dois pecados capitais em Ecologia: desflorestamento e erosão;
- Na região de Île-de-France, desde o período neolítico, os camponeses fazem o desgaste das colinas, aprimoramento das margens dos rios e domesticação ou migração de plantas, que demonstram uma paisagem com matas cuidadosamente tratadas, e permanece com um solo fértil, mais rico e diversificado em paisagem natural do que primitivamente.
- Os eucaliptos crescem na Califórnia, na Itália, na Grécia, na África do Norte e no Brasil “por vezes mais vigorosos do que na Austrália, de onde se originaram” (Dubos, 1981, p. 56).

Na verdade é muito difícil para o observador atual visualizar a paisagem brasileira antes de 1500. Como seria esse território sem o impacto dos animais introduzidos pelos europeus, como os bois e os cavalos? Ou sem tantas espécies vegetais que, para provável surpresa de muitos, também foram introduzidas, como as mangueiras e os coqueiros? Ou com o litoral quase todo coberto, de norte a sul, por mais de 110 milhões de hectares de mata atlântica? (Pádua, 2002, p. 72).

Segundo Ponting (1995), duas grandes transições na forma de vida e produção do ser humano, foram sentidas em todas as partes do mundo. A primeira delas, a agricultura, se desenvolveu e se estabeleceu de forma distinta. Já a segunda transição, o uso das fontes de energia movidas a combustível fóssil e a difusão da industrialização não foi tão democrática, ficando seu controle para alguns países em detrimento da miséria e subdesenvolvimento de outros.

Na sociedade contemporânea, a estrutura da vida urbana e muitos sistemas de produção deslocam o foco do coletivo para o individual e há uma contradição entre sociedade de consumo e preservação do meio ambiente.

Países pobres e ricos, ambientes aquáticos e terrestres, a atmosfera e as aglomerações urbanas, enfim, todo o planeta sofre, na atualidade, as conseqüências de um modelo de desenvolvimento capitalista, que coloca em risco a sobrevivência dos seres vivos, inclusive do próprio homem (Ribeiro e Marin, 2002, p. 147).

A razão do capitalismo parece ser a *razão indolente* – expressão cunhada por Santos (2000) e que aqui tomo emprestada por considerá-la suficiente para descrever o capitalismo em sua relação com o meio ambiente. O autor utiliza a expressão para criticar os termos e a natureza da *transição paradigmática*, transição entre o paradigma sócio-cultural da modernidade ocidental e o paradigma emergente. Denomina razão indolente “a razão displicente que não sente necessidade de se exercitar por se imaginar incondicionalmente livre” (p. 42). É exatamente assim que percebo alguns interesses do capitalismo em sua posição quanto à ecologia, aqui tomada em seu sentido mais amplo, com o meio ambiente e todos os seres vivos, inclusive o homem.

Penso que a razão (indolente) capitalista percebe-se independente, como se pudesse existir sem a natureza. Por isso “a experiência da razão indolente é uma

experiência limitada, tão limitada quanto a experiência do mundo que ela procura fundar” (Santos, 2000, p. 42). Experiência limitada por desconhecer as conseqüências de sua ação.

Em paralelo a isto, há uma convicção historicamente delineada do papel de domínio que devemos exercer sobre a terra.

De que os seres humanos foram colocados em uma posição de domínio sobre o resto de uma natureza subordinada. Embora essa idéia de que os seres humanos tenham a responsabilidade de preservar um mundo natural, do qual seriam simples guardiões, possa ser encontrada em uma sucessão de pensadores, ela permaneceu como uma tradição minoritária (Ponting, 1995, p. 237)

Ao longo da história do ser humano como espécie, muitos períodos foram vividos com escassez de recursos, principalmente no período em que a caça e a coleta eram os processos produtivos. Somado a isto, nas regiões onde a produção era abundante, havia a dificuldade de compreender que aquela fartura toda poderia um dia se acabar, isto aconteceu também no Brasil onde “Os colonizadores portugueses, acostumados às limitações ecológicas de sua região de origem, viam a mata atlântica como um universo que jamais se consumiria” (Pádua, 2002, p. 73).

Como resultado do processo de urbanização, Ribeiro (2003) explica a formação do *tipo brasileiro* através da construção da história do Brasil. A unidade étnica básica a diferenciar-nos dos portugueses, as matrizes indígenas e africanas, é nada uniforme em função das condições diversificadas a que estiveram expostos os indivíduos.

E são estes sujeitos, oriundos de diferenciadas situações ambientais, que migram às grandes cidades, que por sua vez estão despreparadas para recebê-los. Uma conjugação de ausência de condições urbanas, falta de educação básica e culturas

diversas, adaptadas a outros ambientes, geram os enormes problemas ambientais que o processo de urbanização pode provocar.

No presente século, teve lugar uma urbanização caótica (...) Chegamos, assim, à loucura de ter algumas das maiores cidades do mundo, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, com o dobro da população de Paris ou Roma, mas dez vezes menos dotadas de serviços urbanos e de oportunidades de trabalho (Ribeiro, 2003, p. 199).

Ainda em busca da identidade brasileira, há em Gambini (2000), uma preocupação com a *alma brasileira*. O autor nos convida a resgatar a participação do índio na formação da psique brasileira.

Sendo resultado do *descobrimento* europeu, os brasileiros formados a partir do cruzamento de europeus e índios, e os próprios indígenas, foram forçados a negar toda sua herança psicológica na construção que fizeram ao longo de 30 mil anos para resolver as questões humanas.

As grandes questões da humanidade de todas as épocas foram devidamente enfrentadas e solucionadas pelo homem brasileiro daquele tempo imemorial, por exemplo, como atravessar a vida, como procriar (...) como criar regras de convívio e distribuição de bens, como produzir as condições materiais de vida, como defender-se das intempéries (...) como explicar o transcendental, como achar graça na existência e explicar seu surgimento por meio de histórias e imagens, como comunicar-se com o semelhante (Gambini, 2000, p. 23).

A negação desta alma brasileira, em nome da alma cristã européia, significou a negação, no brasileiro, de sua relação com a natureza. Foi a negação de uma “alma antiga ligada a Terra, arraigada no solo. A alma estava na luz do Sol, no escuro da noite, nos astros, nas árvores, nos rios, na semente que brotava, nos animais” (Gambini, 2000, p. 161).

Lasch (1983) cita que a cultura norte americana do momento é uma cultura narcisista, justamente negando toda situação de dependência e inter relações na cultuação de uma auto-sustentação e independência absoluta. Tal como o verdadeiro narcisista psicológico, que usa o excesso de autovalor para negar suas relações de dependência. Como narcisista este sujeito não consegue se lembrar da existência de outros elementos que não o próprio ego, assim, importa a própria condição de satisfação e com a noção de tempo-espaço reduzida ao momento presente, não consegue valorizar nem o passado, nem o futuro.

Viver para o momento é a paixão predominante – viver para si, não para os que virão a seguir, ou para a posteridade. Estamos rapidamente perdendo o sentido de continuidade histórica, o senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originaram no passado e que se prolongarão no futuro (Lasch, 1983, p. 25).

Sem dúvida esta constatação pode ser elencada como uma das causas da cisão entre o ser humano e a natureza. Se o sujeito não consegue considerar-se como resultado da ação e historização de outros, não consegue perceber que suas ações poderão trazer resultados para as gerações futuras, importando apenas seu bem estar momentâneo, que atitude ecológica poderá ter?

Este aspecto é essencial, pois está presente na voz dos entrevistados. Isto corrobora a tese de que a ecologia é moral. Há na voz de todos eles esta preocupação com o futuro, para que outros tenham os mesmos direitos e oportunidades de se relacionar com a natureza como estamos tendo. Isto é moral.

Não podemos ter a ilusão de que a análise de Lasch (1983) se reduza somente à sociedade norte americana. Infelizmente estende-se a todas as culturas capitalistas e consumistas da modernidade, para as quais, a melhor situação é a da absoluta e ilusória independência econômica.

Cushman (apud Metzner, 1999, p. 90) explica o paralelo que há entre narcisismo e consumismo. Os narcisistas são famintos do que o autor chama de “bom alimento para um self ansioso”. Nestes alimentos podemos incluir a comida propriamente dita, em grandes quantidades calóricas, bens, experiências de vida, política, parceiros românticos e terapias empáticas.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no tema transversal *Meio Ambiente* (1998), encontra-se uma interessante discussão, caracterizada de um lado por uma crise civilizatória e por outro, de uma necessidade e crença nos modelos científicos. Esta combinação estaria levando nossa sociedade à situação ambiental em que nos encontramos. “Para uns, a maior parte dos problemas atuais pode ser resolvida pela comunidade científica (...) para outros, a questão ambiental representa quase uma síntese dos impasses que o atual modelo de civilização acarreta” (PCN, 1998, p. 178-179). Minha crença é de que o impasse pode ser resolvido através de abordagens educacionais ecológicas pautadas na psicologia moral.

São os elementos psicológicos encontrados nestas teorias que mais me chamam a atenção, e neste sentido não poderia deixar de citar Taylor (1994), autor canadense que trabalha com a noção de identidade a partir da ética e de três fontes morais: a natureza, a razão e o sagrado, e descreve um sentimento que envolve os homens hoje, que denomina como *desencantamento do mundo*.

As pessoas se encontravam confinadas em um lugar, um papel e uma posição determinados que eram estritamente os seus e dos quais era impossível desvincular-se(...) Mas ao mesmo tempo em que nos limitavam, essas ordens davam sentido ao mundo e às atividades da vida social. As coisas que nos rodeavam não eram apenas matérias-primas ou instrumentos potenciais para nossos projetos, mas possuíam um significado que lhe conferia seu lugar na cadeia do ser. A águia não era somente uma ave como outra qualquer, mas era o rei de

um domínio da vida animal. Do mesmo modo, os rituais e normas da sociedade tinham um significado que não era meramente instrumental. Ao descrédito dessas ordens é o que se tem denominado ‘desencantamento’ do mundo. Com ele, as coisas perderam parte de sua magia (Taylor, 1994, p. 38-39).

Uma abordagem educativa ecológica pautada na psicologia moral, discutiria como as regras e normas se desenvolvem, discutiria o papel dos indivíduos na relação consigo, com os outros, com o mundo.

A opinião de Guattari (1995) é bastante significativa para um olhar *psicológico*, pois analisa o Capitalismo Mundial Integrado como provocador da perda de referenciais objetivos para as pessoas. Os sujeitos não têm mais objetos concretos para se opor, tudo se passa como numa grande comunidade integrada, enquanto se constroem formas de dominação e exploração. Os exemplos do autor vão do fim da oposição Leste-Oeste, passando pela exploração do trabalho feminino e infantil à posição que ocupam os jovens nas relações econômicas.

As relações da humanidade com o socius, com a psique e com a “natureza” tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais, não só em razão de nocividades e poluições objetivas, mas também pela existência de fato de um desconhecimento e de uma passividade fatalista dos indivíduos (Guattari, 1995, p. 23).

A citação que utilizarei reúne toda a angústia que tenho vivido diante das desigualdades sociais e tecnológicas do mundo globalizado, e volta a focalizar o tema da citação da abertura deste capítulo, retratando o círculo de exploração, consumo e destruição a que está exposta a humanidade.

Assim, para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais



organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos. (Guattari, 1995:12).

Mais uma vez quero explicitar a presença da moralidade. O paradoxo de Guattari é um paradoxo moral, que envolve ausência de vergonha, honra, justiça, no que diz respeito à relação com o outro, com o espaço público, para além dos ganhos individuais.

A ecopsicologia também está preocupada com esta cisão. Barrows (1995, p. 103) comenta que as crianças são intimamente ligadas à natureza, “o bebê nasce não apenas no social, mas num contexto ecológico”, contudo, os processos de compreensão do desenvolvimento infantil atualmente só privilegiam as relações sociais. É muito recente a preocupação de fazer uma criança entrar em contato com a terra, a natureza. Isto determina que nos distanciamos cada vez mais de nossa ligação ecológica com o mundo, formando um self limitado, isolado. A proposta é uma visão de um self que é permeável, interligado não apenas com outros o self de outros seres humanos, mas com todos outros seres viventes.

Preciso deixar registrado que minha posição não é conservacionista e desconhecadora das necessidades humanas. Meu respeito pelas pessoas envolve a consciência de que há condições que precisam ser atendidas, e nosso recurso é a natureza.

Cada vez fica mais evidente que a crise ambiental contemporânea não se deve a acidentes ou falhas ocasionais dos sistemas produtivos, mas sim ao funcionamento cotidiano dos padrões insustentáveis de produção e consumo vigentes nas diferentes sociedades, em sua interação com o planeta e seus ecossistemas (Pádua, 2002, p. 284).

Como Dubos (1981), acredito num *Namoro com a Terra*. E como todo namoro, com respeito e amor, para ser gratificante e duradouro, é necessário que os

parceiros se modifiquem e adaptem-se no processo de associação, mas “o efeito é bem mais interessante quando ambos os parceiros conservam elementos de sua individualidade, de seu próprio estado primitivo” (Dubos, 1981, p. 66).

Não estou querendo, saudosamente, voltar às raízes caboclas do povo brasileiro, mas destacar que uma reflexão de nossa interdependência com a natureza é necessária. A vida urbana, muitas vezes nos dá impressão que somos completamente independentes da natureza que nos cerca. Lembramos apenas do ambiente construído, esquecendo do ambiente natural de onde provêm os recursos alimentares e a matéria prima.

Não é saudosismo, é apenas uma forma de alertar para o fato necessário do processo educativo. Devemos pensar nossa relação com a natureza na construção de uma consciência moral ecológica. Fizeram isto nossos entrevistados ao longo de suas vidas, inicialmente com o auxílio de tutores aos quais eram ligados afetivamente, depois sozinhos, e atualmente nas discussões que participam, nos grupos e comunidades que freqüentam, nas palestras que proferem.

## **Capítulo 3. Ecologia – Alguns Conceitos**

A problemática ambiental na qual confluem processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade não pode ser compreendida em sua complexidade nem resolvida com eficácia sem o concurso e integração de campos muito diversos do saber (Leff, 2002, p. 60).

### **3.1. A Ecologia Natural, Social e Política**

Atualmente, o termo ecologia define uma ampla gama de aspectos, que vão da biologia à política, do social ao individual.

Em 1869 o zoólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1919) cunhou o termo ecologia, do grego *oikos* = casa e *logos* = estudo, para denominar a parte da biologia que teria por função estudar as relações entre as espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico.

Esta definição inaugura aquela que é descrita hoje como *Ecologia Natural*, que, enquanto ciência interdisciplinar, procura entender as leis que regem a dinâmica de vida na natureza, e que parece ser o termo mais conhecido da população em geral, porque muitas vezes as escolas de ensino fundamental e médio, permanecem apenas na definição da ecologia natural, não levando os sujeitos a uma reflexão mais ampla de sua participação no equilíbrio ecológico.

A definição de Grisi (2000, p. 65) demonstra justamente este aspecto:

Ecologia = Biologia Ambiental. Estudo da relação de um organismo ou de grupos de organismos, com o ambiente em que vivem, ou estudo das relações que os organismos mantêm entre si. A ecologia pode ser sucintamente definida como o estudo da estrutura e função da Natureza.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os efeitos da ação humana sobre o ambiente natural começaram a se explicitar e as classes mais favorecidas começaram a ser atingidas. Como por exemplo, no uso de agrotóxicos e dos agentes químicos.

Surge, assim, um outro aspecto desta ciência, a *Ecologia Social*.

A reflexão ecológica deixou de se ocupar apenas do estudo do mundo natural para abarcar também os múltiplos aspectos da relação entre os homens e o meio ambiente, especialmente a forma pela qual a ação humana costuma incidir destrutivamente sobre a natureza (Lago e Pádua, 1984, p. 14).

Esta concepção também é explicitada por Grisi (2000, p. 66) “Ecologia Humana = Etnoecologia. Estudo da relação do ser humano (considerando-se geralmente seus agrupamentos, raças ou etnias etc.) com o ambiente em que vivem”.

Outro grupo vê nos aspectos da ecologia apenas a conservação do ambiente natural ou dos animais, sem refletir a participação do ser humano neste contexto, tomando uma atitude protecionista de conservação da natureza por isto, chamados de *Preservacionistas*.

Este movimento tem suas raízes no século XIX, entre naturalistas e artistas, e reúne não só pessoas conscientes da necessidade da proteção ambiental e animal, cientes da sua necessidade para sobrevivência da espécie humana, mas também por razões estéticas, científicas, econômicas entre outras.

Estas idéias ecológicas, tão diversas, são organizadas em forma de defesa política através do *Ecologismo*, movimento que tem se caracterizado através dos chamados Partidos Verdes e nos países desenvolvidos tem conquistado espaços cada vez maiores nas eleições.

Sendo um movimento político, o ecologismo vai além das defesas do ambiente natural ou animal. Quer garantir a sobrevivência dos seres humanos num ambiente não só

mais conservado em suas características naturais, mas na forma de organização e aproveitamento dos espaços e das relações interpessoais. A política defendida pelos ecologistas

Não se preocupa apenas em garantir a sobrevivência da espécie humana, mas sim em garantir essa sobrevivência pela construção de formas sociais e culturais que permitam a existência de uma sociedade não-opressiva, igualitária, fraterna e libertária (Lago e Pádua, 1984, p. 37).

A concepção de ecologia referenciada neste trabalho envolve sua dimensão natural, cultural e social.

Percebo a ecologia como a necessidade que temos de respeitar o meio ambiente natural na sua dinâmica de sobrevivência, sem deixar de considerar as relações humanas como causa e resultado da relação do ser humano com a natureza.

### **3.2. Ecopedagogia**

A Pedagogia tem se mostrado uma importante ciência nas questões ecológicas, pois objetiva justamente promover a aprendizagem.

Na literatura pedagógica, muitos temas surgiram para discutir um futuro social melhor, como planetaridade, sustentabilidade, virtualidade, globalização e transdisciplinaridade. A Pedagogia pode contribuir muito nas questões ecológicas justamente por certa habilidade interdisciplinar que possibilita. “A transdisciplinaridade representa uma ruptura com o modo linear de ler o mundo, uma forma de articulação dos saberes” (Gadotti, 2000, p. 39).

Por estas características e outras, bem como um histórico que não cabe aqui descrever, surge a Ecopedagogia, um movimento social e político, que segundo Gadotti (1999) é fruto das organizações de educadores, ecologistas, trabalhadores e empresários preocupados com o meio ambiente.

Foi durante o Fórum Global 92 que se percebeu a necessidade de uma educação ambiental que incorporasse e estudasse, “como ciência da educação, os fins da educação ambiental e os meios de sua realização concreta (...) uma pedagogia do desenvolvimento sustentável ou de uma ecopedagogia” (Gadotti (a), 1999, p. 13).

A Ecopedagogia visa a formação da cidadania planetária, promoção de reflexões teóricas, conhecimento das formas de superação dos problemas ambientais pelos sujeitos sociais e a troca de experiências entre estes sujeitos.

Ecopedagogia é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem *do sentido das coisas a partir da vida cotidiana*. Encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o processo de abrir novos caminhos, e não apenas observando o caminho. É, por isso, uma pedagogia democrática e solidária (Gadotti (b), 1999, p. 11).

O movimento da Ecopedagogia também está preocupado com a *Ecoformação*, onde as experiências cotidianas das pessoas com o meio ambiente são o fundamento das relações de si próprio com o mundo.

Ecoformação é a expressão da consciência ecológica deste movimento, onde o sentido de nossas vidas não está separado do sentido do próprio planeta.

### **3.3. Ecofilosofia**

Höefel (1996, p. 73) nos orienta que “uma filosofia (...) é um caminho de questionamento, um método que coloca os pensadores em suas próprias e diversas rotas”, então não é à toa que a filosofia e seus filósofos dirijam sua atenção para a emergente problemática ambiental que nos cerca.

O termo *ecofilosofia* foi criado por Arne Naess, e para este filósofo norueguês e montanhista reconhecido, a crise ecológica tem uma função positiva, que é a de nos alertar sobre a gravidade da problemática ambiental que nos cerca. E porque “é trabalho do filósofo ir mais profundo nos problemas e situações que a princípio podem parecer simples ou óbvias, expondo suas raízes, de forma a revelar estruturas e conexões que então se tornarão visíveis” (Naess, 1989, p. 12. Apud Hoefel, 1996, p. 72), que Naess criou a concepção de *Ecologia Profunda* (Anexo A) em oposição à *Ecologia Superficial*. A *Ecologia Profunda* é necessária por que “Para ele o movimento chamado superficial não coloca tais questões no centro de suas atenções por crer que os distúrbios ecológicos são poucos, razoavelmente conhecidos e capazes de serem eliminados como outros distúrbios já foram” (Hoefel, 1996, p. 72). A *Ecologia Profunda* é fundamental nas reflexões da ecopsicologia.

A seu sistema filosófico, Naess denominou *Ecosofia T*, que

Torna-se uma visão de mundo filosófica e um sistema inspirado pelas condições de vida na ecosfera, que é característica de uma elaboração individual, referenciada em experiência particulares (...) Uma ecosofia tem como inspiração a ecologia, mas é importante observar que, embora a ecologia possa abarcar muitos elementos, ela não deve ser considerada uma ciência universal, pois não aponta todas as respostas. (Hoefel, 1999, p. 88)

Isto é certamente verdade. Nenhuma ciência dará todas as explicações necessárias a um determinado fenômeno social, principalmente às questões da problemática ambiental.

A explicação a seguir demonstra a relação da teoria de Naess com a ecopsicologia:

Arne Naess desenvolve uma noção de ética ambiental que está referenciada à visão das dimensões transpessoais do ser humano, possibilita uma identificação interna com outras manifestações de vida e um sentimento efetivo de igualdade e compartilhamento próximo da noção de unidade. (...) amplia a concepção de integração humana para incluir outras dimensões do ser (Hoefel, 1999, p. 101-102).

O processo de auto-realização, que é também uma meta básica da construção, é onde o sujeito procura expandir o eu (self) de forma a incluir outras pessoas, espécies e a própria natureza, é a emergência de uma consciência mais abrangente. Esta é justamente a proposta das terapias da ecopsicologia.

Utilizando-se do termo *Ecosofia*, Guattari (1995, p. 25) defende que a construção da subjetividade é uma realidade da sociedade moderna, onde a exploração e o desaparecimento da materialização das contradições provocam a construção de subjetividades, “à medida que se desenvolvem máquinas produtoras de signos, de imagens, de sintaxe, de inteligência artificial”.

Neste sentido se refere às construções da mídia e de outros processos que nos levam a construir uma realidade ficcional.

Não só constatamos nenhuma relação de causa e efeito entre o crescimento dos recursos técnico-científicos e (...) os progressos sociais, como parece evidente que assistimos a uma degradação irreversível dos operadores tradicionais de regulação social (Guattari, 1995, p. 30).



A Ecosofia, segundo este autor, é uma recomposição de práticas sociais e individuais numa proposta ético-estética, e nos remete a três rubricas complementares: a ecologia social, a ecologia mental e a ecologia ambiental.

A ecologia ambiental é a descrição biológica e naturalista da ecologia.

A ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas a partir do foco de que o poder capitalista se desterritorializou e se infiltrou no inconsciente, ampliando seu domínio sobre a vida social, econômica e cultural do planeta.

A ecologia mental, fugindo à idéia de criar consenso, cultivará o dissenso e a produção singular da existência, estando presente na vida cotidiana, individual, doméstica, de criação e ética pessoal.

Sylvan e Bennett (1994), na linha da ecofilosofia, discutem de forma muito interessante a construção de uma ética do ambiente, ética ecológica ou ética verde. E dizem que

Uma ética ambiental (...) também é uma ética operacional. Isto inclui as recomendações para ação prática ambiental bem como as expressões do princípio. Uma ética ambiental inclui tanto uma descrição do que deve ser o caso e as sugestões particulares para ação (Sylvan e Bennett, 1994, p. 09).

Os autores concluem seu livro com um capítulo de sugestões para estas ações. Não cabe aqui descrevê-las, mas garanto-lhes que estão dentro do raciocínio que tenho apresentado até aqui, envolvendo a relação integral do ser humano com a natureza e a utilização racional dos recursos naturais.

Os ecofilósofos concordam com a concepção de que o meio ambiente deve ser visto através de uma perspectiva ética, mas esclarecem que não há um consenso sobre o que seja uma ética ambiental. Incluí então esta questão a ser pesquisada com os

entrevistados, o que ficou muito pertinente aos meus interesses, pois “Uma ética ambiental envolve nova conceitualização de comportamento adequado e inadequado com respeito ao meio ambiente” (Sylvan e Bennett, 1994, p. 09). É justamente isto que terei oportunidade de investigar ao pesquisar com os entrevistados a psicologia moral.

Em tempo, é necessário distinguir ética e moral.

O psicólogo e Livre Docente da Universidade de São Paulo, Yves de La Taille (2001), baseia-se em diversos autores, como Freud (1922) e Piaget (1932) para defender uma diferença crucial entre *moral* e *ética*, e trata de esclarecer que em nenhum dos autores citados há esta distinção explícita, mas que ela pode ser inferida. Sendo esta uma construção teórica de La Taille (2001), resumirei suas idéias.

Se moral e ética são muitas vezes tomadas como sinônimo, é por desconhecermos sua fundamentação teórica. A moral engloba as diversas regras e valores dos homens, enquanto a ética é o estudo destas regras e valores no campo filosófico, psicológico e sociológico. “A ética está para a moral como a epistemologia está para a ciência” (La Taille, 2001, p. 68). Enquanto na moral estão as leis, na ética estão os ideais que dão sentido à vida. Enquanto a moral diria *não matarás* a ética discutiria *o valor da vida*.

Se são confundidas como sinônimos, então não se poderia pensar, que a moral engloba a ética ou a ética engloba a moral? La Taille diz que é uma questão de abordagem de cada sistema filosófico. Para alguns as leis são imperativas, para outros as leis derivam de objetivos existenciais.

Como a teoria de La Taille é uma teoria psicológica, ele acredita que a ética engloba a moral, e assenta sua teoria na visão piagetiana onde, no desenvolvimento moral,

a moral heterônoma (da coação e respeito unilateral) antecede a moral autônoma (da legitimidade das regras e respeito mútuo).

São por isto as conclusões de Freitas (1999) de que, para Piaget, somente quem tem uma personalidade autônoma é capaz de ação moral, pois esta implica uma relação com o outro, o que não é a única causa da ação moral, mas é desta uma implicação constante.

Ação ética exige, para Freitas (1999), possibilidade de raciocínio lógico, relação de respeito mútuo e constituição de uma tábua de valores. Não há sentimento de obrigação para com o outro senão no interior de relações interindividuais de respeito.

A presente idéia, que distingue moral e ética, é referenciada entre outros, por Sánchez-Vázquez (1998), para quem, quando se passa de uma questão moral efetiva, vivida, com problemas práticos, para uma moral reflexiva, com problemas teóricos morais, já estamos falando de ética.

“À diferença dos problemas práticos morais, os éticos são caracterizados pela sua generalidade (...) será inútil recorrer à ética com a esperança de encontrar nela uma norma de ação para cada situação concreta” (Sánchez Vázquez, 1998, p. 07).

E ainda, na descrição de Eckensberger (2001), pesquisador da Psicologia Ambiental, *ética*, no senso estrito da palavra, não se refere a como o mundo *é*, mas como o mundo *deveria ser*, não se refere a como as pessoas agem ou agiriam numa situação particular, mas como elas devem ou deveriam agir.

### 3.4. Psicologia Ambiental

A Psicologia Ambiental é uma nova área da psicologia no Brasil, que segundo Günter e Rozestraten (1993), está presente nos Estados Unidos desde meados do século XIX.

Aviso que não se trata aqui de realizar um histórico desta disciplina, pois é uma área recente e indefinida e a “busca de informação sobre essas produções em nossos países enfrenta sérias dificuldades”, é o que avisa Pinheiro (2001, p.13), doutor em Psicologia Ambiental pela Universidade do Arizona (Tucson, EUA) e Coordenador da Base de Pesquisa do Grupo de Estudos Pessoa Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Para Melo (1991, p. 85), a Psicologia Ambiental inicia após a II Guerra com a necessidade de reconstrução das cidades e a política de reconstrução, surgindo nos fins dos anos 50 e início dos anos 60 como *Psicologia da Arquitetura* “a partir da necessidade dos arquitetos de entenderem os requerimentos e as necessidades dos futuros ocupantes das grandes obras públicas”.

Isto também afirma Pol (2001), identificando que os trabalhos de Lee (1954/1977), um pioneiro da Inglaterra, antecessor da formalização da Psicologia Ambiental moderna,

Estão vinculados precisamente com a construção de novos habitat's, construção de novas áreas residenciais nas alturas em um país onde a população está acostumada a viver no nível do solo, para acolher a população humilde, desempregada ou imigrante de zonas rurais. Os técnicos e políticos se perguntavam como a população se adaptaria a esta nova estrutura de habitat. Também desenvolveu

trabalhos sobre a população escolar e o efeito do transporte escolar em criança. (Pol, 2001, p. 54).

Já para os Estados Unidos, Pol (2001) identifica uma origem mais ligada à psicologia individual em situações clínicas. Como os trabalhos sobre comportamento espacial em hospitais psiquiátricos numa situação quase experimental.

#### Na história da Psicologia Ambiental internacional

Aparecem reminiscências dos primeiros grupos reunidos em pubs do Reino Unido (...) nos EUA (...) um pequeno grupo de pessoas em Salt Lake City, Utah, e da criação da *Environmental Design Research Association*, a EDRA, em 1969 (Pinheiro, 2001, p. 21).

Wiesenfeld (2001) identifica o desenvolvimento da psicologia ambiental a partir da academia, da docência em cursos de graduação e pós-graduação para carreiras como psicologia e arquitetura. Pode-se perceber pelas áreas de pesquisa relacionadas para a época a ênfase da psicologia ambiental em questões urbano espaciais. Estas tendências se confirmaram nos resultados do Congresso Interamericano realizado na Venezuela em 1999. Segundo a autora, entre oito congressos interamericanos, de 1985 a 1997, com 170 trabalhos de 17 países, o Brasil tinha a maior representatividade, com 34 trabalhos.

Cito apenas alguns temas tratados para exemplificar: processos psicossociais e privacidade, qualidade de vida, organização espacial, avaliação e satisfação residencial, efeitos psicobiológicos de tóxicos ambientais, condições ambientais urbanas e estresse, efeitos do ruído, processos urbanos e modos de vida. Para Wiesenfeld (2001), todo o conjunto representa um avanço teórico e metodológico, com boas perspectivas para o campo da indagação psicoambiental.

Pinheiro (2001) descreve resumidamente uma cronologia da Psicologia Ambiental no Brasil: Entre 1970 e aproximadamente 1985, se caracteriza por traduções de

obras estrangeiras e cursos isolados tendo como principais beneficiários os arquitetos; aproximadamente de 1981 a 1993, destacam-se autores isolados ou intra-clusters - trabalhos de autores dentro de seus grupos, na relação orientandos-orientadores e/ou programas de pós-graduação, numa relação vertical de troca de informações e não horizontal, ou seja, com outros grupos; somente a partir do início da década de 90 teremos as iniciativas de relações horizontais e integração, bem como a mudança de paradigma nos temas, identificando-se uma psicologia ambiental *Verde*, além das discussões espaciais e territoriais. Há que se considerar que as fases se interpenetram.

“A psicologia ambiental tem suas raízes (...) em muitas outras áreas, tais como ergonomia, arquitetura, urbanismo, paisagismo, geografia social, sociologia urbana, biologia e climatologia” (Günter e Rozestraten, 1993, p. 110). Note-se que a ecologia não foi citada. Assim, percebe-se que, embora a Psicologia Ambiental procure compreender os fenômenos psicológicos dentro do contexto cultural específico e suas pesquisas venham se aproximando mais da área social, ainda enfrentam a problemática das ciências interdisciplinares, que é chegar a um consenso entre seus teóricos, dos aspectos relevantes ou centrais.

A influência dos autores focados nos estudos do ambiente sobre o indivíduo, segundo Pinheiro (1997, p. 387), estendeu-se por toda a década de 70, enquanto as recentes pesquisas, socialmente mais críticas sobre a inter-relação do ser humano com seu ambiente considera “mais enfaticamente a ação das pessoas sobre os ambientes, assumindo mais integralmente a inter-dependência pessoa-ambiente” .

Como o estudo de Günter e Rozestraten (1993, p. 115) onde,

O tema personalidade e ambiente inclui questões sobre as características do candango e do brasileiro, mudanças de comportamento decorrentes de variações sazonais, ou estratégias para lidar com um ambiente setorizado e estruturado para resolver os afazeres.

Segundo o esclarecimento de Carneiro e Bindé (1997) o termo *Psicologia Ecológica* ou *Ecopsicologia* é mais utilizado nos países de idioma germânico, enquanto nos países da esfera anglo-americana, é mais utilizado o termo de *Psicologia Ambiental*.

Ainda segundo estes autores, encontra-se na literatura o uso de Psicologia Ecológica e Psicologia Ambiental como o mesmo campo de estudo, assentada no conceito de *behavior setting*, onde os acontecimentos da vida diária se localizam em uma unidade natural (em contraposto a experimentos em laboratório).

Mello (1991) faz uma relação de obras com forte influência da percepção e análise espacial numa perspectiva comportamental, listados abaixo:

- a) Espaços físicos, como pontos e estradas, funcionam como barreiras psicológicas;
- b) Respostas dos sujeitos em situações de incêndio;
- c) Territorialidade;
- d) Hierarquia do focus dos cômodos de uma residência;
- e) Relação do *design* dos edifícios e casas residenciais com a prática de crimes;
- f) Relação entre política de educação e o desenho arquitetônico.

Esta é uma das críticas dirigidas ao modelo barkeriano, e a busca por mudanças encaminham os estudos teóricos da Psicologia Ambiental.

Nesta nova perspectiva estão autores como Bonfenbrenner (2000, p. 33), que defende a influência que a inter-relação entre os sistemas micro, meso e macro. O autor propõe que, “na pesquisa ecológica, as propriedades da pessoa e do meio ambiente, a estrutura dos cenários ambientais e os processos ocorrendo dentre e entre eles devem ser considerados como interdependentes”.

Pinheiro (1997, p. 389) nos pergunta:

Quais seriam, então, as características básicas de uma disciplina psicológica e científica interessada em compreender a complexa interação dos seres humanos e seu meio ambiente? E não só compreendê-la, mas também desenvolver estratégias e ferramentas de aplicação e intervenção que venham a contribuir para uma mudança substancial na maneira de nos relacionarmos com o planeta e com a vida nele existente?

E aponta algumas especificidades possíveis e futuras para a Psicologia Ambiental

- a) Estudos sobre a percepção, processo através do qual se inicia o ciclo psicológico das pessoas;
- b) Enfoque da inter-relação e interdependência pessoa-ambiente como conceitualmente distinto da ação isolada de suas componentes sobre o comportamento;
- c) Flexibilidade no emprego de níveis variáveis de análise: do indivíduo, do relacionamento ou das regras sociais e culturais;

Não é difícil perceber que o presente trabalho se adequa em todos os itens propostos pelo autor para o futuro da Psicologia Ambiental. Espero poder contribuir com alguns dados importantes para o desenvolvimento desta área da psicologia.

Na bibliografia levantada, que inclui o final do século XX e início do século XXI, se constata que a Psicologia Ambiental no Brasil vem sofrendo visivelmente a transformação de uma psicologia da arquitetura, uma psicologia espacial, para uma área



que discute a subjetividade e a inter-relação dos seres humanos com os ambientes que os cercam. Já na literatura norte americana, inclusive a canadense, continua a tendência a uma psicologia individual e clínica, apontando, por exemplo, o xamanismo como alternativa terapêutica para ecopsicologistas.

Tassara (2004, p. 06) defende para a contemporaneidade uma

Tarefa hercúlea, que envolve uma verdadeira revolução de ideais científicos, pois implica enxergar o mundo, o ambiente, como algo produzido pelo homem em suas relações com a natureza e a ser construído pelas decisões de verdadeiras políticas ambientais a serem instaladas.

Nesta perspectiva, a Psicologia Ambiental precisa

Desenvolver conhecimento sobre como se constroem específicas e universais noções de espaços-territórios-lugares e como se relacionam as mesmas com as identidades individuais, sociais e culturais, e as intervenções psicossociais fundamentando e fundamentadas em exigências racionais de transformação ambiental (Tassara, 2004, p. 06).

Os psicólogos brasileiros têm contribuído para isto, pois o evento considerado o mais importante do mundo em psicologia ambiental foi realizado no Brasil em 2002: Seminário Internacional *O Papel da Psicologia Ambiental no Estudo das Questões Ambientais*, realizado em São Paulo (SP) sob a promoção da Universidade de São Paulo – USP e do *International Association for People-Environment Studies* - IAPS. (Tassara, 2004).

Pol (2001, p. 57) identifica na Europa, a partir de 1993, “a passagem de uma psicologia da arquitetura para uma Psicologia Ambiental verde. (...) Psicologia Ambiental orientada para a sustentabilidade”. A discussão sobre a sustentabilidade é fundamental na atualidade. Ela comparece na fala de nossos entrevistados de forma pungente. É um tema desafiador e envolvente, e trás em seu bojo um aspecto essencial.

Pol (2001, p. 63) destaca que o princípio da sustentabilidade

É aceito por uma parte da sociedade que nunca aceitaria princípios ambientalistas-ecologistas. E aceito pela parte dos ambientalistas-ecologistas mais radicais, que vêm que, de alguma forma, um certo nível de desenvolvimento é preciso, mas que temos que fazer um desenvolvimento que seja compatível com a capacidade de carga do planeta etc. Apesar de que uns enfatizam “desenvolvimento” e outros enfatizam “sustentabilidade”, a idéia de desenvolvimento sustentável aparece como uma possibilidade comum, como um ponto de encontro, porém não necessariamente de acordo.

É fundamental esta disposição da psicologia ambiental para o Brasil, onde características históricas, econômicas e culturais levam a uma urgência na apresentação de soluções para a séria problemática social, envolvendo não somente os espaços urbanos, mas também os espaços rurais, a situação agrícola e fundiária do país, as reservas extrativistas, a conservação de florestas essenciais aos ecossistemas, entre outros temas.

### **3.5. Ecopsicologia**

Passo a apresentar referencial bibliográfico que encontrei sob o título de *ecopsicologia*.

Brown (1995) é um autor muito positivo quanto à atual condição da defesa ambiental e lembra que, diante de tudo que ainda há para ser feito, costumamos nos esquecer dos ganhos obtidos nas últimas três ou quatro décadas, alertando para o fato de que, há menos de 20 anos, a maioria dos americanos não tinha idéia dos problemas

ambientais que sofremos e agora “Todos parecem estar protegendo algum pedaço, grande ou pequeno, da biosfera – das florestas tropicais mundiais até os ribeirões locais que passam pela nossa comunidade” (Brown, 1995, p. xiv).

Certamente a palavra *todos* não pode ser atribuída ao Brasil, mas é fato que muitas mudanças estão acontecendo, cada vez mais pessoas estão sensibilizadas para a questão ambiental e parece iniciar-se uma Revolução Ambiental.

O que estamos agora vendo é nada menos que uma revolução ambiental, uma transformação econômica e social (...) Como a revolução agrícola, a revolução ambiental mudará dramaticamente as tendências da população. (...) A ecopsicologia volta-se para o problema de comunicação efetiva com o público em geral que terá que enfrentar as demandas da revolução ambiental (Brown, 1995, p. xv)

Este autor nos convida a pensar que a psicologia é o estudo da alma em toda sua complexidade e contradição, daquilo que as pessoas amam, odeiam, temem e precisam. Portanto, a psicologia está intimamente relacionada à ecologia, precisamos apenas decidir se acreditamos em nossa conexão com o planeta. Os ecopsicólogos acreditam nisto. “Acreditam que há um vínculo emocional entre os seres humanos e o meio ambiente natural pelo qual nos envolvemos” (Brown, 1995, p. xvi).

A ecopsicologia é um campo emergente que reconhece que não se pode viver saudavelmente sem um relacionamento sã com seu meio ambiente. Atualmente nos E. U., um grupo de pensadores críticos mordazes vem participando de diálogos visando criação de uma nova profissão combinando a sensibilidade da psicoterapia com a habilidade dos ambientalistas (Gray, 1995, p. 173).

Brown (1995) esclarece que a contribuição da ecopsicologia à política ambiental é a identificação das forças irracionais que ligam as pessoas aos seus maus hábitos. Entre os maus hábitos está sendo incluído o consumo, entre outros que provocam nosso desligamento da natureza. Os ecopsicólogos “Querem saber como libertar pessoas do vício

dos shopping centers e estimular valores que servem à vida do planeta em vez de pô-la em perigo” (Brown, 1995, p. xvi). A ecopsicologia se delinea como uma investigação da alma humana e um processo terapêutico de reencontro com ela, em suas origens ecológicas.

É neste sentido que se dirige a proposta deste trabalho, investigar como pessoas ligadas à defesa ambiental construíram suas identidades, mas não falarei de alma, falarei da personalidade moral.

Segundo Keeney (1997, p. ii), “Ecopsicologia, uma perspectiva emergente na psicologia americana e europeia, fundamenta-se na premissa de um inter-jogo cinético entre o bem-estar individual e planetário”. Algumas culturas humanas favoreceram o desenvolvimento de uma consciência ecológica saudável.

Inclui-se entre os construtos teóricos dessa perspectiva:

1. Existência de uma consciência ecológica primária;
2. Animismo enquanto fundamento de um ego ecológico;
3. Cultura enquanto contexto para o desenvolvimento de uma reciprocidade ambiental;
4. A Terra é como um organismo vivo e nós enquanto indivíduos e espécies, parte dele.

Para Anthony (vide Roszak, 1995), a Ecologia Profunda é a base da ecopsicologia, porque é preciso pensar um processo pelo qual passam muitas pessoas e que não tem recebido a devida atenção, o processo de sofrimento por estarem paulatinamente perdendo sua ligação com a terra.

O autor está se referindo a dois grupos, pequenos agricultores que amam muito o que fazem, mas que estão sendo expulsos da terra e pessoas que já vivem na cidade, mas frustradas por não terem um relacionamento funcional com a natureza.

Anthony denuncia a discriminação dos negros até nas questões ecológicas e defende a construção de um *self multicultural*, que é a construção de um self capaz de abrigar e respeitar pessoas diferentes, culturas diferentes. Por que “as pessoas de cor muitas vezes vêem as ameaças alarmantes sobre o colapso do ecossistema como um último estratagema da elite para manter o controle do discurso econômico e político” (Roszak, 1995, p. 265).

A ecopsicologia tem estado preocupada em resgatar a nossa ligação com a Terra, um *self mais profundo* – entendido aqui como a parte do self adaptado ao mundo natural, orgânico e inorgânico (Hillman, 1995).

Gray (1995) estudou por mais de 10 anos com os xamãs nativos e curandeiros, e criou uma forma de xamanismo, específica para o setting urbano moderno, que ela chama de *aconselhamento xamânico* e que é principalmente um corpo de pensamentos que olha para a cultura através do *xamanismo perene*, numa tentativa de misturar sua educação em psicologia euro-americana com o que pôde aprender com seus ancestrais.

É a velha forma da cura da mente/corpo conhecida da humanidade. Envolve o uso dos estados alterados da consciência com o propósito de restaurar o bem estar daqueles que estão doentes ou impotentes (...) tem pelo menos quarenta mil anos (...) no ocidente sua prática foi erradicada por causa do Iluminismo (Gray, 1995, p. 173).

O xamanismo se relaciona com a ecopsicologia porque sua visão de mundo é de que a saúde se nivela a um relacionamento equilibrado com todos os seres vivos, tenta reestruturar a força e colocar o indivíduo em harmonia com a vida. “Os ecoterapeutas

podem observar as técnicas do xamanismo e aplica-las clinicamente com indivíduos e com grupos” (Gray, 1995, p. 174).

O trabalho tem por foco o uso do direcionamento sônico, com tambores, chocalhos e cantorias, que segundo Gray (1995, p. 180), ajudam o indivíduo a resolver melhor seus problemas do que com seus simples pensamentos. “O tambor é encarregado de transportar o viajante para outra realidade, onde a experiência visionária ocorre”.

“Tivemos mais de quarenta mil anos de experimentação do xamanismo sobre como viver saudavelmente nesta terra. Há muitos modelos sustentáveis de sociedades indígenas. Não há modelos sustentáveis de sociedades industriais” (Gray, 1995, p. 182).

Sewall (1995) considera que estávamos vivendo uma *miopia coletiva*, uma defesa psicológica para não percebermos o que esta acontecendo com a Terra. Uma forma de negação que nos protege dos últimos acontecimentos. Negamos a necessidade de mudar, de uma reavaliação radical de nós e no meio desta negação, ainda perpetuamos a destruição da biosfera.

A Ecologia Profunda e a Psicologia Progressiva começaram a incitar um conceito de self ecológico, no qual a divisão entre o mundo interior e exterior torna-se uma distinção arbitrária e histórica (...) o self ecológico experimenta uma permeabilidade e fluidez dos limites. Isto se manifesta como uma empatia e identidade com a família, amigo, namorado, comunidade, humanidade e igualmente com todo o mundo não humano (Sewall, 1995, p. 202-203).

Trata-se aqui de alterar a forma de perceber o mundo e conseqüentemente alterar a consciência. Isto é eficaz porque a percepção, a consciência e o comportamento são radicalmente interdependentes, tanto quanto os demais elementos da biosfera, portanto, se alteramos a consciência, esta altera o comportamento.

Para atingir este objetivo a autora desenvolveu cinco práticas perceptivas, que são alteráveis pela experiência ou que podem ser trabalhadas para a percepção de nossas condições ecológicas.

Estas práticas incluem (1) aprender a servir ou ser consciente, dentro do domínio visual; (2) aprender a perceber relacionamentos, contexto e interfaces; (3) desenvolver flexibilidade perceptiva através de escalas especiais e temporais; (4) aprender a re-perceber a profundidade; e (5) aprender a usar intencionalmente a imaginação (Sewall, 1995, p. 204).

Metzner (1999) é um psicólogo que prefere o termo *Green Psychology* ao de ecopsicologia. A razão do autor se assenta no fato de considerar que não temos condições de advogar a criação de uma nova subdivisão da psicologia, juntando clínica, social, desenvolvimento entre outras.

*Green Psychology* é na verdade uma proposta de discussão sobre o que a psicologia é e o que tem sido, bem como uma revisão do contexto da vida humana na psicologia, porque a psicologia precisa da ecologia e a ecologia precisa da psicologia, mas elas não têm estado ligadas. É preciso reinventar os paradigmas fundamentais das ciências sociais, religião e filosofia.

Metzner (1999, p. 81) diz que há uma alienação patológica dos humanos pelo resto da biosfera e que devemos procurar um “tratamento apropriado para a cura da presente ecocatástrofe”. Para isto o autor diz que não devemos utilizar os conhecimentos da psicologia individual, mas da psicologia coletiva, vendo neste processo uma boa tendência para a psicologia das massas de Wilhelm Reich.

## **Capítulo 4. Psicologia Moral e Ecologia**

A moralidade é um dos mais antigos temas de preocupação do ser humano. Assim, seria uma incoerência apresentar apenas uma definição para esse tema interdisciplinar.

Contudo, um esclarecimento a respeito de como tenho percebido e como abordarei os conceitos de moralidade, se faz necessário para a defesa dos posicionamentos assumidos neste trabalho.

Enquanto a sociologia pergunta pelas conseqüências objetivas de uma ação no contexto social, a filosofia pergunta pelos critérios ou princípios (conscientes) que orientaram essa ação, e a psicologia tenta desvendar as causas subjetivas (os impulsos, os motivos) que levaram o sujeito a agir consciente ou inconsciente desta e não de outra forma. (Freitag, 1997, p. 14).

Considero a moralidade essencial para o bem que possamos fazer uns aos outros na construção de uma sociedade melhor, e nas questões ecológicas. Penso que é essencial a construção da moralidade para que possamos viver com qualidade. Moral, “cuja finalidade primeira é garantir a felicidade e o bem estar dos indivíduos” (La Taille, 1998, p. 44-45).

Também está inserida na concepção de moralidade deste trabalho a idéia de que a moralidade é referenciada pela cultura a que o sujeito pertence, e que não está restrita à obediência cega de parâmetros pré-determinados. Moralidade implica tomada de consciência e adesão por livre arbítrio a normas e regras.

O ato moral, como ato de um sujeito real que pertence a uma comunidade humana, historicamente determinada, não pode ser qualificado senão em relação com o código moral que nela vigora (...) de tal maneira que estas normas (...) sejam acatadas livre e conscientemente (Sanches Vázquez, 1998, p. 66-67).



É assim que vejo a moralidade em relação à ecologia. O meio cultural dos indivíduos, contemporaneamente, diz respeito a conhecimentos cada vez mais divulgados sobre a ecologia, tornando-a assim, um código moral do grupo a que pertencemos, este inclusive referenciado de forma legislativa e judiciária.

A tomada de consciência é o que se espera de indivíduos que tenham a oportunidade de frequentar escolas e outros grupos (como associações, cooperativas, grupos de jovens) aonde o tema vem sendo debatido, incluindo-se neste aspecto a mídia das grandes massas, que frequentemente aborda o tema em todas as suas facetas: derrubada e queimada de vegetação natural; produção de poluentes por carros e fábricas; produção e tratamento de lixo; aumento do número de animais em extinção; mortes e maus tratos de animais silvestres escravizados; conseqüências das agressões à natureza, como enchentes, assoreamento dos rios, entre outros elementos.

Acredito que a questão ecológica é também uma questão moral, pois envolve elementos *self e other regarding* - referenciados em si e no outro. Assim sendo, uma pessoa moral ecologicamente é aquela que possui valores que regulam sua ação em função do respeito por si, seu próprio espaço e sobrevivência, mas também por outros, pelo valor à vida e pelo espaço que todos ocupam - o espaço público.

Segundo os ecofilósofos Sylvan e Bennett (1994, p. 08), durante a breve história da filosofia ocidental os seres humanos foram os únicos objetos da preocupação moral e atualmente se discute a idéia de que o mundo não humano é parte da ética centro humana, “O que há de novo no Ocidente, é a contemplação séria de incluir o mundo não humano na preocupação moral e até mesmo estender um tratamento adequado ético para suas partes”.  
Participo deste grupo.

Para introduzi-los na teoria que embasa este trabalho, começo citando dois grandes teóricos da psicologia moral. Foi a partir de Piaget e Kohlberg que se desenvolveu esta área da ciência psicológica. É preciso lembrar que a teoria da psicologia moral surge a partir da psicologia do desenvolvimento, mais especificamente nos estudos de Piaget e Kohlberg.

Vou apresentar suas teorias para então discutir a relação da psicologia moral com a ecologia, esclarecendo os aspectos da tese e hipóteses deste trabalho.

#### **4.1. Regulação Moral Autônoma, a teoria de Jean Piaget**

Na obra intitulada *O Juízo Moral na Criança* Jean Piaget (1932/1994) estabeleceu duas morais: a moralidade heterônoma, relacionada à coação – presente nos primeiros anos de vida da criança, ainda sob a autoridade de seus pais e a moralidade autônoma, relacionada à cooperação – presente a partir de aproximadamente 11, 12 anos de idade, mas que inicia, de forma incipiente, a partir de 7, 8 anos de idade.

Buscando conhecer o raciocínio da criança, Piaget pesquisou grande grupo através das técnicas: dilemas morais e entrevista clínica, jogando com as crianças e as entrevistando nas brincadeiras de amarelinha, pega-pega e bolinha de gude.

A teoria piagetiana descreve o desenvolvimento moral como organizado em estágios. Os estágios morais são dependentes do desenvolvimento cognitivo. É preciso haver condições cognitivas para compreender os processos envolvidos. São eles:

1° - Estágio (até os 2 anos): *motor e individual*, quando a criança simplesmente manipula objetos diversos para estabelecer alguma ritualização, que é própria da fase, onde os rituais como processo de adaptação efetiva, servem de brincadeira para a criança. De modo regular e não automático, a criança estará assimilando o novo objeto.

2° - Estágio (entre 2 e 5, 6 anos): caracterizado pelo *egocentrismo* infantil. A criança aceita as regras que recebe do exterior, dos adultos ou dos meninos mais velhos (no caso do jogo). Considera as regras sagradas e imutáveis e é completamente avessa à sua mudança. Joga com os outros imitando. Crê que está em interação com os demais, enquanto esta jogando só para si. Modifica as regras sem perceber.

3° - Estágio (entre 7, 8 anos e 11, 12 anos): caracterizado por uma *cooperação nascente*. A criança já conhece as regras e já aceita suas mudanças, desde que o grupo esteja de acordo com elas. Na verdade elas jogam juntas, mas com uma infinidade de regras concomitantes.

4° - Estágio (11, 12 anos): ocorre finalmente a *codificação das regras*, a organização do pensamento e a autonomia. Joga pelo prazer da disputa, mas procura interagir quanto às regras, que jamais são fixas e dispõe de possibilidade de mudanças se decididas pelo grupo.

Na moralidade heterônoma estão presentes a coação e o respeito unilateral, frutos do desejo de ser aceita e amada por seus pais. Parece que os comportamentos adultos, como as repreensões que o adulto faz à criança, ficam como registros afetivos e comandam seus julgamentos morais, pois “são as pessoas exteriores que canalizam os sentimentos elementares da criança, e não estes que tendem, por si próprios, a se regularizarem do interior” (Piaget, 1932/1994, p. 296).

A moralidade autônoma é resultado de uma crescente necessidade de cooperação, por sua vez resultado da percepção da necessidade de cooperar para manter as relações e agora, ser aceita pelos colegas, e não mais apenas pela família.

Para isto, a construção das duas morais (a moral heterônoma e a moral autônoma), na teoria piagetiana, pressupõe a evolução da Noção de Responsabilidade Objetiva para a Noção de Responsabilidade Subjetiva.

Na Noção de Responsabilidade Subjetiva, o sujeito, descentrado de seu egocentrismo, começa a perceber a intencionalidade dos atos. Dá-se conta das conseqüências distintas que as ações possuem quando, na relação com outrem, implica a percepção do objetivo pré-estabelecido do ato.

A compreensão da realidade e da verdade, bem como, a compreensão dos atos e conseqüências, que só são possíveis nesta fase do desenvolvimento intelectual, leva o sujeito a uma crescente cooperação. Inclusive porque este passa a ter maior compreensão das relações que o une aos outros indivíduos, ou seja, da necessidade de discutir regras e formas de realização de outras atividades, para possibilitar e manter as relações interpessoais tão valorizadas a partir deste momento.

O sujeito, portanto, evolui da Heteronomia e Noção de Responsabilidade Objetiva – onde julga as situações por suas conseqüências e não pela intencionalidade, para a Autonomia e Noção de Responsabilidade Subjetiva. As duas primeiras são preponderantes no 1º e 2º estágios. A cooperação é insipiente no 3º estágio, mas já se pode perceber seu início, bem como a noção de responsabilidade subjetiva. A autonomia só chega com o último estágio.

Não posso deixar de destacar que, para Piaget, todo o processo cognitivo é elaborado através de um processo de Assimilação e Acomodação. A acomodação de novos conteúdos é um processo além da assimilação (tomar conhecimento da existência de), ocorre somente quando os conteúdos vão sendo reestruturados na organização perceptiva e cognitiva do sujeito.

Nenhuma pesquisa enfocando a ecologia na teoria piagetiana foi encontrada no levantamento bibliográfico.

#### **4.2. Princípios Éticos Universais, a teoria de Lawrence Kohlberg**

Kohlberg (1955/1992), a exemplo de Piaget, também estruturou sua teoria em estágios. A diferença é que estes vão além da faixa etária estabelecida por Piaget, chegando à vida adulta.

A última fase descrita por Kohlberg é a partir de 20 anos, e trata de chegar à consciência dos *Princípios Éticos Universais*, para além da heteronômia, das regras pré-estabelecidas e dos contratos sociais, onde os motivos de uma ação moral têm também um elemento cognitivo formal.

Usando dilemas morais – como o Dilema de Heinz, Kohlberg (1955/1992) percebeu fatos já enfatizados por Piaget, como a conclusão de que, com a idade aumenta a capacidade de discriminar intencionalidade, e o fato de que esta tendência relaciona-se ao desenvolvimento intelectual do sujeito.

A estrutura madura e elaborada de sua teoria é descrita em três níveis de desenvolvimento sociomoral, divididos em seis estágios:

- |                        |  |
|------------------------|--|
| Nível Pré-Convencional | 1. Moralidade Heterônoma   |
|                        | 2. Individualismo, Intenção Instrumental e Troca                           |
| Nível Convencional     | 3. Expectativas Interpessoais, Mútuas Relações e Conformidade Interpessoal |
|                        | 4. Sistema Social e Consciência  |
| Nível Pós-Convencional | 5. Contrato Social ou Utilidade e Direitos Individuais                     |
|                        | 6. Princípios Éticos Universais  |

O primeiro nível é relativo aos sujeitos até nove anos de idade, e o último nível, dos Princípios Éticos Universais, relativo aos sujeitos acima de 20 anos de idade, ao qual, segundo Kohlberg, só chega um número reduzido de sujeitos.

Pode-se descrever as diferenças no desenvolvimento sociomoral entre os estágios nas bases da consciência das regras, moralidade heterônoma e autônoma e quanto ao raciocínio moral, onde está inserida a consciência e o tipo de justiça praticada.

No terceiro nível encontram-se os sujeitos com plena consciência das regras e com autonomia sobre suas escolhas e atitudes: o sujeito aceita as regras e normas da sociedade. Embora o individual seja considerado, nas questões de legalidade e moralidade, prepondera a perspectiva dos contratos e outros mecanismos formais.

Chegando-se ao máximo da autonomia, a concepção é de que a natureza da moralidade está assentada no fato de que as pessoas são fins em si mesmas, precisam ser

tratadas como tais. Isto é dado pela crença de que há princípios morais universais e que os indivíduos estabelecem compromissos com esses princípios.

Busca-se seguir princípios éticos universais como a justiça, igualdade, dignidade dos seres humanos, portanto, mesmo os princípios auto-selecionados, leis particulares e acordos sociais estão baseados nestes princípios.

Neste nível, evolui-se a partir da consciência dos direitos individuais como mantenedores da estrutura social, para uma forma ideal de respeito e consideração mútua, onde se constrói um ponto de vista ideal, segundo o qual todos os seres humanos deveriam ser considerados uns para os outros, como pessoas livres e autônomas. “Isto significa uma igual consideração dos interesses e dos pontos de vista de cada pessoa afetada pela decisão (...) governada por procedimentos para assegurar a justiça, a imparcialidade” (Kohlberg, 1955/1992, p. 584).

Com o estabelecimento de uma consciência de que somente a justiça, a imparcialidade e a reversibilidade poderão levar os sujeitos a um máximo de qualidade de vida, equidade entre todos e liberdade compatível, o indivíduo adotaria a Regra de Ouro: *Eu gostaria que alguém no meu lugar tivesse tomado a decisão que tomei?*

Para a educação, Kohlberg propõe programas de desenvolvimento moral. É possível evoluir entre os níveis, dentro de um limite compatível com a habilidade e capacidade cognitiva individual, através das discussões de dilemas morais, onde se envolva pessoas de dois níveis diferentes, sendo um deles mais desenvolvido.

Encontrei duas pesquisas baseadas na teoria kohlberiana e preocupadas com a ecologia e a moralidade.

#### **4.2.1. Promoção de Atitudes Ambientais Favoráveis Através dos Debates de Dilemas Ecológicos - Biaggio et. al (1999)**

Sob o título de *Promoção de Atitudes Ambientais Favoráveis Através dos Debates de Dilemas Ecológicos*, Biaggio et. al (1999) investigam o desenvolvimento moral dos indivíduos a partir de uma proposta dirigida. Tal como propõe Kohlberg, esse trabalho tinha como objetivo proporcionar o desenvolvimento moral a partir da discussão de dilemas com tema ecológico. O grupo é de alunos adolescentes, estudantes do ensino médio. Para tanto foi feito um pré e pós-teste para avaliar o desenvolvimento moral dos participantes.

Ao longo do percurso, por identificar a figura do psicólogo como responsável pelas questões emocionais, os adolescentes solicitaram a discussão de outros temas, como sexualidade e relacionamento entre pais e filhos. Os coordenadores da pesquisa optaram por intercalar dilemas ecológicos e dilemas outros que tratavam do interesse dos alunos, como por exemplo, aborto.

Os resultados a que o grupo chegou foram os seguintes:

- Não houve um ganho do grupo em maturidade de atitudes, pois a média do pós-teste foi praticamente a mesma do pré-teste;
- A avaliação qualitativa feita é mais encorajadora, demonstrando que dos nove alunos participantes ativos das discussões, sete foram os que lucraram em maturidade de atitude;



- A relação entre grau de participação nas discussões e o aumento dos escores de favorabilidade de atitude em relação ao ambiente foi significativo;
- Não foram detectadas diferenças de sexo na participação, nem nos ganhos com o programa.

#### **4.2.2. Juízos Morais no Contexto de Orientações de Valores Econômicos e Ecológicos: o caso de uma usina de força abastecida a carvão – Eckensberger (2001)**

Eckensberger (2001), do Instituto Alemão para Pesquisa Internacional em Educação Frankfurt/Main, Alemanha, em *Juízos Morais no Contexto de Orientações de Valores Econômicos e Ecológicos: o caso de uma usina de força abastecida a carvão*, descreve um projeto de pesquisa, de grande escala, em juízo moral, num contexto de vida real.

Trata-se de acompanhar e analisar um conflito ecológico relacionado à construção de uma estação de força abastecida a carvão no distrito de Saarbrücke, que inicia-se no processo de construção e termina antes do acidente de Chernobyl.

Além de aplicar, inicialmente, uma variação do Dilema de Heinz como uma primeira estimativa de competência moral dos sujeitos, investigou o conhecimento dos mesmos acerca da usina de força (política energética, economia, jurisprudência, técnica e ambiente) separadamente, pois considerava este dado comparativamente significativo, o que se comprovou.

A pesquisa era composta por mais dois momentos. No primeiro momento o autor aplicou dilemas que levavam a classificar os pesquisados segundo um critério de estrutura de estágios de desenvolvimento moral criado por ele. Num segundo momento, realizou entrevistas biográficas. Em ambos trabalhou com as especificidades do público segundo os critérios de conseqüências ecológicas/econômicas. Selecionou dois grupos.

No primeiro grupo incluiu pessoas afetadas econômica (trabalhadores) e ecologicamente pela usina; afetados apenas economicamente (trabalhadores que moravam longe); afetados apenas ecologicamente (moradores próximos e não trabalhadores da usina) e não afetados econômica/ecologicamente.

No segundo grupo, ainda utilizando estas categorias, expandiu a seleção de participantes para políticos, ambientalistas, sindicatos de trabalhadores da usina e um grupo da iniciativa civil contra a usina.

Argumentou a utilização da entrevista biográfica para expandir a análise do juízo moral, já que os dilemas limitam a análise do sujeito pelos aspectos que elege para encaixar no dilema. Isto foi significativo. “A estrutura do dilema é abandonada e os sujeitos devem reconstruir a situação a qual aplicam normas morais, com base em suas *próprias experiências* e não em uma dada estrutura do dilema” (Eckensberger, 2001, p. 167). Deste instrumento o autor retirou os *Tipos de Moralidade Habitual*.

A *Teoria dos Estágios de Desenvolvimento Moral* de Eckensberg é inspirada na teoria Kohlbergiana e organiza-se em quatro níveis onde se distinguem onze estágios. O terceiro, sexto e nono estágios se localizam no ponto de confluência dos níveis, sendo transicionais.

I - Interpessoal Heterônomo: 1) Compreensão intuitiva de ações, respeito unilateral; 2) Foco em intenções, compreensão flexível de ações, exceções; 3) Soluções práticas-instrumentais;

II - Interpessoal Autônomo: 4) Avaliação de conseqüências de ações; 5) Respeito mútuo, busca de objetivos (compartilhados) comuns; 6) Normas não codificadas, respeito ao sistema social;

III - Transpessoal Heterônomo: 7) Normas, leis e sanções codificadas, respeito às leis; 8) Leis transformadas em normas, leis flexíveis; 9) Consciência de normas, respeito próprio;

IV - Transpessoal Autônomo: 10) Avaliação das conseqüências de ações generalizadas, valores; 11) Respeito universalizado, consenso racional.

É certamente uma proposta muito diferente da deste trabalho, mas me interessam as conclusões a que o autor chegou sobre o juízo moral dos participantes quanto ao tema ecológico. E são estas as conclusões, de uma forma bastante genérica:

O juízo moral daqueles que eram a favor da usina de força e escolheram a alternativa econômica, claramente dominam níveis mais baixos, particularmente o nível pessoal-heterônomo de juízo moral. Aqueles que optaram contra a estação de força e representam a orientação de valor ecológico dominam especial o nível – transpessoal-autônomo (Eckensberger, 2001, p. 161).

Os entrevistados classificados nos níveis médios de juízo moral, e isto foi um número grande de sujeitos (54 de 95), embora concordante em suas referências morais, distinguiram-se quanto à orientação ecológica/econômica.

O mais alto escore de conhecimento sobre a usina de força encontra-se nos sujeitos oponentes que estão no nível transpessoal-heterônomo, enquanto nos sujeitos que apóiam, o maior escore de conhecimento encontra-se no nível transpessoal-autônomo.

Na aplicação dos dilemas o autor encontrou um maior pronunciamento contra a usina de força, já na entrevista biográfica foi o contrário, encontrou um maior pronunciamento a favor. Na definição da moral habitual, a polarização de opiniões é menos pronunciada se não forem oferecidas opções claras, expressas, como nos dilemas.

### **4.3. Personalidade Moral**

Minha maior referência para discutir a formação da personalidade moral é Puig (1998). Seu interesse centra-se no desenvolvimento de uma educação moral capaz de atender os desígnios dos princípios morais. Para tal propõe a construção da educação moral a partir da formação de uma situação complexa da realidade humana, o que denominou *personalidade moral*.

Formar uma personalidade moral

Implica trabalhar simultaneamente na formação da consciência moral autônoma, no desenvolvimento de suas capacidades ou procedimentos de reflexão e ação, e finalmente na aquisição dos elementos substantivos que constituem a identidade moral de cada indivíduo (Puig, 1998, p. 149).

A formação de uma personalidade moral implica antes de mais nada, na formação da identidade. Como nos esclarece La Taille (2002 (c)), pensar a moral como processo de formação da identidade, é considerar que:

- a) A identidade de cada pessoa é um conjunto de representações de si;
- b) Tais representações são sempre valorativas;

c) Há uma tendência em cada pessoa de procurar, de identificar-se com valores positivos.

Personalidade moral, ou *moral self*, significa construir representações de si em relação aos outros, ao mundo em que se insere, baseado em valores estabelecidos naquela cultura, onde se constrói o significado do *eu* e do *não eu*.

O conceito de personalidade moral também pode ser compreendido segundo o ponto de vista sistêmico de Blasi (1993), onde:

1. A personalidade moral é composta por vários valores ou tendências, integrados (e não justapostos) seguindo o princípio da subordinação e da coordenação;

2. Para os valores morais predizerem uma conduta, é preciso saber do lugar que ocupam no sistema, mais do que se estão associados à personalidade: se forem pouco integrados ou subordinados, terão menos força motivacional para a ação.

Vou explicitar este segundo ponto, pois ele é essencial para a definição de aspectos morais, principalmente quando, como neste caso, estou tomando um elemento distinto, a ecologia.

As pesquisas contemporâneas tendem a considerar onde se localiza a disposição para a moralidade em cada indivíduo. Na formação da personalidade, um indivíduo pode, conforme sua vivência, ter como central em sua personalidade, valores não exatamente considerados morais. E aqueles, os valores morais, podem estar periféricos.

Esta proposição explica muitos questionamentos que nos fazemos acerca do porquê determinados indivíduos agem desta ou daquela forma. Comportamentos (morais) que são inquestionáveis para um determinado indivíduo, podem não fazer parte dos

conteúdos mais valorizados de outros. Enquanto honestidade, fidelidade, honra e ecologia podem estar no centro da personalidade de alguns indivíduos, de outros, pode estar a necessidade de sentir-se superior ao outro, de ter tudo para si, de consumir.

Foi isto o que Colby e Damon (1993) encontraram ao investigar pessoas de vida moral exemplar. Para estas pessoas, serem eles mesmos enquanto identidade e ser moral, é a mesma coisa. Para estas pessoas os valores morais estão completamente integrados à personalidade. “A consistência do self é a base motivacional da ação moral” (Blasi, 1993, p. 99).

Para Colby e Damon (1993) é o grau de unidade entre o Eu e a Moralidade que permite prever a maior ou menor probabilidade de uma ação moral. “As pessoas têm maior probabilidade de pensar e agir moralmente, se os valores morais estiverem, para elas, unidas ao eu” (La Taille, 2002 (b), p. 15).

#### **4.4. Moral e Ecologia**

Para que a tese deste trabalho fique definitivamente esclarecida é preciso compreender que existem ações morais e não morais. As ações necessitam de um conhecimento teórico e prático para serem realizadas, mas envolvem também a motivação de fazê-las. Para que uma ação seja moral é necessário mais do que saber fazer corretamente aquela ação, é preciso que o motivo que leva o sujeito a executá-la seja moral.

Tomemos a explicação de La Taille (2002 (d), p. 135) que nos ensina sobre esta distinção:

Sendo que toda ação remete a um “fazer”, a dimensão cognitiva ou “intelectual” corresponde ao “saber fazer”, e a dimensão afetiva corresponde ao “querer fazer” (...) para que uma ação seja definida como moral, é preciso que a motivação que a inspirou seja, ela mesma, moral.

Por exemplo, pagar impostos pode ser uma ação moral ou não moral. Se o imposto de renda é pago porque o sujeito, após usar sua consciência moral e autonomia para julgar esta necessidade de pagar o imposto de renda, o considera correto e justo, então a motivação é também moral. Logo a ação é moral. Mas se o sujeito paga seu imposto de renda apenas quando não consegue recibos frios para apresentar à receita federal, esta ação não é moral, porque sua motivação não é moral.

Existem várias correntes na psicologia moral que explicam as motivações morais. Historicamente e hoje, ainda com bastante força, estão as correntes piagetiana e kohlberiana que se inspiraram em Kant.

A moral kantiana dá a dimensão da obrigatoriedade, denominada de *Imperativo Categórico*. É tal a condição cultural do sujeito, envolvido pela sociedade, com suas normas e suas leis, que ele não pensa fazer de outra forma, tal que esta forma é a correta e inapelável forma de fazê-lo.

La Taille (2002(d), p. 136) esclarece este aspecto:

Do ponto de vista do “querer fazer”, a moral exige um certo tipo de “querer”: o dever. É dever moral aquilo que aparece para a pessoa como “algo que não pode não ser feito”, porque é um bem em si mesmo. A moral remete portanto, à dimensão da lei, da obrigatoriedade.

Escuto frequentemente a inquietação de alunos e colegas ao debatermos o imperativo categórico kantiano. Perguntam-me como é possível, numa cultura tão

diversificada e complexa, haver um imperativo categórico. Aproveito a oportunidade para deixar o próprio Kant falar.

Como é possível um imperativo categórico? (...) Na qualidade de membro ocasional do mundo inteligível, seriam todas as minhas ações perfeitamente conformes ao princípio da autonomia da vontade pura; como simples parte do mundo sensível, teriam que ser tomadas inteiramente de acordo com a lei natural dos apetites e inclinações e, portanto, da heteronomia da natureza. (...) Mas como o mundo inteligível contém o fundamento do mundo sensível, e portanto das leis do mesmo – e assim o mundo inteligível é, em relação a minha vontade (...), imediatamente legislador e deve, pois, ser julgado como resultado de tal (Kant, 1785/1936, p. 154-155).

O imperativo categórico é possível, por que o sujeito se encontra cercado por aquele *costume*, aquela cultura, melhor dizendo. Veja o nome que Kant atribui às duas obras onde explicita o imperativo categórico: *Fundamentos da Metaphysica dos Costumes e Metaphysica dos Costumes*. Neste sentido é que advogo que a ecologia é moral. Seu princípio é moral. Sua ética é moral. Seu objetivo é moral. A cultura que envolve as discussões ecológicas é moral. Busca a justiça, o bem, o correto.

Talvez alguns ecologistas não sejam morais, pois a inspiração que os leva àquela ação (defesa ambiental) não é ecológica, mas sim de poder, ambição, visualizar um meio de alcançar outra posição, status, fama, cargos, financiamentos. Mas a ecologia o é.

Por exemplo, conheci em Rondônia um empresário que tinha uma empresa de reflorestamento. Ele faz e executa projetos de reflorestamento. Reflorestamento é ato ecológico? Só se a motivação do reflorestamento for ecológica. Neste caso não era. As madeiras devem cumprir a lei reflorestando x hectares/ano dependendo de sua produção. As madeiras terceirizam esta atividade. Sendo uma empresa especializada, pode oferecer um bom preço no mercado e assim ter muitos clientes e uma grande margem de lucro.

Também sei de líderes de ONG's, secretários estaduais e municipais de meio ambiente, gerentes de cooperativas e outras associações que não executam atividades



ecológicas por motivações ecológicas, mas pela indicação política, pela carreira política, porque em Rondônia circulam muitos financiamentos para esta área e outras. Mas pessoas como estas não entraram na rede de líderes ambientais indicados pela comunidade conhecedora do assunto. Sua motivação não é ecológica. Sua motivação não é moral.

Como nos disse uns dos entrevistados, Aléxis de Souza Bastos: “Os movimentos sempre são sérios e as causas sempre são válidas. As pessoas que trabalham com isso é que nem sempre são sérias e muitas vezes são aproveitadoras da situação, por que às vezes a pessoa está atrelada ao poder (...) Rondônia, por exemplo, era o lugar do Brasil onde havia mais ONG’s, e vai ver as organizações que são militantes mesmo? atuantes? poucas sobreviveram àquele bum. O movimento sempre tem ações válidas, mas nem sempre os atores são sérios”.

Certamente o imperativo categórico não é a única corrente da psicologia moral para explicar as motivações morais. Atualmente se tem conhecimento da linha aristotélica, onde a ética que inspira a moral é a felicidade, “onde toda ação e todo propósito, visam a algum bem” (Aristóteles, 1996, I, 01, p. 118), e a busca de fazer bem, fazer com excelência todos os atos de uma vida, é a busca da própria felicidade “Parece que a felicidade, mais que qualquer outro bem, é tida como este bem supremo, pois a escolhemos sempre por si mesma” (Aristóteles, 1996, I, 07, p. 125).

A busca da felicidade é a busca da excelência moral, e “em cada uma das formas de excelência moral, além de proporcionar boas condições à coisa que ela dá excelência, faz com que esta mesma coisa atue bem” (Aristóteles, 1996, II, 06, p. 143).

Para Aristóteles (1996), viver bem, a boa vida, é viver de acordo com as virtudes, como coragem, lealdade e amizade. Enquanto a felicidade, na definição aristotélica, é

“uma forma de viver bem e conduzir-se bem” (Aristóteles, 1996, I, 08, p. 128), a excelência moral é a prática das virtudes.

A moral dos ecologistas provavelmente não concordaria com Aristóteles, que falou de felicidade e da boa vida numa comunidade onde se aceitava com naturalidade a escravidão e a segregação em castas sociais. Mas isto não reduz o mérito da filosofia aristotélica, ao nos brindar com preciosos ensinamentos sobre as virtudes. Digo isto apenas para expressar que conheço as limitações da teoria.

Outra linha inspiradora da moral que se discute hoje é a *Ética do Cuidado*, de Carol Gilligan (1982), que trabalhou com Kohlberg e também utilizou o Dilema de Heinz em suas pesquisas.

Sendo Piaget e Kohlberg seguidores de Kant, defendem a mesma voz na moral, a voz da justiça. Mas os estudos de Gilligan, relatados no livro *Uma Voz Diferente* (1982), demonstram que para as mulheres, o caminho do desenvolvimento moral e a evolução do conceito de moralidade são os mesmos, como a autora constatou com sujeitos pesquisados em várias faixas etárias. Mas a voz encontrada por Gilligan nas mulheres diferencia-se da encontrada por Piaget e Kohlberg: é a voz do *cuidado*.

As mulheres, durante muito tempo de suas vidas, acreditam que o cuidado é o mais importante. No respeito pelo outro há sempre uma procura de *arrumar* as coisas para que ninguém seja magoado.

No Dilema de Heinz, o direito à justiça se sobrepõe, para os homens ao direito da propriedade. Para as mulheres há uma preocupação de observar todos os lados da questão.

Considerar seriamente as conseqüências que envolvem moralmente todos os indivíduos numa determinada situação, é considerar mais que os direitos e deveres para cada um. É considerar o que se quer dar a cada um pela *ética do cuidado*.

Na conclusão do livro e em estudos futuros, Gilligan não era mais tão acirrada quanto à diferença da voz de homens e mulheres, admitindo que os homens também possuem a voz do cuidado. O que Gilligan faz de fundamental é inaugurar uma discussão sobre a presença do afeto como motivação moral.

Portanto, a partir do conhecimento de distintas proposições teóricas para a motivação moral, opto por trabalhar com a abordagem kantiana, pois trabalho com a hipótese de que, embora haja afeto, embora haja preocupações e cuidados com o outro, a moral ecológica é uma moral do imperativo categórico, do dever de fazer, do não poder deixar de fazê-lo.

## **Capítulo 5. Pesquisas Relevantes Similares**

Ao empreender pesquisa no Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo – DEDALUS, composto pelo material das 39 bibliotecas da universidade, instituição respeitada por sua competência e um ponto de referência na busca e produção de conhecimento, pode se utilizar vários caminhos, mas o que mais abre possibilidades é o da *Busca Booleana por Palavras*.

Portanto, é um dado importante que, ao buscar *ecopsicologia*, não se encontre nenhuma referência bibliográfica e, no cruzamento dos termos *psicologia e ecologia* ou *psychology and ecology*, das 52 referências encontradas, nenhuma trate de pesquisa na área do desenvolvimento moral ligado a questões sobre a ecologia. O que se pode encontrar nessas referências são textos voltados para a psicologia ambiental, educação ambiental, percepção, biologia e zoologia.

Também visitei o catálogo das editoras Artmed, Hucitec, Papyrus, Contexto, Vozes, Paz e Terra e Saraiva, bem como o catálogo da Associação Brasileira de Psicologia Escolar, da Revista de Estudos Ambientais da Universidade Regional de Blumenau, e o sistema integrado de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande de Sul e das faculdades da Pontifícia Universidade Católica, sempre em busca do termo *ecopsicologia*. Nenhuma referência foi encontrada.

Para ampliar a pesquisa em fontes estrangeiras, através do site da Universidade de São Paulo, tive acesso e consultei as seguintes fontes:

- [www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br) (formado pelo Conselho Federal de Psicologia, Birene e Instituto de Psicologia – USP);

- Periódicos técnicos e científicos;
- Periódicos de divulgação;
- LILACS - Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências e Saúde;
- SciELO – texto completo de revistas nacionais: Psicologia USP, Psicologia Teoria e Pesquisa – UnB, Psicologia Reflexão e Crítica – UFRGS, Estudos de Psicologia – UFRN;

- Index-Psi;
- Banco de teses – com 125.000 volumes, de 1987 a 2001;
- E através do portal CAPES, acesso ao Psycho-Info.

Apenas em [www.lib.uni.com/dissertation](http://www.lib.uni.com/dissertation) abstracts houve sinalização de pesquisas encontradas ao se procurar a associação dos termos *ecology and moral* ou *ecologia and moral*, mas estas se referem à área de Psicologia Comportamental.

Se não fossem as sugestões de leitura advindas dos componentes da Banca do Exame de Qualificação para o Doutorado, talvez jamais tivesse obtido conhecimento sobre a bibliografia estrangeira que posteriormente acessei e utilizei.

Passo a relatar então, as pesquisas localizadas, cujo interesse era investigar a construção de uma consciência ecológica, embora suas bases teóricas sejam diferentes da psicologia moral, estando ligadas à sociologia, ecologia e educação ambiental, com interesses políticos e sociais.

## 5.1. Brasil

Por ocasião da Rio 92 não havia nenhuma pesquisa de opinião de caráter público e abrangência nacional sobre o tema do Meio Ambiente. Foi quando iniciou um programa de pesquisas intitulado *O que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente*, que consistia em uma pesquisa qualitativa: *O Brasil na Era Verde* - de consulta a lideranças na área ambiental e uma pesquisa Quantitativa: *Idéias Verdes?*, que consistia na consulta à população sobre a consciência ecológica (MAST e CETEM/CNPq e ISER, 1993).

A proposta de repetir a pesquisa no futuro, para fazer um acompanhamento da evolução das idéias apresentadas já existia desde o princípio, e se concretizou nos trabalhos de replicação em 1997 e 2001.

Na formatação de 2001 a pesquisa passou a se chamar *O Que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável* (ISER e MMA, 2001 (a) e (b)), e apresenta seus resultados sob duas formas: uma Pesquisa Nacional de Opinião, com consulta domiciliar à população dentro das regiões geopolíticas e uma Pesquisa de Opinião com Lideranças.

No primeiro grupo estão 2.000 entrevistados divididos entre as regiões Norte, Nordeste, Sul/Sudeste e Centro Oeste do Brasil. No segundo grupo foram feitas 105 entrevistas em 16 cidades das cinco regiões, das quais 36 foram entrevistados em 1992.

Samyra Crespo coordenou todas as pesquisas aqui citadas, e na avaliação da pesquisadora, são os seguintes os resultados da pesquisa de opinião com a população (ISER e MMA, 2001 (a)):

a) De maneira geral ocorreram poucas mudanças, mas estas são significativas quanto à difusão dos conceitos e das políticas ambientais no país;

b) Persiste nos resultados de 2001, o que já surgia como característica na primeira pesquisa, o conceito pouco abrangente de meio ambiente, onde meio ambiente é sinônimo de flora e fauna e de defesa do verde;

c) Consciência ambiental anda de mãos dadas com o aumento da escolaridade média da população, já que as variáveis, religião, gênero e até mesmo renda não são significativas nesta diferenciação;

d) Os estratos com menos de 25 anos e com mais de 49 anos são os mais alienados em relação à questão ambiental;

e) O meio ambiente não é prioridade para a população, sendo a 14ª para a população de um modo geral e a 9ª para o setor mais escolarizado;

f) Problemas como saneamento, desdobrado em esgoto de lixo e qualidade da água para beber, aparecem como prioridades, juntamente com desemprego, saúde, educação e violência, mas não são entendidos como problemas ambientais;

g) Como tendência geral a consciência ambiental se expressa mais fortemente no sudeste do país;

h) Os cidadãos da região Norte dão um valor extraordinário à floresta amazônica, muito mais que os das demais regiões;

i) Os cidadãos da região Sudeste são os que menos incluem os indígenas como elementos do meio ambiente;

j) Há uma simpatia para a coleta seletiva de lixo, a reciclagem e o reaproveitamento de embalagens e produtos;

k) O baixo índice de lembranças de nomes de organizações ecológicas é compensando pelo fato de que 70% se declaram simpáticos ao seu trabalho;

l) Apenas 1% é filiada a alguma instituição de defesa, mas se mostra disposta a colaborar com trabalho voluntário ou dinheiro;

m) Atribuição cada vez maior da responsabilidade às prefeituras (30% em 92; 36% em 97 e 46% em 2001);

n) Os empresários são os vilões do meio ambiente.

Quanto aos líderes entrevistados, são considerações resumidas da pesquisa:

a) Há um franco processo de *ambientação da sociedade brasileira*, sendo a década mais auspiciosa para o ambientalismo brasileiro do que se possa pensar;

b) De 1992 a 2001, arrefeceu a oposição ideológica ao empresariado, somado à crescente convicção de que o mercado é um dos entes estratégicos de mudança;

c) Os conceito que ancoraram as discussões foram: *desenvolvimento sustentável*, os *atores relevantes (stakeholders)* como parceiros deste desenvolvimento e o *socioambientalismo*, como contribuição do movimento ambiental brasileiro;

d) O perfil técnico utilizado nos projetos para buscar o desenvolvimento sustentável tem se mostrado pouco frutífero e esgotado no balanço da Rio + 10, que mostra que o Planeta não está sendo salvo, mas continua sendo impiedosamente degradado;

e) “A Agenda 21 ‘não pegou no nível nacional e não saiu do papel’ nos poucos governos locais que tentaram implementá-la. Pouco mais de 200 cidades brasileiras, entre



as quase 6.000 existentes, criaram processos de planejamento estratégico baseados na metodologia da Agenda 21” (ISER e MMA, 2001 (a), p. 21);

f) O conservacionismo perdeu espaço na agenda ambiental, com a perda do glamour da carga utópica e a troca da gritaria de rua de antigamente, pelas atuais tediosas reuniões dos conselhos e negociações sem fim em painéis globais;

g) O sistema nacional de gestão ambiental fez enormes avanços, mas os resultados ainda são tímidos, sendo colocada em primeiro lugar a ANA – Agência Nacional de Águas, considerada revolucionária no desenho institucional e conceitual. Sendo toda a década de 90, representativa de um grande esforço do poder público na atualização dos instrumentos normativos legais;

h) O Ministério Público está fortalecido com o arcabouço legal da Lei dos Crimes Ambientais, bem como, de uma forma geral, o Brasil tem uma legislação ambiental avançada;

i) A grande crítica é para o lento e incompleto processo de descentralização e para a falta de integração de políticas nos três níveis do governo;

j) O ambientalismo é um movimento que oxigena o modo como cuidamos dos recursos naturais e os problemas da população, um movimento criativo e renovador, com contribuições relevantes ao país;

k) Em 1992 vigorava um clima pós Guerra Fria, otimista e de um mundo mais aberto e cooperativo. Este sentimento não se apresentou assim na pesquisa de 2001, pois a degradação ambiental do mundo não fez grandes avanços. Os Estados Unidos mostra-se um péssimo exemplo em todos os setores, fazendo a presença do anti-americanismo em todos os setores entrevistados.

## 5.2. Distrito Federal

Com uma relação indireta, mas interessante de se observar, está o trabalho de Tamayo (1985) sobre o estereótipo do índio brasileiro entre universitários.

A investigação deu-se com 582 estudantes universitários, originados das cinco regiões geopolíticas do Brasil, 284 do sexo masculino e 298 do sexo feminino, com idade média de 22 anos e 2 meses. O método utilizado foi o de associação de palavras baseado em Bardin (1977).

Os resultados indicam um estereótipo composto quase exclusivamente por símbolos externos ao índio, como *selva, pena, flecha, natureza, oca, Juruna, taba, rio, liberdade, inocência, caça, pintura, nudez, selvagem*.

O autor também encontrou diferenciações de gênero, onde o sexo do participante agiu como uma categoria cognitiva, determinando o que foi percebido e/ou atribuído.

São características atribuídas exclusivamente pelo sexo feminino: traços físicos, traços psicológicos, magia e misticismo. E atribuídas pelo sexo masculino: identidade étnica, traços psicológicos, atividades, instrumentos e animais.

## 5.3. Paraná

Em julho de 1991, Reigota (2002) enquanto ministrava a disciplina *Fundamentos e Tendências da Educação Ambiental*, levava os professores que dela participavam na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, em sua maior parte com

formação em Ciências e Biologia, mas onde também se encontrava pedagogos, a refletir sobre questões como: 1) *Qual é a sua definição pessoal de meio ambiente?* 2) *O que você entende por educação ambiental?* Entre outras, tinha como proposta, além do desenvolvimento da disciplina, o levantamento de dados para a análise acerca da *representação social* de meio ambiente para estes professores.

Quase todos os professores que participaram da pesquisa possuem uma representação denominada pelo autor, e aqui já conhecida dos capítulos anteriores, de *naturalista*: “Consideramos que os elementos daquilo que alguns autores denominam como primeira natureza (ou natureza intocada) tem importância muito maior” (Reigota, 2002, p. 74).

Um dos professores assim se expressa: “Educação ambiental é aquela onde devemos conscientizar os nossos alunos e a comunidade da importância que tem a natureza, para dar continuidade à vida no nosso planeta” (Reigota 2002, p. 77).

Os professores da pesquisa declaram que reconhecem a interdependência entre os elementos da natureza e a ação humana, mas não conseguem expressar a compreensão do meio ambiente enquanto interação complexa de configurações sociais, biofísicas, políticas, filosóficas e culturais.

Os professores apresentavam duas idéias, que embora complementares, não sugerem interdependência.

As duas idéias, “o equilíbrio ecológico” e “a sobrevivência do homem” (...) Parece ser difícil para esses professores, nesse momento, passar da compreensão em termos de “harmonia” ou “desarmonia” ecológica para uma percepção mais abrangente do significado de meio ambiente para a existência humana (Reigota, 2002, p. 75-76).

## 5.4. Rio de Janeiro

Seguindo o modelo da pesquisa *O Que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável*, Samyra Crespo coordenou, também através do Instituto de Estudos da Religião – ISER, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio ambiente do Rio de Janeiro, em 1999, pesquisa de opinião junto à população da cidade do Rio de Janeiro, com o tema *Agenda 21: Consultando a População Sobre Temas de Meio Ambiente e Qualidade de Vida*.

Foram pesquisadas 1.500 pessoas representativas da população carioca – entre as rendas alta, média e baixa, entre 15 e 69 anos, residentes nas cinco Áreas de Planejamento da cidade: Oeste, Norte, Centro, Sul, Barra/Jacaré.

Buscando a opinião da população sobre qualidades e desvantagens de morar na cidade, identificação dos problemas gerais da cidade e os específicos dos bairros, avaliação dos serviços oferecidos, disposição em participar da solução para os problemas apontados e eleição de prioridades para investimentos.

Dos dados gerais podemos apontar a concepção dos cariocas de que o Rio de Janeiro continua lindo e a sua paisagem natural é o bem mais valorizado pela população: 54% a indicaram como a principal qualidade da cidade, tendo na praia seu local preferido de lazer. Mas a violência é o problema que mais preocupa a população, e pelo menos 50% dos entrevistados já pensaram em mudar da cidade.

A busca por identificar se a população apresenta algum tipo de *sensibilidade ambiental*, indica que a capacidade de identificar os problemas ambientais que afetam o bairro e a cidade, é encontrada indiscriminadamente entre as várias classes sociais pesquisadas e suas faixas etárias.

A única variável que apresenta efeito significativo sob a capacidade de identificar problemas ambientais é a educação: pessoas com menor escolaridade apresentam menor probabilidade de apontar problemas deste tipo (ISER/MMA, 1999, p. 09).

A pesquisa assinala que os cariocas estão muito dispostos a participar da solução dos problemas apontados, onde mais de 2/3 dos entrevistados afirmam estar dispostos a fazer alguma coisa, como participar de *reuniões com vizinhos e autoridades e trabalhar como voluntário, em mutirões ou grupos de trabalho na comunidade* (63%).

Só que esta disposição não se concretiza. Consideram (46%) que é à prefeitura que cabe resolver os problemas identificados na cidade e embora 70% da população entrevistada declare ter simpatia pelas instituições ambientalistas, 41% declare disposição para trabalhar como voluntário, 33% a tornar-se membro e 29% a contribuir com dinheiro, apenas 21% da população conhece alguma organização/instituição que trabalha pela proteção ou melhoria do meio ambiente na cidade.

## **5.5. Rondônia**

Mendonça (2000), Carmo (2000) e França (2001), enquanto alunos concluintes do curso de graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Rondônia, sob a orientação da Professora Mestre Elizabeth A L. M. Martines, baseados nos PCN's,

propuseram uma pesquisa-ação na cidade de Porto Velho, Rondônia, onde *Oficinas Pedagógicas de Material Didático Reciclado* envolvia professores de Ciências Naturais e Biologia do ensino fundamental de escolas públicas, compondo assim uma trilogia que investigava Conteúdos Atitudinais, Procedimentais e Conceituais em Educação Ambiental.

Mendonça (2000) trabalhou com os Conteúdos Procedimentais e destacou seis pontos de sugestão apontados pelos PCN's de grande importância para o estudo e compreensão do eixo temático *Meio Ambiente*, como por exemplo, necessidade e formas de coleta e destinação do lixo, noções de procedimentos adequados com plantas e animais, principais formas de preservação e conservação, entre outros.

Sobre os resultados deste trabalho, “É válido salientar que se identificou uma forte coerência dos conteúdos desenvolvidos durante as atividades contidas no planejamento da Oficina, e também, dos relatados pelos educadores, com os do PCN analisado” (Mendonça, 2000, p. 28).

Carmo (2000) procurava identificar conceitos prévios nas falas dos participantes relacionados ao tema do meio ambiente, e durante a aplicação da oficina. Os resultados evidenciaram *a preocupação com a preservação do ambiente*.

A pesquisa que mais me interessa é a de França (2001), pois foi o autor que trabalhou Conteúdos Atitudinais, e os resultados não são muito animadores. “As educadoras no decorrer das oficinas, oscilavam entre atitudes e valores sugeridos pelos PCN's e contrários aos princípios da Educação Ambiental” (França, 2001, p. 25). Enquanto verbalizaram uma repetição de princípios aprendidos no PCN, agiam contrariamente a eles, inclusive no tratamento interpessoal entre as participantes. Relatou-me pessoalmente a Orientadora das três pesquisas, que durante a oficina, viam-se

professores e alunos jogando papéis no chão e deixando copos e restos de lanche espalhados.

## **Capítulo 6. Método**

### **6.1. Os Entrevistados**

O objetivo da pesquisa encaminhou a escolha dos participantes a pessoas que conhecessem o assunto, na teoria e na prática e militassem na área da ecologia.

Desde o princípio tive como foco de interesse compreender como líderes na defesa ambiental construíram sua consciência ecológica, considerada para a tese deste trabalho, consciência moral ecológica.

Inicialmente surgiu a idéia de trabalhar comparando as idéias destes líderes com a de universitários que haviam tido uma formação teórica na área da ecologia, como estudantes dos cursos de Ciências Biológicas e Turismo, em universidade pública e faculdade particular.

Por ocasião do Exame de Qualificação para o Doutorado, a orientação da Banca foi de que esta proposta fosse momentaneamente abandonada e o trabalho focado nos líderes ambientais.

Certamente a Banca estava coberta de razão. O volume de dados que se apresentou somente com os líderes ambientalistas já demandou trabalho suficiente para uma tese. A comparação com os universitários é uma proposta para projetos futuros.

Os critérios para seleção dos componentes desse grupo advêm da contribuição teórica de Bom Meihy (1996), que define como *colônia*, padrões gerais de uma determinada comunidade, traços preponderantes que ligam a trajetória das pessoas e define a



formação de uma *rede*, neste caso dentro da militância na defesa ambiental. “Rede como a subdivisão da colônia que visa estabelecer parâmetros para decidir quem deve ser entrevistado ou não” (Bom Meihy, 1996, p. 53). A definição do grupo atendeu, pois, ao requisito de serem estas, pessoas de reconhecida consciência ecológica e respeitada atuação no campo da defesa ambiental.

Partiu-se inicialmente, da indicação feita pela Professora Mestre Elizabete Martines do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Rondônia, figura de notório conhecimento sobre Educação Ambiental e de referência dentro do mundo acadêmico e na cidade de Porto Velho.

Depois, os próprios entrevistados foram indicando outras pessoas, na capital de Rondônia, Porto Velho, e no interior do estado, formando assim a rede. Salientando que a ação destes líderes não se limita à cidade onde residem, pois todos têm atuação que atinge não só a cidade de Porto Velho, mas todo o interior do estado.

Foram ao todo 09 (nove) entrevistados: 06 (seis) entrevistados de Porto Velho e 03 (três) do interior do estado de Rondônia. Os entrevistados do interior residem em Ouro Preto D’Oeste, Jí-Paraná e Cacoal.

É interessante destacar que a distribuição geográfica dos entrevistados e de outros indicados para a rede, que não o foram pela problemática exposta a seguir, está nas margens da BR 364, a região mais agredida pelo desmatamento dentro do estado.

O número de entrevistados não se fez maior porque as indicações da rede foram se fechando. Não era explicitado aos entrevistados, no momento do convite a participar da pesquisa, quem os indicara, mas simplesmente que haviam sido indicados. E assim a rede foi se fechando. Por fim as indicações se dirigiam a pessoas entrevistadas.

Outros indicados, aproximadamente 08 (oito), foram de difícil contato. Estavam frequentemente viajando, inclusive dentro das reservas ecológicas, tornando impossível o contato. Não foi uma questão de tempo, pois os entrevistados do interior, por exemplo, marcaram suas entrevistas com várias semanas de antecedência. Quando não consegui realizar entrevistas com outros elementos da rede indicados, foi por razões outras, alheias a meu esforço ou desejo, como recados não transmitidos ou compromissos desmarcados.

Uma das entrevistadas indicou algumas pessoas ligadas à questão indígena, adequadas aos elementos descritos acima e alguns líderes índios, dos quais entrevistamos um. A entrevista é muito interessante, principalmente no que tange à forma da construção da identidade ecológica, pautada nos mitos de sua tribo, mas, juntamente com minha orientadora e o apoio do grupo do programa de doutorado, chegamos à conclusão das dificuldades acerca das interpretações da entrevista: é uma questão cultural. O grupo indígena também merece uma investigação particular, realizada num grupo composto só por índios, que poderiam ser comparados com os não-índios.

Passo agora a apresentar os entrevistados e as organizações a que pertencem. Procurei, quando possível, aproveitar a fala dos entrevistados.

Para dar dinamicidade ao texto no corpo da tese, fiz apenas um breve resumo, mas apresento de forma mais detalhada, tanto características dos entrevistados quanto a descrição das atividades das organizações a que pertencem, no Apêndice C.

Nem todos os entrevistados são ligados a organizações de defesa ecológica diretamente. Alguns fazem um trabalho às vezes solitário, às vezes em parceria com outros defensores.

As informações aqui relacionadas foram relatadas pelos entrevistados ou retiradas literalmente de material fornecido pelos mesmos, como folders, panfletos, informativos, sites.

#### **6.1.1. Aléxis de Souza Bastos**

O Presidente da ONG Rio Terra chegou a formar esta organização a partir de suas vivências e atividades profissionais, que o levaram a aproximar-se das questões da defesa ambiental. É instrutor de mergulho, jornalista, repórter cinematográfico, cursa o quinto período de geografia na UNIR e ainda dirige sua empresa, a *Agua Doce Mergulho, Turismo e Produções*. Aléxis está em Rondônia desde os 08 anos de idade e se sente muito ligado ao Estado e à Amazônia.

Já iniciou o curso de direito, mas escolheu o curso de geografia pelo conjunto de disciplinas que julga auxiliar em suas atividades.

A ONG Rio Terra nasceu em 1997 da união de vários amigos mergulhadores que perceberam a necessidade de realizar algum tipo de atividade para preservar os lugares onde praticavam mergulho e que estavam vendo deteriorar-se. Iniciaram com a limpeza de rios e igarapés em Rondônia. Em 1998 fizeram a 2ª limpeza e estruturaram o *Projeto Mutirão das Águas*, se estendendo a partir de 1999 para palestras e outras atividades de educação ambiental.

O trabalho de mutirão já se realizou em vários locais, como o rio Guaporé, Balneário do Sul, Caracol e Rio Preto, este em diversas partes, e já puderam perceber que algumas espécies de peixe, muito seletivas, voltaram a habitá-lo.

É uma atividade de grande impacto sobre a população, que vê neste trabalho uma referência importante no processo de defesa e conservação ambiental.

Aléxis está cada vez mais envolvido com a questão da defesa ambiental, estendendo suas ações a novas áreas além das iniciais da ONG Rio Terra, por exemplo, atualmente, com a defesa das áreas e etnias indígenas.

### **6.1.2. Carolina R. C. Doria**

Graduada em Ciências Biológicas, Mestre em Ciências Ambientais e Doutora em Desenvolvimento Sustentável, é Professora do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Rondônia e colaboradora da Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ.

Com uma história construída através da participação em projetos ecológicos desde a adolescência, no Paraná, em São Paulo e atualmente em Rondônia, Carolina tem uma trajetória de construção moral ecológica a partir da consciência moral e ética, do altruísmo e da responsabilidade social.

Tem uma grande paixão pela Região do Vale do Guaporé, mas está estendendo suas atividades a outras áreas, como o Rio Madeira.

Com uma equipe de apoio em campo, no momento Carolina está mais dedicada às questões políticas, que segundo ela não são mais agradáveis do que o contato com as comunidades no campo, mas são muito necessárias.

A ECOPORÉ legalizou-se como pessoa Jurídica em 25/06/88 na cidade de Rolim de Moura/RO, denunciando o brutal processo de desmatamento, opressão às populações tradicionais e exploração predatória dos recursos naturais. Somando a isto trabalhos

concretos de intervenção na realidade regional, participando em políticas públicas, profissionalizando pessoas e executando projetos de cunho ambiental. São objetivos da ECOPORÉ, a defesa incondicional de áreas protegidas, como Reservas Extrativistas, Terras Indígenas, Reserva Biológica do Guaporé, Reservas Legais (em propriedades particulares) e Matas Ciliares. Tem participado de políticas públicas defendendo o desenvolvimento regional, social e ambientalmente sustentado, atuando em parceria com a sociedade civil organizada.

### **6.1.3. Claudécir Francisco Faedo (Faedo)**

Morador de Cacoal, Faedo é marcante como líder na defesa ambiental, entre outras características, por ser um ex-predador. Ex-caçador e ex-pescador, por uma herança familiar. Trabalha a partir da conscientização da comunidade em geral, de predadores, amigos e parentes. Não perde a possibilidade de convencer mais uma pessoa a preservar e defender a utilização racional da natureza. Suas fitas com imagens da natureza rondoniense e seus comentários de defensor ecológico são internacionalmente conhecidas. Defende o uso racional da natureza.

Não se considera um conservador radical, no entanto, apesar de dizer que caças esporádicas e pesca racional não causam desequilíbrio, como líder ambiental, suspendeu radicalmente todas as atividades de caça e pesca.

- “Em Rondônia eu tenho andado muito. Essas fitas eu mando para todo o Brasil, já mandei para o Japão. E sempre nelas eu coloco um comentário neste sentido (...) Levo alguém para ver um rio desses e falo da importância de não levar peixe, de só pegar pra comer (...) Aquele espírito de caçador mesmo, ainda está dentro de mim, mas eu uso o autodomínio e

não deixo a ação vir, quando eu penso nos resultados, eu vejo que o mais importante não é isso, porque eles são muito importantes para a gente no futuro”.

**6.1.4. Ivaneide Bandeira Cardozo**, carinhosamente chamada por todos de **Neidinha**. Irei tratá-la aqui como é conhecida em Porto Velho.

Licenciada em História, Especialista em Análise Ambiental e cursando Mestrado em Desenvolvimento Regional, Neidinha também é conselheira na ONG Associação de Defesa Étno-Ambiental *Kanindé*, e como conselheira “a gente trabalha desde mantendo o ambiente limpo, sadio, coordenando projetos, que é uma coisa que eu faço (...) participo de várias ações (...) aqui você tem que se preocupar desde elaborar projetos, limpar o escritório, esclarecer o público, ao trabalho com os índios”. Relata que na convivência com os índios, ao brigar com o madeireiro, os índios “querem dividir contigo, brigou com a mulher, ele quer dividir no mesmo tamanho da briga com madeireiro, entendeu? um conselheiro na Kanindé funciona como outro que não é conselheiro, a gente está sempre repartindo tudo, hoje eu dou a palestra, amanhã tu dá”.

A filosofia da Kanindé é buscar a harmonia entre o ser humano e a natureza, preservar a integridade dos povos indígenas e suas culturas e contribuir para um desenvolvimento justo e ambientalmente sustentável para todos. Tem como Missão buscar a harmonia entre o homem e a natureza, participando de um desenvolvimento justo e ambientalmente sustentável.

A Kanindé é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 17 de novembro de 1991, por um grupo de pessoas que trabalhavam com o povo indígena Uru-eu-wau-wau (povo Jupaú e Amondawa) e na defesa do meio ambiente em

Rondônia. As principais características de seus associados são o respeito ao meio ambiente e aos povos indígenas, profissionalismo, alegria, justiça, gosto pela aventura, conhecimento da floresta e a luta por uma qualidade de vida melhor.

#### **6.1.5. José Maria Leite Botelho**

Formado em Geografia e Mestre em Educação, é professor credenciado da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, lecionando no curso de Geografia e outros cursos da UNIR, disciplinas relacionadas à Educação Ambiental. Fez carreira como referência em Educação Ambiental, além de suas atuais atividades de docência, colaboração com escolas, palestras e discussões, por participar de importantes projetos de fundamentação da educação ambiental em Rondônia.

- “Depois da faculdade fui trabalhar, fiquei um tempo na Secretária de Educação no Programa de Currículos e logo quando foi promulgada a constituição de 88 o Ministério da Educação e Cultura – MEC chamou as Secretarias para estudar o Artigo 225 e eu fui junto com a equipe para fazermos uns estudos e elaborar um documento para a Amazônia, documento de Educação para a Amazônia, um documento chamado *Educação Ambiental para a Amazônia Legal*. Retornando para Porto velho, foi instituída a primeira Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, e aí nós começamos a trabalhar efetivamente com educação ambiental nas escolas, e fizemos vários seminários com diretores, representantes de ensino e acho que foi o ponto chave para nós defendemos a questão de educação ambiental e meio ambiente.”

#### **6.1.6. Josenildo Jacinto do Nascimento**

Pernambucano, com carreira militar desde a juventude e com o sonho de conhecer a Amazônia, está em Rondônia desde 1992. Cursando Direito, é Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental da Polícia Militar - PM de Rondônia desde 2001.

Tem se mostrado uma grande parceria na defesa dos interesses ambientais no Estado. Em sua história pessoal, sente-se tocado pelo dom de mãos produtivas e pela presença da vivência em ambientes naturais. Suas idéias e orientações podem ser lidas também no informativo bimestral do Batalhão – Guardião da Natureza.

- “Tenho o maior prazer do mundo! E graças a Deus eu ainda tenho essa sensibilidade (...) Então, é uma coisa que vem de dentro, é uma coisa que me trás satisfação poder lidar nessa área, e eu fico muito feliz poder lidar nessa área, em ver a questão do respeito à natureza. Porque eu tenho um entendimento, que nós aqui somos um ator, nós não somos um gestor, nós temos que viver em harmonia”.

O Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado de Rondônia tem como atividades, a Fiscalização de Criadores de Passeriformes; Patrulhamento Fluvial; Coibir a poluição por resíduos sólidos (lixo); Monitorar áreas onde se encontram pessoas que depositam lixo a céu aberto em locais proibidos, próximos a mananciais d'água, logradouros públicos e residências; Policiamento Rural; Repressão de Crimes de Mineração Ilegal; Repressão aos estabelecimentos com atividades sonoras com volume além do permitido - 55 db (decibéis) durante o dia e 45 db à noite. Além de desenvolver práticas educativas de forma sistêmica e lúdica sobre o meio ambiente, atendendo a diversos públicos.



### 6.1.7. Lindomar Ventura dos Santos

No momento gerente da Associação de Produtores Alternativos de Ouro Preto – APA e estudante de direito, tem colaborado na construção de alternativas para o desenvolvimento autosustentável e aproveitamento racional da natureza. Ministra cursos e palestras e participa de discussões na construção da consciência ambiental em Rondônia. Lindomar, assim como a APA, são referências de desenvolvimento e sucesso em empreendimento na cidade de Ouro Preto D'Oeste - RO.

Neste trecho, fala de si na terceira pessoa e se considera:

- “Alguém que está tentando construir uma história (...) está tentando melhorar a qualidade de vida, não dele em si, mas da sociedade de modo geral, alguém que vive outras situações, outras coisas, que não é aficionado nisso (...) Alguém que quer gerar conhecimento a partir disso, alguém que quer resgatar alguns valores entre os homens”.

A origem da APA foi um projeto de horticultura e apicultura executado em 1987, que envolveu inicialmente 08 famílias e atualmente beneficia diretamente 250 famílias de produtores associados e cerca de 600 famílias indiretamente.

A partir de 1990 estendeu suas atividades para a implantação de *Unidades Experimentais de Sistemas Agroflorestais* e a partir de 1995 com *Unidades Demonstrativas de Consórcios Agroflorestais* com espécies regionais. Em 1996 a produção de mel já alcançava 10 toneladas/ano e iniciava o beneficiamento artesanal. Desde 2001 a APA está buscando consolidar sua planta agroindustrial. Em 2003 foram negociados os primeiros lotes de palmito de pupunha para o mercado europeu. Nos últimos 04 anos, importantes ações na área do meio ambiente foram desenvolvidas pela APA em parceria com outras instituições visando recuperação de áreas degradadas.

### **6.1.8. Sandra Kelly de Araújo**

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, esta professora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia, vem trilhando a defesa ambiental através de um importante instrumento da mídia, o Rádio.

Na dissertação de mestrado e na tese de doutorado trabalhou este elemento para investigar a problemática ambiental: *Escolas no AR: Educação Ambiental pelo Rádio*. Mantendo durante muitos anos programa semanal de rádio. Desde sua cidade natal, Sandra é um importante elemento de identificação com a questão ambiental para seus alunos por seu compromisso pessoal com o tema. Tem uma vasta experiência em projetos e programas de educação ambiental e esta experiência ajudou a forjar suas posturas atuais.

- “No amadurecimento que eu ganhei em relação ao tema Educação Ambiental é o seguinte: (...) Não acredito mais em grandes respostas, em respostas gerais, generalizadas, grandes esforços institucionais, eu não acredito nisso, eu acredito em pequenos esforços, esforços de grupos de pessoas, e também acredito que mesmo nos grupos, na reunião de poucas pessoas, numa sala de grupos de amigos, num curso universitário, essa resposta vem a longo prazo, ela talvez dure a sua vida inteira. (...) Eu não tenho um grande sonho, os meus sonhos são pequenos e são duradouros. A dinâmica da relação sociedade ou indivíduos e meio ambiente precisa ser modificada”.

### **6.1.9. Walmir de Jesus**

Este agricultor orgânico, Técnico em Química e Especialista em Produção Alternativa, considera-se “um autodidata na verdade”. Sítante de Jí-Paraná, herdeiro da ligação agrícola de seus pais com a terra, tira férias para trabalhar em pesquisas sobre produção e produtos agrícolas. Sua participação nas discussões de políticas públicas e sistemas alternativos de produção auto-sustentável e sua ação enquanto defensor ambiental o levou a ser a indicação de várias ONG’s para Gerente do Instituto Brasileiro de Meio ambiente - IBAMA em Jí-Paraná, onde está fazendo muitas transformações que tem lhe custado várias ameaças de morte. “São uma série de questionamentos que o povo fala, “pô, o Walmir é chato pra caramba! Só vê defeito”. Por outro lado, sabe da importância do trabalho que está realizando: “Eu ouço muitos elogios, mas acho que ainda estou fazendo muito pouco”.

Fala de si como um

- “Cara simples, que gosta de ser chamado de agricultor orgânico, não sou ambicioso, a gente não leva nada da Terra, aqui é passageiro. Discordo de o sujeito acumular riquezas, acho que você tem que ter o suficiente para viver, você e sua família uma vida digna, educação. Uma pessoa simples (...) Mais um ‘João Ninguém da Natureza’, um seringueiro, pois tenho grande admiração pelos seringueiros, aumentaram as fronteiras deste país e uma sabedoria como ninguém. Se não fossem os seringueiros e os índios, estaríamos com as divisas lá embaixo e não teríamos a Amazônia em nossas mãos. Esse povo analfabeto mas com uma sapiência, um senso de observação! O agricultor é um observador por natureza. Tudo que o cientista descobre esse cientista pegou de algum ribeirinho, de alguma raizeira, de algum indígena, de algum negro. Quando eu dou palestras nas comunidades carentes eu digo, não vim aqui ensinar nada, vim aqui aprender, abram o olho comigo que o que eu puder sugar de vocês eu vou sugar. É uma troca, ninguém ensina nada”.

## **6.2. Procedimento Metodológico**

Ao pensar sobre o procedimento metodológico a ser adotado, resolvi combinar três instrumentos para abordar a tese sob vários ângulos e obter resultados de expressiva confiança. Foram utilizados os seguintes instrumentos:

1. Entrevista Semi-dirigida
2. Entrevista Inquérito
3. Dilema Moral

A entrevista foi intercalada aos demais instrumentos e através dela tracei um panorama das ações ecológicas do entrevistado e investiguei questões relativas à motivação ecológica, consciência moral e ética ecológica.

A entrevista também se mostrou importante para demonstrar como ocorreu em cada indivíduo o desenvolvimento simultâneo da formação da consciência moral autônoma e do desenvolvimento de suas capacidades ou procedimentos de reflexão e ação, bem como para demonstrar como o sujeito se representa e se estas representações são valorativas.

O tempo das entrevistas girou em torno de 1 hora e 1 hora e 30 minutos. Foram gravadas em fita K-7, transcritas e os entrevistados de Porto Velho tiveram a oportunidade de reler suas entrevistas antes da autorização (Apêndice D) definitiva. Isto não foi possível com os entrevistados do interior, que concordaram em assinar as autorizações logo após a gravação da entrevista.

Todos terminaram a entrevista dizendo que acharam interessante a forma de condução, pois as questões os levou a pensar em elementos que não haviam parado para

pensar antes e principalmente salientaram o fato de ter que lembrar como foi que tudo aconteceu.

A forma como foram intercalados os instrumentos seguiu o esquema abaixo

|         |                      |
|---------|----------------------|
| Passo 1 | Questões 1 a 3       |
| Passo 2 | Entrevista Inquérito |
| Passo 3 | Questão 3            |
| Passo 4 | Dilema               |
| Passo 5 | Questões 4 a 11      |

### **6.2.1. Entrevista Semi-dirigida**

Apresento e comento a seguir, o roteiro da entrevista semi-dirigida que utilizei. Explicito os objetivos que nortearam cada questão, lembrando que as questões numeradas de 1 a 10 foram apresentadas aos entrevistados diretamente. Quando os entrevistados não abordavam espontaneamente os elementos que me interessavam, apresentei questões complementares, tomando o cuidado de associar o interesse do objetivo com o assunto então discutido.

Em todas as questões, de 1 a 9, procurei identificar aspectos fundamentais para a tese deste trabalho, a saber:

- a) Identificar a presença de subsídios para afirmar a ecologia como tema moral;
- b) Verificar se a moral ecológica é central/periférica na personalidade dos indivíduos;

- c) Verificar se a moral ecológica, como a própria defesa ambiental, é *self/other regarding* (orientada para si ou para os outros);
- d) Compreender a construção da personalidade moral dos entrevistados no contexto da ecologia.

A questão 01 teve o objetivo de me inteirar das atuais ações na defesa ambiental do entrevistado e de deixá-lo mais à vontade ao falar de si.

1. Como descreveria suas atuais atividades ligadas ao meio ambiente e à ecologia?

As questões 02 e 03 tiveram como objetivo construir um panorama histórico das atividades ecológicas do entrevistado e demonstrar a identidade que atribui a si em relação à ecologia:

2. Comente livremente sobre sua relação com a ecologia e as questões ambientais
  - ✓ Como se deu historicamente na sua vida? Por quais razões?
  - ✓ Processos que o ligaram ao tema?
  - ✓ Pessoas e situações que o influenciaram?
3. Qual a participação da escola nesta construção (eventos, disciplinas, programas)?

Hipótese: O delineamento da representação de si em relação aos outros e ao mundo que o rodeia foi construído a partir da relação com a natureza.

A questão 04 teve como objetivo dar a perceber se a motivação para o trabalho com a Ecologia é Moral:

4. Qual a motivação ou razão para trabalhar com Ecologia?
  - ✓ Qual o sentimento que o move?

- ✓ Qual a necessidade que o move?
- ✓ Há um *querer moral*?
- ✓ Há um sentimento de dever? (Imperativo Categórico kantiano)
- ✓ É um querer de *dever*? Algo que *não pode não ser feito*?
- ✓ É um bem em si mesmo?
- ✓ Remete à dimensão da lei? da obrigatoriedade?

Hipótese: Apresentam uma consciência moral autônoma com capacidade de reflexão dos procedimentos e da ação. É um querer moral porque remete ao imperativo categórico, é um querer de dever, algo que não pode deixar de ser feito.

As questões 05 e 06 tinham como objetivo identificar qual ética regula o comportamento ecológico dos entrevistados:

5. Em que acredita enquanto age? Há uma regra que você costuma seguir na defesa ecológica? Algo que seja como um guia, uma luz para você?
  6. Suas razões na defesa ecológica foram as mesmas durante toda a vida ou você acredita que se modificaram? Como? De que forma? Em que medida?
- ✓ Podemos identificar uma *ética do ambiente* no entrevistado?
  - ✓ Quais princípios a regulam?

Hipótese: Os entrevistados pautam suas ações numa ética baseada em princípios morais de respeito ao outro e à natureza. A natureza não é um fim em si mesma, a preservação da natureza é um meio para preservar o ser humano.

As questões 07 e 08 tiveram como objetivo dar a perceber a vertente cognitiva/intelectual e/ou afetiva da moral:

7. O que significa a ecologia para você?

8. E o movimento ecológico de forma geral? Você distingue *movimentos ecológicos* ou *ecologias*?

✓ A ecologia é vista pelos entrevistados como um objeto do conhecimento?

✓ A ecologia é vista pelos entrevistados como um conteúdo construído pela cultura?

✓ Entram em contato com este conteúdo cultural / ecologia e o resignificam à luz da razão? Seu envolvimento é emocional? Intelectual?

Hipótese: Há racionalidade e lógica nos entrevistados em relação a princípios morais, como justiça e equidade. Bem como demonstram valores ecológicos integrados à sua personalidade como valor central.

A questão 09 serviu para coletar dados que ajudem a responder a inquietação de todo ecologista: como auxiliar no processo de desenvolvimento da consciência ecológica:

9. No caso das questões ambientais, um país como o Brasil, com diversas leis e programas ecológicos, cuja compreensão teórica das informações é uma das mais avançadas do mundo, por que não conseguimos atingir a grande comunidade? Por que os programas de educação ambiental têm tão poucos adeptos?

A questão 10 presta-se a formar a rede da colônia de entrevistados:

10. Poderia indicar outras pessoas, que sejam consideradas por você, líderes na defesa ambiental de Rondônia?



## 6.2.2. Entrevista Inquérito

Esta técnica foi desenvolvida por La Taille (2003, p. 20) e o autor assim a descreve:

Fornecemos ao sujeito um *fato* bruto (...) e deve ele *formular* perguntas (às quais respondemos apenas por ‘sim’ ou ‘não’ – ou ainda por ‘não sei’, se a pergunta não for relevante) (...) sobre este fato para *julgar a legitimidade moral* do ocorrido. Para tal, é claro que devemos ter inventado uma história previamente, para poder responde às perguntas.

Com esta orientação conduzi a apresentação da técnica com a seguinte fala:

*Vou lhe apresentar um fato em apenas uma frase. Você deverá julgar se o comportamento do personagem em questão está correto ou incorreto, justificando sua posição. Para chegar ao julgamento final você poderá fazer perguntas acerca das circunstâncias que envolvem a informação. Portanto, o objetivo aqui é que você me diga se o personagem está agindo corretamente ou não e por quê.*

La Taille (2003) advoga as vantagens da entrevista inquérito em vista do dilema moral porque esta daria mais liberdade, espontaneidade ao entrevistado de elencar o que, segundo seu julgamento moral, é essencial.

Embora seja um método clássico da psicologia moral e tenha seu valor amplamente reconhecido, assim como La Taille (2003), Eckensberger (2001) advoga que em alguns aspectos o dilema é limitador, podendo ser utilizado um outro instrumento para complementar os dados.

As duas frases brutas utilizadas na entrevista inquérito estão citadas abaixo, seguidas das histórias que criei, mas que não revelei aos entrevistados.

1. Sebastião come carne de paca.

Sebastião, um sujeito natural da região, cresceu dentro dos seringais, tem família de 5 filhos e ganha seu sustento a partir da caça, coleta, um pouco de produção de borracha

e pequenos bicos nas vizinhanças. A caça representa valioso complemento protéico na alimentação da família.

## 2. Grupo de ecologistas explode barco pesqueiro

Trata-se de grande barco pesqueiro no litoral sudeste do Brasil, em alto mar, trabalhando com pesca de médio porte para consumo comercial. Sua bandeira é estrangeira. Não costumam respeitar o período da proibição.

Como são interpretados os dados da entrevista inquérito? Novamente La Taille (2003) nos orienta:

1. Pelo conteúdo das perguntas;
2. Pelo próprio juízo de legitimidade.

Minha hipótese é de que os entrevistados regulam a moralidade pela subjetividade e legitimam os atos ecológicos que dependam de questões sociais justas e necessárias. Para tanto foi esperado que:

1. O conteúdo das questões feitas se dirigisse a aspectos particulares da situação: onde mora, família, do que se sustenta, que tipo de barco;
2. Tendessem a legitimar a caça da carne de paca e a condenar a explosão do barco.

### 6.2.3. Dilema Moral

O dilema, enquanto instrumento de avaliação, constitui um método indireto de verificação a respeito de como determinada pessoa avalia esta ou aquela conduta. O suporte teórico para esta escolha metodológica está em Piaget (1932/1994). E também pelo fato de se tratar de um instrumento que, além de confiável, tornou-se familiar, dado que o utilizei na pesquisa de mestrado.

Outro argumento substancial para utilização dos dilemas é que são realistas, tratam de um contexto da vida real. Em minha experiência, os objetivos com os entrevistados são atingidos através de um instrumento para o qual ainda não construíram defesas psicológicas. Trata-se de algo que conhecem, mas apresentado de uma forma que nunca haviam pensado.

O dilema apresentado aos entrevistados foi o seguinte:

Pedro é um fazendeiro que no mês passado precisou retirar 10 m<sup>3</sup> de madeira para fazer uma casa. Para autorizar o desmatamento, o IBAMA cobra uma taxa de R\$X. Pedro achou abusiva. Não pagou a taxa, retirou as madeiras clandestinamente e plantou 03 alqueires com várias plantas da região, como ipê roxo, castanheira e jacarandá.

- a) Você acha que Pedro agiu certo? Por que (justificativa)?
- b) Você acha correto desobedecer a uma lei mesmo compensando-a clandestinamente?

“Os dilemas morais são construídos a partir de hipóteses psicológicas a respeito do nível de desenvolvimento do sujeito e de variáveis culturais” (La Taille, 2003, p. 21). A hipótese estabelecida para elaboração deste dilema foi a de que *o importante é a*

*consciência de utilizar racionalmente a floresta*. Se Pedro discorda da forma de ação dos órgãos públicos, isto não afeta seu senso moral ecológico, de responsabilidade com o ambiente e de respeito à natureza como produtora dos recursos que ele utiliza.

O aspecto fundamental na aplicação do dilema é a *entrevista clínica* que se segue ao dilema, onde se esclarece as razões pelas quais o sujeito está tomando uma determinada posição.

Hipótese: O entrevistado é capaz de perceber uma moral autônoma, baseada na responsabilidade subjetiva. Os ecologistas tenderão a aceitar a substituição que Pedro fez, tendo em vista ser a moral ecológica um valor central de suas personalidades.

## **Capítulo 7. Vozes da Liderança Ambiental em Rondônia**

Passo a apresentar os resultados dos métodos aplicados neste trabalho. Início com a entrevista semi dirigida, passando depois às entrevistas inquérito e ao dilema moral,

Vou citar o nome dos entrevistados no primeiro item a ser apresentado da entrevista semi dirigida, o que não se repetirá em todo o capítulo, quando apresentarei minhas conclusões seguidas de exemplos. Escolhi este formato para o item por se tratar de trechos muito interessantes quando os entrevistados falam de suas próprias vidas. Não conseguiria reproduzir numa interpretação a vivacidade das declarações feitas, bem como, acho importante identificar seus autores para dar a dimensão de que todos os entrevistados encaixaram-se no perfil da tese deste trabalho: a ecologia é moral, porque sua motivação e moral e suas ações também.

Quero lembrar que obtive autorizações dos entrevistados para revelar suas identidades e das organizações a que estão ligados. Nas demais questões, resguardo a identidade dos entrevistados.

Saliento que não relacionarei todas as respostas que foram analisadas, sob pena de, se o fizesse ter um trabalho extenso e cansativo. Enfatizo a demanda alcançada através do quantitativo indicado (como por exemplo, quatro dos nove entrevistados). Na seqüência alguns exemplos, os mais significativos.

## **7.1. Dados Advindos das Entrevistas Semi Dirigidas**

### **Tema 1 - Panorama histórico e identidade que atribui a si em relação à ecologia**

Percebo que a construção da identidade dos entrevistados em relação com a ecologia se deu através de situações emocionalmente vivenciadas em oito dos nove entrevistados, com mais ênfase para alguns. Alegria e dor na percepção das mudanças ambientais foram colabores essenciais para esta construção. Tanto que dos nove entrevistados cinco declaram trabalhar com seus públicos através desta comparação, o antes e o depois.

- “Ver a ave morta e ensangüentada, ainda com as penas, aquilo me sensibilizava muito, sabe? puxar aquelas peninhas daqueles pássaros, ajudar minha avó a tratar. E às vezes os animais não estavam totalmente mortos (...) E aos poucos você também vai vendo que o ambiente que você mora também se modifica.”

- “Começou com meu pai, que era pequeno produtor, pouca terra, sempre falava que quando ele chegou no Espírito Santo chovia muito e hoje na maioria do tempo é período de seca. O rio que ele tomava banho hoje em dia não tem mais água – ele levou a gente lá. Lugar que você pulava de cabeça e hoje não tem mais água. Ele foi mostrando a pobreza extrema na agricultura e a concentração de terra pelos latifundiários. Quando eu era pequenininho havia uma cidade enorme movida pela agricultura, hoje é uma cidade fantasma. Com a experiência dele, analfabeto, observador como todo agricultor é um excelente observador da natureza, comecei a observar também.”

- “Então, sempre que eu posso falar, eu falo com todas as pessoas sobre isto, eu mostro algumas fitas e eles acham bonito e eu falo olha o Rio Branco, o rio tal era assim, sabem quem acabou? Fui eu, foi você.”

Familiares muito próximos, como pai, mãe, avó e tio foram importantes colaboradores neste processo, sendo os pais citados como pólo da tomada de consciência ambiental em quatro das nove entrevistas.

- “Nasci no mato, me crie até os 12 anos dentro da terra que hoje é a terra dos Uru-eu-wau-wau, e ao sair de lá pra estudar, já vinha com toda essa carga da necessidade de manter o ambiente em que eu vivia. Meu pai era seringueiro e tinha toda uma preocupação com a floresta. Identifico um fato que foi importante, o contato com os índios. Quando mudei para a cidade, fui morar em frente à Funai, então vi os primeiros contatos com Suruí, Uru-eu-wau-wau, isso foi uma coisa marcante na minha vida.”

- “Por incrível que pareça, meu pai, que também era um exímio caçador, me disse algumas coisas. Notei que ele tinha mudado um pouquinho, assim mais para o lado da conservação. Ele andou dando algumas agudas nesse sentido, que devia ser preservado, porque ele já havia morado em outro lugar, ele tinha terras em outro lugar.”

- “E a minha mãe, detalhe, ela adora planta, e sempre ela me condicionou à história: ‘você tem a mão boa pra plantar’ então, quem cuidava das plantas? sempre eu e ela, vamos tirar essa planta, transferir pra ali, cuidar daquela galheira, sempre eu e ela (...) Minha avó tinha a mesma característica da minha mãe. Se eu plantar, eu tenho mão boa, se eu botar a mão, nasce mesmo!”

Em todos houve um processo contínuo e crescente de tomada de consciência conduzido pela situação vivida pelos sujeitos. A cultura que os cercava foi decisiva. A

vivência em ambientes naturais foi marcante, permanentemente, morando próximo ou dentro da zona rural, ou esporadicamente, em período de férias.

- “Tendo subsídios que você aprende desde criança, que vai na família, que vai dentro da escola também, do grupo com que você se relaciona, das suas oportunidades.”

- “Quando eu tinha férias, no interior, ia para a fazenda da avó, fazenda do tio, sempre gostei de ir pra roça.”

- “O Rio Capibaribe, que é o rio que banha Recife, ficava bem próximo da casa da minha tia, eu ai pra lá e era só mato, ficava lá com os meus primos acho que isso fez essa experiência.”

### **Aléxis**

“Sempre gostei muito de bicho, sempre tive bicho em casa, sempre tive vários bichos, quanto mais variado pudesse ser, cachorro, passarinho, cobra, todos esses bichos, tudo que era interessante, era bicho, eu queria ter, então sempre gostei de ter uma relação com os animais, e sempre gostei de acampar, sempre gostei de pescar como meu pai, meu pai já me levava pra pescar quando eu era bem menino, então sempre tive uma relação forte de ligação com a natureza. A família apoiava, sempre, sempre! Gostavam de me ver mexendo com animais, é lógico que cobra tive quando fiquei mais adolescente. Morava em Goiás e quando eu tinha férias, no interior, ia para a fazenda da avó, fazenda do tio, sempre gostei de ir pra roça caçar passarinho com os primos. Lógico que é uma atividade predatória, mas sempre estive ligado, sempre estive em contato com a natureza. Morei em Goiânia até os 6 anos, então tinha essa ligação mais forte com a parte florestal, parte da mata, lá, o cerrado. Fui pra Fortaleza, também gostava muito do mar, de estar no mar, de



estar brincando na praia. Vindo pra cá tive novamente oportunidade de estar indo pescar com meu pai, de estar acompanhado com os amigos, já vim com 8 anos, mas teve essa fase de pescar com o pai, depois maiorzinho, de fazer acampamento, de pescar, de mergulhar, conheci alguns amigos aqui que mergulhavam. Desde que eu me entendo por gente, eu gosto muito da natureza, eu gosto muito de bicho, eu gosto muito de estar no mato. Tanto, que eu tenho outros trabalhos de cinegrafia, eu fico muito na floresta, passo vários dias em aldeias, em lugares muito selvagens. Comecei a mergulhar há mais de 10 anos. Em 94, 95 não sei, 93, eu até fazia uma atividade que era predatória, caça sub-aquática mas em 97 tive a oportunidade de fazer curso de mergulho autônomo, é uma prática que te possibilita ficar mais tempo lá no fundo, você interage mais, você vê como funciona melhor o ambiente, então passei a ter um cuidado maior e gostar mais de observar do que pescar e caçar, comecei a ter vontade de fazer outros tipos de trabalho, fazer a limpeza, e nós começamos a nos envolver com esse trabalho do mutirão, começamos a nos envolver com outras pessoas que já trabalhavam na área ambiental, começamos a ver, aprender sobre o processo, ver como nosso trabalho precisava ser, até hoje ainda precisa ser muito melhorado, mas precisava ser melhorado. Vimos a necessidades de estar participando do debate, de estar levando nossas experiências, aprendendo e melhorando nosso trabalho. A gente quer deixar algumas coisas para quem vai ficar depois da gente, para outras pessoas. Me dói às vezes, ver rios que eu já mergulhei, rios que eram maravilhosos e hoje estão totalmente destruídos, então quis fazer alguma coisa.”

## **Carolina**

“Tive oportunidade de participar de acampamentos de férias que eram em fazendas educativas. Era sempre o mesmo lugar, 18 dias nas férias de janeiro e 18 dias nas férias de julho. No Acampamento Seriema todos os dias tinha atividades, todos os dias! um grupo de meninas e um de meninos, mas um grupo pequeno, de 40 crianças de no máximo 14 anos. Depois eu fui monitora deste acampamento e também de um outro acampamento, o Paiol Grande em São Paulo. Fui também bandeirantes, escoteira, você já tem uma formação de preservação, não só de ajuda ao meio, mas também de ajuda ao próximo. Minha formação veio mais dessa linha, de acreditar que você tem que dar, que quem tem muito, tem que dar. Fui formada em escolas de freira, estudei 14 anos em colégio de freiras, onde você ouve muito isto, que quem tem muito tem que dar e a gente é estimulada a fazer isto. Participa de grupos de jovens, leva brinquedos em favela todo ano, coisas que eu sempre gostei, nunca fui obrigada pela minha mãe, nem obrigada pela igreja, enfim, nunca. Sempre achei que devia fazer mesmo e eu acho que isto foi o início da minha formação, acreditar que por eu ter tido oportunidades, teria que dar alguma coisa em troca. Fui para faculdade muito cedo, com 16, 17 anos e na própria faculdade entrei para alguns projetos na área ambiental, não atuava em nenhuma ONG, mas já acreditava que o que me levava a fazer biologia, era alguma coisa da questão ambiental, na área de gestão ambiental. Já com 18, 19 anos, estava participando de um projeto grande de análise ambiental. E os meus professores também tinham muito disto: ‘se você estuda numa faculdade federal ou estadual tem que dar um retorno para a sociedade’ e eu já vinha ouvindo isto desde criança. Depois da faculdade, depois do Mestrado, voltei para São José dos Campos, minha cidade, fiz faculdade em Londrina, voltei com algumas entidades que

eram locais, em defesa do rio Paraíba e já colocando uma coisa que eu acho interessante fazer, falar que o rio está morrendo, da industrialização. Fui convidada para coordenar um projeto de recuperação do rio, enfim, não fiquei lá e acabei vindo para Rondônia. Era uma coisa que me estimulava muito. Participei com algumas entidades, uma ONG que tinha umas atividades de campo, com adultos e adolescentes. Levava meus alunos, pois achava interessante que eles interagissem com o meio, pois eram poucos que tinham a oportunidade de uma interação ambiental maior. Paralelo a estas atividades tinha algumas ações de Educação Ambiental. Acho que assim foi se formando. Resumindo: tendo subsídios que você aprende desde criança, que vai na família, que vai dentro da escola também, do grupo com que você se relaciona, das suas oportunidades. E eu tive muitas oportunidades, várias situações que me proporcionaram isto. E dentro da escola era estimulada também. Isto pode ser ensinado dentro da escola sim, mas depende muito da pessoa que está passando. Acho que tive bons exemplos: estudei com professores que não só falavam, mas que tinham ações, então isto te estimula. Uma pessoa que você se mira, que você gostaria de se formar e trabalhar com ela. Depois da faculdade comecei a me envolver com ONG, vim para cá (Rondônia) e um ano depois já estava totalmente envolvida com a questão ambiental. Me moveu muito aqui em Rondônia, a questão social. Acho que ninguém vem pra cá e não se envolve, ainda mais com a formação que eu tenho é impossível passar alheia às questões sociais, diferenças sociais, todas as injustiças, todos os absurdos, você acaba se envolvendo. Não que a gente que vem do Sul saiba muito mais do que quem vive aqui, talvez tenha tido outras oportunidades e acha que pode tentar de outra forma, ajudar de outra forma. Daí você se envolve. Estou tocando vários projetos, alguns com mais sucesso do que outros, mas a gente vai tentando. Acho que a gente tem diversas fases. Aprendi muito aqui na Ecoporé com João Alberto, que já foi presidente

muito tempo. Aprendi muito com os seringueiros. Aprendi estar lá dentro, brigando pela reserva. Eles protegem sim, a floresta, vão lá e brigam, porque é dali que tiram o sustento, é dali que vivem. Eles preservam porque aquilo está dando o sustento deles. Algumas lideranças sim, já pensam mais em conservar, enfim, já tem uma formação melhor, mas os que estão ali mesmo têm uma vida muito dura, estão tentando preservar para garantir o sustento da família. E se a gente não estiver trabalhando com eles, não tiverem uma alternativa mais próxima, vão acabar entrando para a agricultura mesmo. Aprendi muito aqui em Rondônia trabalhando com as lideranças da Organização dos Seringueiros de Rondônia - OSR. Na fase da adolescência e de criança, se você está na época de bandeirantes, de escoteiro, você acaba gostando do seu instrutor, se ele faz coisas interessantes. Lógico, que gostávamos mais dos instrutores que levavam a gente a campo, que tinham mais realizações.”

### **Faedo**

“Não me considero um líder. Não sei quem me indicou. Nunca fui ambientalista. Na verdade sempre fui caçador, pescador. Há muitos anos atrás, mais de dez anos, na verdade, gostava de caçar, ainda gosto, só que não concordo mais. Ainda gosto de pescar, mas pesco muito pouco. O que me fez mudar? Na verdade, a gente sempre ouvia falar (o entrevistado referia-se à televisão) em ecologia, conservação, mas até você perceber que você mesmo tem que fazer alguma coisa, você não faz. Então, uns 10 anos atrás, no contato exatamente com o rio Mequéns, um dos lugares que a gente se esforça em conservar, comecei a ter uma visão melhor sobre a questão da ecologia. Estava observando a quantidade de peixe e uma das pessoas que estava comigo, disse ‘isso aqui parece muito

com o Rio Branco' – o Rio Branco é um rio que tem pra cá, perto de Alta Floresta, que hoje não tem 'na-da', não tem peixe nenhum. Quando eu vi aquilo, pensei, não tem como acabar essa quantidade de peixe! Quando essa pessoa me falou isso é que parei para pensar, que alguns anos atrás, 10, 12 anos, fui no Rio Branco e era cheio de barcos pescando, ninguém controlava, e a impressão da gente era que aquilo nunca ia acabar, nunca! achava piau da largura e do comprimento do rio. Hoje não tem mais piau no rio, Então acaba! Aí eu fiquei pensando: vou ter que dar minha parcela de contribuição nesse aspecto. E aí passei, não só lá, mas em outros lugares, e a partir daí mudou minha concepção em relação à natureza para poder preservar, para que algumas pessoas, daqui a algum tempo, possam ver também. Não que eu seja bonzinho, mas eu tava enxergando mais pra frente, além do nariz, como minha mãe dizia. Mas só que eu sou um preservador diferente, sou um pouco consciente da questão da preservação, acho que nós precisamos preservar, acho que podemos preservar a flora, a fauna e mesmo assim as pessoas tirarem proveito. Não vão enriquecer, mas pelo menos sobreviver. Eu acho errado, por exemplo, a maneira radical da preservação, preservar é intocado, não pode fazer nada. A impressão daí que os animais e a mata são mais importantes que os seres humanos. É aí que discordo um pouco da preservação radical, então, tem alguma coisa bonita, tem alguma forma da pessoa sobreviver daquilo, sem destruir, então sou de acordo que use. Quem me conhece, sabe que eu to mentindo. Quando a gente vai no rio, só o que pula dentro do barco sem a gente encostar neles, que pula dentro do barco e que a gente joga de volta no rio, é de 40 a 50 kg de peixe e não trago nenhum peixe pra casa, to quase como um ecologista radical. Mas sabe, eu não sinto vontade mais. Se a pessoa tiver esta consciência também, de que se ele fizer alguma coisa, por menor que seja o que ela faça, aí vamos conservar. De uma forma ou de outra, por mais que a gente fique fiscalizando, a pessoa sempre acha um jeito de

burlar a fiscalização. Então, sempre que eu posso falar, eu falo com todas as pessoas sobre isto, eu mostro algumas fitas e eles acham bonito e eu falo ‘olha o Rio Branco, o rio tal, era assim, sabem quem acabou? Fui eu, foi você’. Tenho que me colocar junto, porque eu também ajudei a acabar, né? Por incrível que pareça, meu pai, que também era um exímio caçador, me disse algumas coisas. Notei que ele tinha mudado um pouquinho, assim mais para o lado da conservação. Ele andou dando algumas agudas nesse sentido, que devia ser preservado, porque ele já havia morado em outro lugar, ele tinha terras em outro lugar, dessas que são parques nacionais e estaduais, quando eles tomaram a terra de volta, o único que ainda tinha mata ali era ele, ele era um dos primeiros. A mata dele era fechada. Mas eu achei que era por causa da idade.”

Faedo ficou muito emocionado neste trecho da entrevista, quando rememora o pai e a influência que este tinha sobre si. Sente-se saudoso e lacrimeja. Fiquei também emocionada com a relação que havia entre estes dois homens, inclusive na consciência ambiental, provavelmente silenciosa, que o pai criou e transmitiu a Faedo, mesmo sem ele perceber isto.

### **José Maria**

“Sempre gostei de natureza, desde criança gostei de natureza, gosto de sítio, gosto de água, gosto de animais, gosto muito da natureza e assim eu já tinha isso comigo. Hoje eu uso o entender da natureza diferente, claro, mas acho que a sensibilidade mesmo eu já tinha na época de estudante, se bem que não ouvia falar na questão da degradação. Lembro que há 30 anos atrás, parece brincadeira, eu nem sonhava em ser professor e já via nas revistas a questão da poluição em São Paulo, não sabia nem o que era poluição mas via que

era uma coisa feia e tinha o maior medo de morrer da poluição. Então hoje, você vê, a que ponto chegamos? Depois que comecei realmente a lecionar é que comecei a ver a questão mais de perto. Desde criança a gente vem delineando essa questão de ambiente. A princípio ela veio meio implícita, por conta dos conteúdos da escola. Já tinha, naquela época, na década de 70, os livros que traziam a questão dos recursos naturais renováveis e não renováveis, era um prenúncio, isso a gente via no conteúdo de ciências. Depois fiz faculdade de Geografia e na faculdade a gente vê meio ambiente, só que na época que eu fiz, 84, 87, ainda não tínhamos essa percepção de conteúdo geográfico como meio ambiente, como se vê hoje, como educação ambiental, nós temos a preocupação de observar o meio ambiente enquanto o fator geográfico, o humano ainda se incluía muito pouco. Depois da faculdade fui trabalhar, fiquei um tempo na Secretaria de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC no Programa de Currículos e logo quando foi promulgada a constituição de 88 o MEC chamou as Secretarias para estudar o Artigo 225 e fui junto com a equipe para fazermos uns estudos e elaborar um documento para a Amazônia, documento de ‘Educação para a Amazônia’, um documento chamado ‘Educação Ambiental para a Amazônia Legal’. Retornando para Porto Velho, foi instituída a ‘Primeira Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental’, e começamos a trabalhar efetivamente com educação ambiental nas escolas, e fizemos vários seminários com diretores, representantes de ensino e acho que foi o ponto chave para defendermos a questão de educação ambiental e meio ambiente. Depois trabalhamos também com a questão indígena, na situação de ir para Brasília e organizar o material e incluir a educação indígena dentro da educação ambiental. Em 90 e 95 fiz uma ‘Especialização em Meio Ambiente Amazônico’, com trabalho final para ‘Lixo Urbano’, e não paramos mais, ficamos direto trabalhando com a questão da educação ambiental. Depois, em 96, me

credenciei na UNIR - sou credenciado, professor de 1º e 2º graus, pra lecionar no curso de geografia, e fiz Mestrado em Educação e meu trabalho final de mestrado foi 'Educação Ambiental na Formação dos Professores para a atuação de 1ª a 4ª série'. Por que escolhemos essa linha? Porque na época tinha o curso de magistério na escola Carmela Dutra e Escola Padrão e nosso problema: se a educação ambiental depende tanto da educação, porque não temos a educação ambiental como disciplina nos cursos de Magistério? Defendemos a idéia de que a educação ambiental, enquanto formadora do profissional de educação, deve ingressar como disciplina. Depois acabaram com os magistérios, aí partimos para a universidade e conseguimos implantar nos currículos de alguns cursos da universidade pública e outros de faculdades particulares. Pudemos atingir o Estado quase todo e os trabalhos de educação ambiental que os alunos desenvolveram foram muito esperançosos, então, de lá pra cá orientamos trabalhos, já ministramos uma dezena de vezes essa disciplina e temos tido resultado. Hoje você tem na biblioteca um acervo bom de monografias e dissertações em educação ambiental, de alguma forma o pessoal já está trabalhando. Juntamos muita gente hoje que trabalha na universidade nas várias linhas de pesquisas em algum ponto de educação ambiental. Temos desenvolvido também trabalhos com escolas, muitos trabalhos com escolas e trabalhos com crianças, com jovens, através dos professores, através de projetos de extensão, estamos findando nesse ano no Getúlio Vargas, fazendo orientação de vez em quando com professores. Lembro das histórias, que elas sempre traziam um tema ambiental, mas era assim, nem pensava a hipótese de ser ambiental, sabe? Era de ser sítio, fazenda, hoje podemos fazer a ligação entre uma coisa e a outra, mas naquela época não fazia. Eu tive uma boa influência, que não deixo de citar porque eu acho que é um marco no Brasil, pelo menos até aonde eu pude observar, que é a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica em 1979. O slogan da



campanha era ‘Preserve o Verde’, então tinha toda uma música e como eu freqüentava um grupo de jovens, em muitas reuniões do grupo cantava todas as músicas e acabamos nos tornando uma dupla, aproveitamos para alargar mais, e fazia tanto pela questão ambiental como pela questão religiosa, que na época era muito presente na juventude, acho que era aquela época do movimento de jovens se destacar no grupo, a gente fazia sempre isso.”

José Maria não identifica nenhuma pessoa que o tenha influenciado na infância, apenas os livros. Já na fase universitária identifica personagens da política ambiental como Nana Medina, Marcos Reigota e Marcos Sorrentino.

### **Josenildo**

“Eu me recordo, que quando era criança, uma tia inventou de se casar e morar no sítio, eu ia pra lá e gostava daquilo ali. O Rio Capibaribe, que é o rio que banha Recife, ficava bem próximo da casa da minha tia, eu ia pra lá e era só mato, ficava lá com os meus primos acho que isso fez essa experiência com bicho, com cobra. Então eu sou uma pessoa que não sou muito das coisas urbanas, eu gosto mais de estar num local reservado, mais tranquilo, minha mãe também tem muito disso, eu acho que herdei isso dela, ter as plantas que eu acho bonitas, as árvores, aquela sombra que é uma coisa de tranquilidade, me passa muita tranquilidade e como sou muito agitado, tem que ter sempre esse local pra ficar estampado, olhando, pra relaxar, pra ficar mais tranquilo, então foi por aí. E a minha mãe, detalhe, ela adora planta, e sempre ela me condicionou à história: ‘você tem a mão boa pra plantar’ (...) Me recordo, que quando era adolescente, tinha uma vontade muito grande de conhecer a Amazônia. Interessante, essa questão de Amazônia, não sei se também se somou à aquelas coisas de exército, de ver esses cursos de sobrevivência. Que você está

naquela fase que é adolescente, às vezes o filme de guerra que o cara está no mato. Como é que são as coisas? Deus sempre tem um plano pra gente. Primeiro grau eu estudei no colégio da Polícia Militar, segundo grau fui pra Escola Técnica, não tinha vontade de servir o exército, tinha um sonho de ser Engenheiro Civil, tinha uns sonhos na cabeça, mas como naquela década de 80 a situação econômica do País era muito difícil, a gente teve que mudar de idéia, aí veio o exército, que eu não queria servir porque eu tinha uma experiência de militar no Colégio da Polícia Militar, não queria, mas fui levado. Fiz o Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva em Recife, fui promovido aspirante Oficial em 1988 e fui estagiar no Rio Grande do Norte. Em 89 me convocaram pra voltar pro exército. Existia naquela época 05 vagas pra Rondônia, veja como que eram as coisas, 05 vagas pra Rondônia, eu sempre, desde criança eu tinha um sonho, de adolescente, de conhecer essa região, de viver um pouco da questão, de viver na mata, porque no Nordeste nós temos a região de Mata Atlântica, existe ali no Recife, mas quando você entra pro sertão é só seca e eu estagiei no sertão. E eu me inscrevi pra vir pra cá, só que eu tive meu sonho frustrado, porque as vagas daqui foram completadas com Itajubá, aí me mandaram pra Caicó, no Rio Grande do Norte, lá vai eu pro sertão de novo, fui pro sertão, a única coisa de bom que tinha era porque eu tava 400 km de casa. Quando em 92 apareceu um concurso da Polícia Militar aqui. Porto Velho, Rondônia, de novo na minha vida! Quando terminamos o curso em 93, mandaram escolher pra onde eu queria. Na época aqui não se chamava 'Batalhão de Polícia Ambiental', chamava 'Companhia de Polícia Florestal de Proteção do Meio Ambiente'. Escolhi vir pra cá, dentro de uma idéia que eu tinha de conhecer e desde então começou essa verdadeira paixão pela questão do meio ambiente. (...) E até hoje eu tenho o prazer muito grande de lidar com isso, apesar dos transtornos que sofri. Então é uma coisa que virou uma bandeira. Então, é uma coisa que vem de dentro, é

uma coisa que me trás satisfação poder lidar nessa área, e eu fico muito feliz poder lidar nessa área, em ver a questão do respeito à natureza. Porque eu tenho um entendimento, que nós aqui somos um ator, nós não somos um gestor, nós temos que viver em harmonia. Então, se eu conseguir é dentro do pouco que eu posso fazer, isso é o que motiva também o meu dia a dia, de estudar, de buscar formas de poder fazer a atividade com mais dinamismo”.

### **Lindomar**

“Família mineira, vivia no norte de minas numa região de transição, seca, iniciando o sertão, na divisa com a Bahia. Trabalhou durante várias gerações ali, meus avós e bisavós viveram ali. Minha família chegou à conclusão de que os recursos naturais estavam se exaurindo, a ponto de não garantir mais a sobrevivência. A família saiu de minas em direção a Rondônia, mas antes parou no Mato Grosso. Veio naturalmente em busca de terras, uma área maior, uma terra ainda fértil, ainda produtiva, e Rondônia naquela época se apresentava dessa forma, era o grande Eldorado, a terra dos sonhos. Foi quando eu nasci, nessa parada em Mato Grosso, no meio do caminho. Minha família parou lá durante 02 anos. Fui trazido para cá ainda bebê, menos de 2 anos, então minha formação foi toda aqui, em Jí-Paraná, Rondônia. Sempre reconheci na minha família uma família de trabalhadores, trabalhadores rurais, não entendia outra profissão, não via, meu pai nunca chegou a cogitar outra profissão. De uma forma muito simplória. Hoje meus pais não trabalham mais, mas até hoje não conseguiram uma outra visão de como trabalhar a terra, uma visão muito tradicional. Eles não conseguiram uma outra visão de relação com a natureza e daí um fator importantíssimo quando se trata de ecologia, devastação,

desmatamento, exatamente esta relação, da ecologia com o social, da ecologia com a natureza, enfim, sou um estudante normal, ainda não tinha este apego, esta visão como tenho hoje, logicamente, sempre li, li bastante, para conhecer, sempre me chamou atenção a relação do homem com a natureza. Primeiro a visão devastadora, de que a floresta tem que dar lugar ao progresso e este progresso vindo de qualquer forma. A devastação aqui foi tomada como sinônimo de progresso. Ao homem não é possível ver além disso? Até quando este ciclo vai continuar acontecendo? Sempre me chamou muita atenção este fato, mas nunca tive a oportunidade de me inserir neste processo. Era alguém que via de fora, observava os partidos políticos, observava os sindicatos, observava algumas associações, sempre procurei ler muito sobre isto, sobre as organizações sociais, e aí, já terminado o ensino médio, quando entrei na universidade, fiz um pouco do curso de Pedagogia, que não concluí, hoje estou em outro curso, no curso de Direito, então apareceu a oportunidade. Eu participei de um curso, chamado 'Laboratório Organizacional de Cursos' para formação de 'Técnicos em Desenvolvimento Econômico'. É hora de me inserir neste contexto. A partir daí eu realmente pude fazer vários cursos, palestrar em vários cursos, andar o estado de Rondônia praticamente todo, conversando com produtores, adquiri conhecimentos na área de economia. Então eu pude perceber o outro lado, se por um lado havia a visão desenvolvimentista, por outro lado havia a pessoa de pensamento um pouco ingênuo em pensar que poderíamos sobreviver sem tocar na natureza, e fui trilhando este caminho que vou trabalhando, exatamente tentando fazer um paralelo entre estas duas visões. Só há como buscar o equilíbrio, não há como dizer primeiro a natureza e depois o homem, mas também não há como dizer, primeiro o homem e depois a natureza, e aí é que realmente vejo o sentido da ecologia, ecologia é isto, é essa relação. A partir do momento que a gente alcança este equilíbrio, homem natureza, a gente está tendo uma boa relação ecológica. Já

faz 9 anos que trabalho diretamente com organizações, associações, e nos últimos três anos e meio estamos aqui (APA) e aqui encontramos um solo bastante fértil para trabalhar estas questões.”

Lindomar identifica “pessoas, pessoas importantes, com as quais você pode trocar idéias” na construção de sua consciência ambiental, mas realmente só a partir do curso técnico e na universidade. Destaca a participação do Professor Clodomir, da UNIR, figura muito conhecida em nosso meio por seus posicionamentos teóricos e políticos tendo sido amigo pessoal e de luta política de Paulo Freire.

### **Neidinha**

“Nasci no mato, me crie até os 12 anos dentro da terra que hoje é a terra dos Uru-eu-wau-wau, e ao sair de lá pra estudar, já vinha com toda essa carga da necessidade de manter o ambiente em que eu vivia. Meu pai era seringueiro e tinha toda uma preocupação com a floresta. Identifico um fato que foi importante, o contato com os índios. Quando mudei para a cidade, fui morar em frente à Funai, então vi os primeiros contatos com Suruí, Uru-eu-wau-wau, isso foi uma coisa marcante na minha vida. Também ao vir pra cidade com 12 anos tive um impacto cultural muito grande: só se podia sair do mato se fosse de avião pequeno, que se chamava teco-teco, ou você andava 60 dias dentro da floresta. Então, ao vir para a cidade tive todo impacto de estar vendo pela primeira vez um carro, que foi uma coisa que me deixou com um medo muito grande! Então, ou luto pra manter a floresta em pé, ou vou ter essa coisa que não é agradável de ver, o cheiro da gasolina, dos carros, o medo de andar na rua, que já não era mais aquela coisa tranqüila de andar no mato. Tive o privilegio de estar sempre envolvida com pessoas que têm os

mesmos ideais, pessoas que lutam por um ambiente sadio, não é um Meio Ambiente, a gente luta por um ambiente sadio. Essa trajetória toda devo muito a isso, a estar cercada de pessoas que tem ideais fortes, que são pessoas guerreiras, e o privilégio de conviver com os índios, poucas pessoas têm esse privilegio, é um privilégio de conviver muito junto com várias etnias, de aprender. Os índios me ensinaram muito ao longo da minha vida. Quando eu estudei tinha teatro, eu fazia representação de que era um índio. Quando não tava fazendo papel de índio, tava fazendo papel de bicho, de onça, dessas coisas assim, então eu acho que o teatro é uma coisa também que foi muito marcante, e todas as peças a gente tava sempre ligado à questão ambiental, eu também pintava e a minha pintura tava voltada também pra questão ambiental, então é uma ligação na música quando participava de um grupo que cantava e tocava era tudo ligado ao meio ambiente. E tive o privilégio que pouquíssimas pessoas têm, de ter professores que estavam preocupados com a representação teatral, a representação do meio ambiente, com a história local, não só com o meio ambiente, eu acho que o que marca muito é a preocupação com a história local, nós tínhamos um projeto chamado 'Projeto Urucum', naquela época a gente levava para a praça, a gente tinha uma luta com a proteção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, que a gente não queria que tirasse nada, que não modificasse nada, e não queria que tirassem aqueles trilhos que hoje são aquelas barraquinhas, lutava pra que não tirasse os trilhos, que mantivesse o patrimônio, por que víamos que havia uma destruição do nosso patrimônio. Nesta mesma praça ensinávamos pintura a óleo para o pessoal da periferia que ia visitá-la. Ensinávamos fazer artesanato, e encenava peças de teatro, peças infantis voltadas pra questão ambiental, então era sempre história de caçador, que está querendo destruir a floresta, que o Caipora, o Mapinguari. A gente tentava passar novas histórias para a população local para que não se perdessem, então a gente se preocupava com as lendas,

ensinávamos muita coisa. Os professores (da universidade, durante o curso de História) tinham uma coisa muito boa, que era a preocupação de passar pra gente o amor por nossa terra. Lembrei que eu tinha aula de História Regional com professor Emanuel Pontes Pinto, e quando saí da Unir, fui fazer o estágio lecionando História Regional, e essa ligação que se tinha com o professor de História Regional, com o professor da História Antiga, com o professor de Metodologia era uma coisa muito junta. A preocupação parecia ser mais com os alunos mesmos entendeu, não com o meu projeto pessoal, uma boa parte eram pessoas muito interessadas. Isso eu acho que é uma influência muito grande. Falo pro pessoal que eu vejo hoje, eu fui do diretório acadêmico, e fico admirada, não vejo esses alunos de hoje lutando por nada, a gente passava o tempo todo lutando. A gente ia filmar na estrada de ferro, fazer trabalhos em cima da estrada de ferro, não porque a gente ia ganhar nota, mas porque aquilo era importante enquanto identificação, enquanto rondoniense, enquanto rondoniano, a gente tinha uma preocupação com a poesia local, preocupação com os nossos poetas, com os nossos músicos, com os nossos compositores, hoje não sei se estou tendo uma visão diferente. Posso estar equivocada.”

### **Sandra**

“No meu caso, acho que foi pela dor. Porque quando era criança eu tinha um tio, o nome dele é Antonio, que era um caçador, e quando vinha com a caça, minha avó me pedia que eu ajudasse a tratar aqueles animais. Lá onde minha família mora, a vegetação é muito escassa, os animais são de pequeno porte e ele trazia aves, pequenos roedores, répteis, e era diferente, digamos assim, do momento em que eu estava comendo aquela ave,

que a ave estava morta, tratada na panela, do que ver a ave morta e ensangüentada, ainda com as penas, e aquilo me sensibilizava muito sabe, puxar aquelas peninhas daqueles pássaros, ajudar minha avó a tratar. E às vezes os animais não estavam totalmente mortos, então aquilo, a princípio, me valeu eu não comer caça, embora seja muito comum onde eu moro, as pessoas comem caça, animais silvestres, mas eu não como, então acho que eu me sensibilizei pela dor, pela dor desses animais. E aos poucos você também vai vendo que o ambiente que você mora também se modifica, morava numa periferia de uma cidade pequena e essa periferia foi se modificando à medida que eu fui crescendo, porque a gente morava muito próximo de uma área rural, e o contato com os animais, com plantas e a cidade foi crescendo, tudo isso foi acabando, minhas relações com o mato, com os animais, com a terra, foi mudando. Acho que foi a primeira chamada de atenção, eu devia ter menos 10 anos. Depois eu me formei em Geografia, entrei na universidade jovem, só tinha 16 anos e o curso de Geografia tem uma relação muito grande com a natureza, e essa relação, esse amor e essa dedicação por esse tema se tornou mais profunda, dessa vez melhor fundamentada, não era só a razão sentimental de apego, de amor à natureza, mas também tinha argumentos, para defendê-la, pra me dedicar a esse tema. Já na graduação, junto com os colegas, a gente fez uma experiência com o rádio, com um programa de rádio que se chamava 'Em Defesa do Meio Ambiente' e a gente tratava desse assunto, pude conhecer uma série de pessoas que também trabalhavam com o tema meio ambiente, entre elas o chefe da Estação Ecológica do Siridó, Avalmar Queiroz, que foi uma pessoa muito importante na minha vida, nas minhas decisões políticas sobre o meio ambiente. Depois vim pra cá, tinha 23 anos, aqui havia uma efervescência em relação ao movimento ecológico, que afinal de contas, aqui em Rondônia parecia que tudo acontecia relacionado ao tema meio ambiente, e realmente havia muita coisa acontecendo e poucas respostas. Me



envolvi com outras pessoas que trabalhavam com o meio ambiente. Trabalhei com o rádio novamente, em 91 fui pra Cuiabá fazer uma especialização em Educação Ambiental, depois voltei para fazer mestrado, sempre trabalhando com educação ambiental, e por fim o doutorado que foi a minha experiência mais recente. Existe também uma pessoa chamada Jairo, morou aqui durante alguns anos, era de uma organização chamada 'Comunidade Bahai'. Eu também gostava muito do jeito dele trabalhar, de se relacionar com as pessoas pra tratar do tema meio ambiente, e também Maria Cecília da Comissão Indigenista Missionária - CIMI, que ela tem uma ternura enorme, ela é uma pessoa que trata de um tema super complexo, que é a parte dos direitos indígenas, mas está sempre com um sorriso no rosto, pessoa muito terna, muito segura, muito precisa nas intervenções, ela também me inspirou bastante. E mais recentemente, quando eu trabalhei pra o governo do estado, uma outra pessoa, chamada Gabriel Lima, também foi muito importante, porque a função que ele exercia dentro do PNUD era estratégica, ficava entre o estado e a equipe dos consultores, que têm opiniões técnicas sobre as questões de desenvolvimento, meio ambiente, e por outro lado o estado, com alguma, digamos assim, com uma outra versão da defesa do meio ambiente, ele sabia equilibrar muito bem, ele sabia circular entre esses dois campos de batalha, ele me inspirava bastante. E também teve o meu orientador, o professor Germano Zarin, lá de Mato Grosso, que também foi um outro homem que me inspirou pela firmeza. Todos eles são pessoas firmes, firmes e ternas. Quando eu morava no Rio Grande do Norte eu acompanhei algumas ações de fiscalização de caça e essas ações eram muito polêmicas, porque na região é comum que as pessoas se alimentem de caça, e eu acompanhava na missão, que era chefiada por este rapaz, Avalmar, ele era radical, ele era rápido, eficiente, não deixava as pessoas nem pensarem pra não ter ações contrárias.

Armadilhas eram quebradas, queimadas, armas eram aprisionadas, danificadas, e era alta tensão. Eu achei muito interessante isso, gostei muito de ficar por perto, acompanhar.”

### **Walmir**

“Começou com meu pai, que era pequeno produtor, pouca terra, sempre falava que quando ele chegou, no Espírito Santo chovia muito e hoje na maioria do tempo é período de seca. O rio que ele tomava banho hoje em dia não tem mais água – ele levou a gente lá. Lugar que você pulava de cabeça e hoje não tem mais água. Ele foi mostrando a pobreza extrema na agricultura e a concentração de terra pelos latifundiários. Quando eu era pequenininho havia uma cidade enorme movida pela agricultura, hoje é uma cidade fantasma, acabou a cidade, acabou a atividade agrícola, virou eucaliptos na região. Com a experiência dele, analfabeto, observador como todo agricultor é um excelente observador da natureza, comecei a observar também. Tive o privilégio de estudar, estudei química, curso técnico, e quando vim para Rondônia tive dois grandes aprendizados: um foi com os seringueiros, um seringueiro que veio trabalhar comigo, nascido e criado aqui, me ensinou muitas coisas, e a outra com os índios. Aprendi o sentido de que, se nós não fizermos alguma coisa pela nossa casa, meu filho, meu neto, terão poucas chances de sobreviver. Depois começamos a estudar o assunto, estamos num país tropical, aqui tudo é mais rápido. Enquanto uma folha lá nos países frios leva um ano para se decompor, aqui leva 24 horas, aqui a atividade é muito mais intensa, por isso o solo se empobrece muito mais rápido e foi aí que eu comecei a questionar com prática - não adianta só jogar pedra. Esse modelo de desenvolvimento que o governo quer implantar na Amazônia, não serve! E daí? Você tem uma alternativa? A alternativa foi discutir através de grupos de colonos, de

várias associações e sindicatos. Discutir e buscar alternativas. Há vários cultivos onde se pode viver em um pequeno pedaço de terra com dignidade e em harmonia com o meio ambiente. Esses testemunhos de vida foi onde começaram, a 15 anos atrás, a implantar este modelo: sistemas agro florestais, trazer criação de abelha - os agricultores tinham o maior medo de abelha, do ferrão da abelha, achavam que tinha que matar; cuidar da mata ciliar, o porque cuidar da mata ciliar. Discutindo isto em intermináveis discursos e reuniões, tudo isto não funciona se não tiver sobrevivência! Produzir matéria prima, todo mundo produz. O Brasil é altamente exportador de matéria prima, mas vive ainda no terceiro mundo. Então você tem que dominar o ciclo: você tem que ter o domínio da matéria prima, que nós temos, o agricultor, no caso, nós temos que ter o domínio do beneficiamento, que todo produtor da Europa tem e aqui no Brasil não. Esse três focos foi o que tentei colocar na cabeça dos produtores: produzir nós sabemos, beneficiar e comercializar não sabemos, então vamos aprender. Foi aí que começou todo o estímulo dos agricultores, dos filhos dos agricultores, de estudar, de dominar o computador, fazer cursos de administração. Os velhos têm experiência, mas na parte de comercialização não tem. Minha experiência foi deste tipo: meio ambiente com ecologia com economia. Uma revolta que eu tenho, por isto é um desabafo, porque quando eu era pequeno o primeiro agrônomo que chegou lá no sítio do meu pai, foi pra vender um produto chamado de BHC, um produto altamente tóxico. Meu pai morreu de câncer, como toda a geração dele, e aí eu comecei entrar numa birra, comecei a questionar este modelo. Larguei tudo. Trabalhava numa grande indústria de chocolate, era o responsável químico, larguei tudo para questionar este modelo. Vim para Rondônia e hoje estou vendo frutos. Hoje as universidades estão mudando, já se tem outros espaços, já se fala em agricultura orgânica, já se fala em agricultura biodinâmica, já se fala em produção sustentável, plantio direto, diminuição de arado, diminuição de desmate,

deixar a mata ciliar, quer dizer, no passado, nas décadas de 70 e 80, ninguém falava disto. Acho, que com as discussões aqui em Rondônia e em outros estados, a educação no caso desta área, já está melhorando, mas passou uma boa parte dos anos 50 até os 80 pensando na produção”.

## **Tema 2 - Participação da escola na construção da consciência ecológica**

Infelizmente, a escola de ensino fundamental e médio, de uma forma geral, não tem participado na construção da consciência ambiental. Entre os entrevistados quatro são enfáticos em afirmar que a escola não participou da construção de sua consciência ambiental.

- “Ensino Fundamental, não me lembro. É lógico, essas mensagens assim como, vamos cuidar da natureza, isso daí vem desde pequenininho. Mas não me lembro de nada em especial.”

- “Na realidade não, eu me recordo da questão do Ensino Fundamental, do ensino Médio, me recordar do que foi falado das causas ambientais? Muito pouco.”

Dois entrevistados consideram que sim, mas em apenas um dos casos tratava-se de temas direcionados ao meio ambiente. Outro entrevistado fala da escola como contributiva na formação de uma personalidade moral de forma geral, como aspectos altruístas e solidários, por exemplo.

- “E dentro da escola era estimulada também. Isto pode ser ensinado dentro da escola sim, mas depende muito da pessoa que está passando. Às vezes o professor fala, mas não age daquela forma, não é dele. Acho que tive bons exemplos: estudei com professores que não

só falavam, mas que tinham ações, então isto te estimula. Uma pessoa que você se mira, que você gostaria de se formar e trabalhar com ela.”

- “Sempre que fazia teatro, eu fazia representação de que era um índio. Quando não tava fazendo papel de índio, tava fazendo papel de bicho, de onça, dessas coisas assim, então eu acho que o teatro é uma coisa também que foi muito marcante, tanto no ensino primário quanto depois no 1º e 2º grau, porque aí eu fiz teatro no primário no 1º e 2º grau, e todas as peças a gente tava sempre ligado à questão ambiental.”

- “Não como instituição em si, mas como ambiente que proporcionou alguns encontros, encontros com pessoas.”

Os demais, três entrevistados, afirmam a participação da escola de forma vaga, através de imagens em livros, ter ouvido falar alguma coisa.

- “Me lembro vagamente de ter recebido instrução na escola. Me vem algumas imagens de livros. Tem a ver com a escola, alguma coisinha, estava dentro. Porque meu pai nunca foi preservador, meu pai era como eu, inclusive houve uma época em que você tinha que matar mesmo, até por conta de segurança, nós somos uma família de caçadores mesmo.”

- “Já tinha, naquela época, na década de 70, os livros que traziam a questão dos recursos naturais renováveis e não renováveis, era um prenúncio.”

- “Não me recordo disso até o ensino médio, sabe, eu não recordo de circunstância, de situação e me vem na cabeça uns flashes que às vezes vi na biblioteca, me vem na cabeça o fato de eu ter entrando na biblioteca, a partir de um empurrão de um amigo, que eu tinha vergonha de entrar na biblioteca, mas eu não me lembro de uma situação que eu fui envolvida, é possível que tenha acontecido, é possível que sim, porque eu não devo ter

chegado à graduação com esses requisitos descobertos, né? (...) E na universidade veio a circunstâncias das atividades desenvolvidas pelas disciplinas.”

O mesmo pode ser declarado dos cursos técnicos e superiores quando estes não são de áreas que tratam objetivamente do tema, como o Curso de Geografia, por exemplo. Em alguns cursos, quando há disciplinas específicas do tema ambiental, estas disciplinas são marcantes, para aqueles interessados no tema.

- “Aí tivemos a matéria Direito Ambiental, onde a professora (...) deu um enfoque mais educativo que legal.”

### **Tema 3 - Motivação Ecológica e Consciência Moral Autônoma**

Para todos os entrevistados, a motivação para trabalhar com a defesa ambiental envolve uma consciência moral autônoma, com razões construídas a partir das experiências pessoais e da cultura em que se inserem. Para tanto refletem as razões que os levaram a tal posicionamento.

A motivação dos entrevistados para trabalhar na defesa ambiental está calcada em elementos refletidos e analisados à luz de suas experiências. As declarações demonstram pessoas que trabalharam com fatos e situações que lhes aconteceram e calcaram suas regras a partir dos resultados das situações, dos relacionamentos.

- “A minha (motivação) é de que as pessoas enxerguem o que eu enxerguei. Se as pessoas não tomarem consciência de que cada um tem que fazer sua parte, não vai haver conservação nenhuma. Eu tento fazer com que as pessoas entendam que elas são importantes nesta parte aí. De destruidor a preservador. De que realmente faz diferença a

pessoa ajudar ou não na conservação. Que também possam enxergar um pouquinho à frente do nariz, de que qualquer coisinha que eles possam fazer, já vai ajudar.”

- “É o compromisso de estar ali, de saber que você quer ter um resultado interessante, que você pode contribuir para o desenvolvimento daquela comunidade, poder ver que aquela comunidade se desenvolveu, teve algum ganho, não só financeiro, mas também ambiental e social. Sonho em ver nas comunidades que a gente trabalha o pessoal falando melhor, se colocando melhor, se organizando mais, brigando mais pelas suas coisas.”

- “Penso muito no ser humano, no Homem em toda sua plenitude e sua capacidade de realizar coisas. Tento passar isto, tento mostrar que está nas nossas mãos o rumo das coisas. As coisas não estão prontas, não existe determinismo. É possível a gente fazer uma história bonita, uma história bacana, que amanhã pode ser melhor que hoje, pode-se estar vivendo melhor que hoje, que a natureza pode estar preservada na sua plenitude e nem por isto deixou o homem de utilizá-la. O homem tem que assumir este papel de ser capaz de interagir com a natureza de forma racional, equilibrada e dali tirar seu sustento, desenvolver seu conhecimento.”

- “Primeiro que as pessoas precisam conhecer um pouco mais o que é o meio ambiente, pra sair um pouco dessa coisa que meio ambiente atrapalha (...) se eu conseguisse mostrar pras pessoas, que mantendo essa floresta aqui, ele estaria ganhando “x” dólares, se eu passasse a trabalhar pelo viés dele, que é pelo viés econômico, mostrando: você, com essa floresta aqui, você vai ganhar x dólares porque tu pode, dentro da tua terra, podes desenvolver o turismo, tu pode fazer isso. Se eu provar que ele mantendo as fontes de água, mantendo a água dentro de sua fazenda, mantendo a Mata Ciliar, ele vai estar ajudando muito mais, melhorando a vida do gado, que ele vai estar gastando menos dinheiro com uma série de outras coisas, se eu provar isso, eu acho que eu vou ter mais alguém lutando pela questão

ambiental. O que a gente não pode é ficar sempre com o discurso de que você não pode fazer isso porque o passarinho que eu adoro, e olha que eu adoro passarinho é super importante, o passarinho é importante, mas o homem também é importante”.

- “No começo, o que nós fazíamos? Denunciávamos. Então todo mundo tinha que falar. Depois fomos passando da fase das denúncias, para a fase do fazer, você botava a mão na massa, queria fazer. Hoje você trabalha mais a questão da educação e da educação política (...) mas a bandeira de luta continua a mesma, defender o meio ambiente, seja ele o ambiente lá da mata, que eu não sei se está tão natural, o ambiente da cidade, o ambiente do trabalho.”

- “Em contato com a natureza posso dizer que me aperfeiçoei, não que eu tenha mudado, eu aperfeiçoei, eu melhorei, eu digo que eu melhorei bastante, mas melhorei exatamente por entender essa trama que é o meio ambiente.”

- “Até a década de 70, nós não tínhamos alcançado essa interpretação das tramas por trás do consumo, talvez até a década de 70, ou pouco antes, essas estratégias não tenham sido utilizadas, de você relacionar significantes a determinadas mercadorias, qualidades a determinadas mercadorias, então você compra o celular não simplesmente pela a utilidade dele, mas pelo que ele pode agregar, que qualidade ele vai lhe trazer, que promessa ele vai lhe dar, que apelo ele remeteu e que você aceitou, que solicitude ele lhe fez. Eu acho que nesse sentido, a teoria, as análises cresceram, expandiram, desmascararam as suas escolhas, suas indecisões, seus gostos.”

- “Você precisa acreditar naquilo, porque há toda uma conspiração contra suas atitudes, então as pessoas irão contra o seu comportamento, a sua ação, seja no seu modo de vestir, ou o que você come, ou a sua atitude na sala de aula, na praça, sua atitude, ela de alguma forma contraria o que ocorre e você vai ser cobrada por isso, então você precisa. É o dever



do dever, sabe? É subjetivo, é seu, começa pela aceitação do seu íntimo, daquilo que sai do seu íntimo, da sua alma, da sua essência. É preciso que você esteja certo, firme, na hora que você interrompe o trânsito e vai ser chamado de ‘filho de uma puta’ porque parou o trânsito por causa de uma cobra, então você para o trânsito e pronto, acabou, e deixa a cobra passar, sabe?.”

- “Se não houver cidadania não há justiça social e se você não tiver consciência ecológica, você não faz justiça social, não faz nenhum tipo de justiça, é autonomia intelectual (...) não é só pensar no que o outro diz. O que eu penso? O que eu tenho de certo pelo meu pensamento? estou de acordo ou em desacordo com o outro? Aí é o caso da visão crítica, você poder olhar de todos os lados e dentro de seus parâmetros, você escolhe o que mais se aproxima da entidade.”

- “Acredito que a gente, quando vem aqui, vai voltar. E a gente tem um tempo pra fazer, pra gente se melhorar, fazer alguma coisa pras outras pessoas. É importante para outras pessoas, também é importante para o nosso crescimento interior, espiritual, então eu faço isso pensando nisso, que eu estou me melhorando, que estou melhorando para outras pessoas também, eu estou fazendo bem para outras pessoas.”

- “Na medida que a gente incorpora isso, se transforma numa filosofia de vida, então se eu vejo, se eu posso agir, se eu tenho condições de fazer, eu não me furto, eu faço. Tive oportunidade já de passar por outros Estados, de ter a possibilidade de agir, de conversar, de fazer entender, e não deixei de fazer. (...) Você cria a sua imagem, parece que começa refletir aquilo que você faz, então dificilmente você desassocia.”

#### **Tema 4 - Motivação Ecológica e Imperativo Categórico**

Podemos dizer que o motivo dos entrevistados para trabalhar com a defesa ambiental é moral, porque envolve um querer moral, ou seja, o dever de fazer algo. Remete ao imperativo categórico porque é algo que os entrevistados sentem não poder deixar de fazer. Encontramos esta categoria na fala de oito dos nove entrevistados.

O sentimento que os move é um querer moral, é um bem em si mesmo. É um querer de sentir-se no dever de, portanto, um imperativo categórico para cada um deles em sua ação na defesa ambiental.

- “Eu me sinto assim no dever de tentar fazer alguma coisa, de tentar educar, de tentar mostrar um outro futuro pras crianças, de mostrar outras possibilidades, de mostrar pros meus filhos. Então eu acho importante lutar por isso, sabe? Me sinto no dever (...) então me vejo no dever de estar fazendo alguma coisa pra ajudar.”

- “Às vezes me sinto assim. Sem presunção nenhuma, mas se eu adquiri esta consciência, eu tenho que, de alguma forma, propagar isto. Com um trabalho direto, como faço hoje, mas de repente posso me tornar um acadêmico, mas mesmo assim me sentirei no dever de estar passando isto, através de um livro, de alguma forma fazer isto, acho que cheguei ao ponto de pensar que é um dever meu (...) dever de fazer, dever de contribuir.”

- “São sempre as mesmas. Talvez o sentimento de dever. Como eu falei no começo, quem tem mais tem que fazer. Algumas pessoas dizem que é sentimento de culpa de quem tem muito, mas eu nunca imaginei isso. Me sinto na obrigação de fazer e gosto de fazer. Não sei o que predomina. Mas me sinto na obrigação de estar fazendo.”

- “A grande regra: cumprir a lei! Por mais que eu queira jogar uma bomba em cima do caminhão toureiro, e eu confesso que às vezes da vontade de fazer isso, eu não faria,

porque eu acredito que tem que cumprir a lei. Porque se você não cumpre, como vai cobrar? Eu não posso estar falando não coloca esse lápis aí, se eu vou colocar.”

## **Tema 5 - Motivação Ecológica e Amor pela Natureza**

Para dois entrevistados, a motivação para trabalhar na defesa ambiental está ligada ao amor pela natureza, ao amor pelo lugar que mora, principalmente a partir da identidade que criou com este ambiente, a Amazônia e suas características peculiares.

Ressalto que estes mesmos entrevistados também registram uma moral ecológica autônoma nas razões para a defesa ambiental e que em suas entrevistas, comparecem preocupações morais e sociais fundamentais.

Apenas não poderia deixar de destacar que, além de motivações morais, comparecem outros elementos essenciais à moralidade, como nestes casos, na construção de uma identidade completamente ligada ao ambiente que mora e à natureza e espaço construído que o compõe.

Separei as falas por serem de diferentes momentos das entrevistas.

- “Gostar da natureza. Eu amo muito, muito, muito esse Estado, amo muito a Amazônia, não quero sair daqui, considero aqui a minha casa (...) é o lugar que amo, que escolhi viver. Então minha motivação é a Floresta Amazônica.”

- “Significa poder atuar para que as pessoas possam viver em harmonia sabe, tudo aqui é harmônico, por exemplo, a gente mergulha e sabe que é legal, para as pessoas estressadas o mergulho tem sido assim muito legal, como terapia, sabe por que? Porque lá embaixo não tem sons assim, a gente costuma chamar de *Mundo Silencioso*, então lá, quando tu mergulha, desce, está lá respirando, passa uma hora lá embaixo, é tão harmônico que às

vezes a gente fica na utopia de tentar reproduzir a harmonia que tem no fundo do mar e no fundo dos rios, aqui pra superfície.”

- “Qual o motivo? Eu adoro um rio, adoro uns bichinhos livres, adoro ter a certeza que minhas duas filhas vão poder nadar tranquilas dentro do rio. Eu sou apaixonada por uma cachoeira, sou apaixonada pelo prédio do relógio, pela Estrada de Ferro Madeira Mamoré, eu acho que é esse o motivo.”

- “Ah! acho que faço porque eu gosto, sou apaixonada, por que acho que dificilmente viveria se não fosse lutando pela questão ambiental, acho que gosto, gosto de estar lá no meio dos índios, sou extremamente apaixonada, eu gosto de estar dentro da canoa com eles, eu gosto de estar andando no mato com eles e estar ouvindo o canto do passarinho, não sei se é o tal do paraíso que as pessoas pregam.”

- “Estar no meio do rio com os índios pescando uma boa traíra pra comer assada, poder está lá nos Surui, dançando Mapimaé com eles, poder ir ali na praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e ver os trilhos ainda lá, e ver o trem ainda lá, é poder ir pra Anavilhanas e estar lá convivendo com o povo de Novo Arão.”

## **Tema 6 - Moral Ecológica e Orientação *Other Regarding***

É muito clara, na fala de todos os entrevistados, a disposição *other regarding*, orientada para o bem estar do outro, da moral ecológica.

Isto é um elemento importante para a comunidade mundial. Na ecologia e na defesa ambiental, está a preocupação com os outros, com a sobrevivência das comunidades, com a preservação das condições de qualidade de vida do planeta.

- “A gente quer deixar algumas coisas para quem vai ficar depois da gente, para outras pessoas.”

- “A partir daí, mudou minha concepção em relação à natureza para poder preservar, para que algumas pessoas, daqui a algum tempo, também possam ver. Não que eu seja bonzinho, mas eu tava enxergando mais pra frente, além do nariz, como minha mãe dizia.”

- “Se nós não fizermos alguma coisa pela nossa casa, meu filho e meu neto, terão poucas chances de sobreviver.”

- “Acredito que estou fazendo alguma coisa pra quem vem depois de mim. Então acredito que a gente quando vem aqui, vai voltar, e a gente tem um tempo pra fazer, pra gente se melhorar, fazer alguma coisa pras outras pessoas também, é importante.”

- “Eu gosto de pensar que na verdade não vivo disto, eu sou voluntária em várias ações, faço porque gosto, gosto de estar junto com eles, gosto de ver a coisa sendo realizada, que passou um ano a as coisas tiveram ações.”

- “Eu quero dizer, se o futuro vai existir, se tem pessoas que vêm, eles tem direito ao que eu estou usufruindo hoje, eu quero que eles usufruam com melhor padrão de vida, de qualidade do mundo.”

- “Acredito que estou fazendo alguma coisa pra quem vem depois de mim. Então eu faço isso pensando nisso, que eu estou me melhorando, que estou melhorando para outras pessoas também, eu estou fazendo bem para outras pessoas.”

- “É o compromisso de estar ali, de saber que você quer ter um resultado interessante, que você poder contribuir para o desenvolvimento daquela comunidade, poder ver que aquela comunidade se desenvolveu, teve algum ganho, não só financeiro, mas também ambiental e social. Sonho em ver nas comunidades que a gente trabalha, o pessoal, falando melhor, se colocando melhor, se organizando mais, brigando mais pelas suas coisas.”

## **Tema 7 - Ética Verde: O Princípio da Sustentabilidade**

Sylvan e Bennett (1994) comentam que hoje se discute se haveria uma ética verde. Se existe, qual seria? Em resposta a estes questionamentos, penso que posso dar uma pequena, humilde contribuição, possibilitada pelos entrevistados.

Há uma ética verde, e esta ética defende o princípio da sustentabilidade. Moralmente trata-se de defender a preservação da natureza como um meio para a sobrevivência da humanidade. A natureza não é um fim em si mesma, é um meio para a preservação do ser humano.

Na fala de todos os entrevistados comparece a idéia de que a natureza é maravilhosa, mas o ser humano é mais importante.

Mas isto não é uma novidade. Pol (2001), descrevendo o histórico da Psicologia Ambiental na Europa já apontava esta tendência a partir de meados da década de 80 e início da década de 90.

- “Fazer com que a degradação, a exploração, seja o mais sustentável possível. Não sei nem se a gente pode usar o termo sustentável, mas que o uso pelas comunidades seja o mais sustentável possível.”

- “Tentam englobar as necessidades do indivíduo e a preservação, porque não podemos fazer um retrocesso na natureza, acho que hoje nós estamos caminhando numa situação de domesticação das coisas, pra você usar bastante, com mais frequência. Hoje você tem criação de peixes, quelônios, criação de jacarés, criação de capivara. Ou nós fazemos isso ou eles desaparecerão, então é melhor preservar as espécies domesticando de alguma forma, do que perder todas.”

- “A minha idéia não é preservar somente, eu acho que tem que se explorar, mas dentro de uma racionalidade, com respeito à natureza, de forma tal que ela não venha a ser impactada, que ela não tenha mais recuperação, porque a gente sabe que necessita de determinadas ações pra poder até mesmo subsistir, mas não pode ser uma coisa desregrada onde só vise o lucro.”

- “É possível a gente fazer uma história bonita, uma história bacana, que amanhã pode ser melhor que hoje, pode-se estar vivendo melhor que hoje, que a natureza pode estar preservada na sua plenitude e nem por isto deixou o homem de utilizá-la. O homem tem que assumir este papel de ser capaz de interagir com a natureza de forma racional, equilibrada e dali tirar seu sustento, desenvolver seu conhecimento.”

- “Acho errado a radicalização, enxergar só as árvores e os animais, deveriam enxergar como o principal o homem. Até mesmo na questão da punição, se você mata um animal é um crime inafiançável, se mata uma pessoa e foge do flagrante por 24 horas você não vai preso se é réu primário, mas se matar um animal como réu primário você vai com primário e tudo para a cadeia. Eu não concordo com isso não.”

- “Também não sou aquele xiita, que acha que floresta pra um canto e homem para o outro. Há várias alternativas que mostram que é possível viver em harmonia com a natureza, o que você não pode fazer é aquilo que fomos acostumados a fazer: sacar tudo da natureza, o mais rápido possível e depois? Devemos ter um mínimo de inteligência de saber utilizar isto, você faz um plano de manejo de leite e vai utilizar eternamente.”

## **7.2. Dados Advindos das Entrevistas Inquérito**

### **7.2.1. Julgamento de Sebastião, que come carne de paca.**

Minha hipótese neste instrumento se confirmou.

O conteúdo das questões foi direcionado a aspectos particulares da situação:

- Ele mora onde?
- Ele faz isso todos os dias?
- A condição financeira dele é pobre?
- Ele é casado? Tem filhos?
- É proprietário de terra?
- Tem uma renda que poderia fazer com que ele evitasse comer carne de caça?

Todos os entrevistados legitimaram a atitude de Sebastião, mas sempre colocando a condição de que isto deve ser para seu sustento e de sua família, que não pode ser vendido, pois este ato muda a legitimidade da situação.

- “Então eu acho que, para ele comer, eu acho que está certo, para ele vender que está errado.”

- “Ele está correto em comer a carne de paca, desde que ele o faça por necessidade, pra suprir sua necessidade.”

- “Sebastião sabe o que comer! Paca, carne de paca é muito gostosa, e o que é que está errado? É comer a paca (...) eu acho que o Sebastião não está errado em comer a carne de paca.”



- “Então, bom apetite para ele. Ele pode, porque a paca para ele é o seu regime alimentar, ele precisa dela. Ele não ta vendendo carne pra ninguém ou bebendo cerveja, ele precisa dela, é uma proteína que ele precisa, ele pode sim.”

### **7.2.2. Julgamento do Grupo de ecologistas que explode barco pesqueiro**

Novamente a hipótese se confirmou. Neste caso de forma ainda mais contundente.

Apenas um entrevistado legitimou o ato de explodir um barco pesqueiro, mas apenas se este estivesse pescando em período proibido.

Oito dos nove entrevistados são severamente contra este tipo de atitude na defesa ecológica. Argumentam pela negociação, conversação e não se assemelhar às formas dos tradicionais agressores agirem.

Isto vem corroborar os resultados obtidos na entrevista semi-dirigida, onde os entrevistados apresentam uma moral ecológica baseada na racionalidade e na sustentabilidade. Costumam apontar inovadoras formas de lidar com a problemática e são capazes, desde macro análises da situação global de agressão ao meio ambiente, até a questões particulares, subjetivas, onde a necessidade e o contexto do sujeito envolvido é considerada como relevante, como é o caso de nosso fictício, porém não hipotético, Sebastião.

Novamente aspectos do imperativo categórico. Aquilo que está na cultura do indivíduo é que torna a situação um imperativo do dever. A premência de atender a necessidade de sobrevivência do ser humano torna um dever defender este ser humano. Isto é um imperativo categórico.

Não significa que este mesmo sujeito seria relevado em suas atitudes caso elas extrapolassem estes parâmetros.

- “Eu acho errado, acho errado. Eu não concordo de explodir o barco. Concordo sim que, por exemplo, que eles respeitem as leis, concordo que nós devamos fiscalizar nosso litoral, concordo que o Brasil deva exercer pressão pra que esse pessoal não venha pescar aqui, concordo que outras medidas devem ser tomadas. Não, não concordo não, (...) senão a gente vai estar agindo igualzinho o cara que invade a terra indígena, igualzinho o cara que rouba madeira da unidade de conservação.”

- “Fazer as barreiras, se colocar na frente, até vai, mas explodir um equipamento que não é seu, acho que não. Por exemplo, se invadem uma reserva extrativista, a lei diz que os produtores podem ficar com os equipamentos, os tratores. Se fosse um barco na reserva extrativista, o seringueiro pode fazer uso do auxílio dos órgãos ambientais para aprender o material. É uma coisa que aprendi, que você não tem o direito de fazer isto com uma coisa que não é sua. Não, não faria isto. Não teria uma agressão física contra uma pessoa, não teria também uma agressão verbal.”

- “Eu jamais faria isto. Acho errado, muito errado. A forma é outra. Jamais faria isso, jamais permitiria que alguém que estivesse junto comigo fizesse. Acho que eu não faria como o Green Peace, tentaria conscientizar a pessoa de alguma forma.”

- “Toda idéia tem um extremo. Essa seria um extremo da ecologia, extremo. Não pactuo dessa forma. É uma manifestação extremamente radical, talvez um dia eu cometa uma dessas, mas desde que eu esteja realmente convencido de que isto faria muita diferença. Mas neste caso não tem, não tem. Enquanto se explode um barco, o Japão está tentando novamente caçar as baleias.”

A resposta de legitimação do ato de explodir o barco pesqueiro:

- “Então, se estão no período, por exemplo, de reprodução, pode explodir o barco. Olha, eu já pensei, por exemplo, algumas circunstâncias ligadas a ser acorrentada a determinada entrada de lugar de conservação e até agredir fisicamente pessoas, máquinas. Enfim, porque nestes casos extremos, essas pessoas sabem que elas estão erradas e insistem nesses erros, e muitas vezes esta estratégia é assim, dura e até violenta, mas também ela dá visibilidade ao assunto, o assunto se torna visível, eu acho que é importante que os meios cubram, falem sobre isso, eu acho que é uma medida cabível, em determinada circunstância, ela é cabível.”

### **7.3. Dados Advindos da Apresentação do Dilema Moral**

#### **7.3.1. Julgamento da Ação de Pedro**

**Questão (a) - Você acha que Pedro agiu certo? Por que (justificativa)?**

**- Concordam que Pedro agiu corretamente**

- 1) “Olha, vou me colocar no lugar do Pedro, foi certo, eu acho certo.”
- 2) “Está certo, concordo com ele.”
- 3) “Está correto. Ele poderia ter pago a taxa, seria mais correto ainda, obedecer a lei, mas está correto.”
- 4) “Acho que sim, acho que sim, ele agiu certo.”
- 5) “Concordo, agiu certo.”

### **- Justificativas para julgar correto o comportamento de Pedro**

- 1) “Eu sou ecologista, mas não sou aquele ultra-radical, aquele eco xiita, eu sei que o meio ambiente se faz de natureza e de seres humanos, sei que as pessoas têm necessidades, precisam suprir algumas demandas que elas têm lá no mato, e às vezes é complicado.”
- 2) “Se eu tivesse no lugar dele, pagaria igual e se pudesse, compensaria igual.”
- 3) “Ele criou uma relação ecológica interessante. Usou um recurso natural para sua sobrevivência e plantou outra. Do ponto de vista legal talvez tivesse um erro, mas a natureza recebeu uma ótima compensação.”
- 4) “Ele pode, essas intervenções, elas são possíveis, se você compensar, se houver uma compensação do meio ambiente, me parece que essa compensação foi cumprida, ele reflorestou.”
- 5) “É possível. Se ele quiser fazer, por exemplo, mesmo aqui, tem uma Castanheira morta lá na beira do rio. Posso serrar? Pode! Desde que eu mande um técnico lá, trazer um relatório, coordenadas geográficas, fotos. Pode. E se ele ainda fizer uma proposta desta. Acho que cada colono deveria fazer isto, foi o trabalho que eu sempre incentivei fazer, o IBAMA vai dar todo apoio, se eu estiver numa organização, eu vou dar todo apoio.”

### **- Discordam do comportamento de Pedro, ele agiu incorretamente**

- 1) “Acho que não justifica. Não concordo com ele.”
- 2) “Ele fez errado nesse fato, é claro que ele deveria ter pago para poder retirar.”

- 3) “Agiu errado.”
- 4) “Eu acho que Pedro devia ir preso.”

**- Justificativas para julgar incorreto o comportamento de Pedro**

- 1) “Veja bem, a gente não está conseguindo implantar o sistema de licenciamento ambiental no Estado e muito menos controlar você desmata dez e planta tanto. Com certeza ele é um infrator, mesmo tendo recolhido ele tem que fazer a reposição, ele não pode passar de bonzinho, na verdade ele não pagou a taxa. É uma norma que tem o seu sentido de ser.”
- 2) “O que ele fez de correto foi a plantação, mas não justifica ele deixar de pagar a multa, precisava pagar a multa e retirar, plantar e replantar já era uma obrigação dele, como é uma obrigação de todo mundo, ao retirar a mata da natureza você tem que replantar, tem que repor, pelo menos isso é o que nos diz a questão ética da educação ambiental. Acho que ele deveria, mesmo que ele pagasse, ele deveria e aliás, ele não retirou só aquilo, e quantas vezes ele retirou antes sem pagar? na verdade, parece um hábito já pra ele de não pagar, não pagar o que deve, o que deveria ser pago.”
- 3) “A taxa tem uma finalidade, não é que a gente queira fazer apologia da tributação, mas nós temos que respeitar, se nós vivemos num Estado de direito, local onde se tem normas a serem seguidas, como é que vai se dar exemplo agindo dessa forma? Então vêm outros questionamentos: mas eu replantei. Não, não é assim, se tem normas é pra serem seguidas, se a pessoa tem condições de buscar aquilo ali, de fazer tudo legalmente, tem que buscar fazer legalmente, pra se evitar ter problema,

porque vai gerar uma autuação administrativa, vai gerar. Eu vejo que trás mais problema você agir com a forma do desvio da lei, do que agir acertadamente, não tem comparação.”

- 4) “Porque ele descumpriu a lei, e no Brasil tem que parar com essa história de que lei não pode ser cumprida. Ele derrubou, ele pode ter plantado mil espécies, mas ele descumpriu a lei e deveria ir preso e ter uma multa bem alta.”

**Questão (b) - Você acha correto desobedecer a uma lei mesmo compensando-a clandestinamente?**

- 1) “Olha, a lei é baseada em fatos, a lei existe para a generalidade e não pra especificidade. Em algumas circunstâncias, em alguns locais, por exemplo, às vezes as leis são impraticáveis, às vezes elas não se adequam à realidade de determinados locais. Se eu acho correto? Rapaz, genericamente falando não, especificamente falando sim, em alguns casos sim.”
- 2) “Mas ele não desobedece a lei se ele fizer assim. A gente vive em uma sociedade onde a vida dos animais e dos peixes e os sentimentos deles, a sua dor não é muito considerada. Talvez as pessoas nunca colocaram uma rã na mão e sentiram o coração dela bater nervosamente porque ela está ameaçada ou está com medo, talvez se exigisse muito da lei pra considerar isso. Talvez se eles fossem budistas fosse mais fácil. Normalmente o interesse da sociedade se sobressai aos interesses da natureza. A lei deve ser desobedecida para preservar a vida, sim.”
- 3) “Dependendo das circunstâncias, pra salvaguardar, pra proteger, dependendo das circunstâncias, pode.”

- 4) “Não. Não. Nesse caso eu pagaria e ficaria com a consciência cumprida. Para não contrariar o que eu disse lá atrás no caso da esposa, é que lá tem a questão da vida, a vida está acima de qualquer coisa, mas não acima de outras vidas.”

### **7.3.2. Análise dos Resultados**

As diferenças de opinião dentro do grupo de entrevistados são de 55,5% para os que acham que Pedro agiu corretamente, concordam que a substituição feita por Pedro é ecologicamente aceitável, para 44,5% dos que consideram a atitude de Pedro incorreta, e que defendem o cumprimento da lei além da atitude ecológica esperada de Pedro.

Posso dizer que os entrevistados tendem à hipótese estabelecida para elaboração deste dilema, que foi a de que *o importante é a consciência de utilizar racionalmente a floresta*. Assim como tendem por aceitar a substituição que Pedro fez.

Tendem porque, declaradamente, representam 55,5% da amostra, mas isto não é significativo numa amostra formada por nove entrevistados, onde o teor da análise é qualitativo e não quantitativo.

Assim, é preciso voltar às justificativas para compreender que, embora defendam a lei, não desconsideram a atitude de Pedro como ecologicamente aceitável. Apenas, para estes entrevistados, a importância em cumprir as leis estabelecidas advém da necessidade de se firmar contratos e respeitá-los. Como em - “O que ele fez de correto foi a plantação.”

A questão (b) foi elaborada exatamente para dirimir estas dúvidas. Todos os entrevistados concordaram que a lei é uma expressão genérica e que ela precisa ser examinada à luz de cada caso.

- “A lei existe para a generalidade e não pra especificidade.”

- “Dependendo das circunstâncias, pra salvaguardar, pra proteger, dependendo das circunstâncias, pode.”

Isto confirma mais uma das hipóteses deste trabalho. A moral ecológica dos entrevistados é regulada pela subjetividade. Há na justiça aceita e executada por eles uma Noção de Responsabilidade Subjetiva.

Quero lembrar que três dos entrevistados são estudantes de direito, um deles comandante de polícia, os demais acostumados a elaborar e defender projetos diante dos governos e de outros organismos nacionais e internacionais, conhecedores das leis e das regras. Elaboradores autônomos de sua moral ecológica, ao longo de um processo construído, de história de vida envolvida com a defesa ambiental.



## **Capítulo 8. Conclusões**

A Voz da Liderança Ambiental em Rondônia é uma voz moral ecologicamente.

A ecologia é um tema moral e como tal, baseada em princípios teóricos e práticos da psicologia moral, deve ser também abordada nos processos educativos de defesa ambiental. Esta é mais uma chance e uma excelente possibilidade, é uma alternativa necessária, para que os programas de sensibilização, na defesa de maior qualidade de vida para os seres humanos, se realize.

A ecologia é moral em todas as suas dimensões. Isto significa dizer que não apenas no juízo moral, mas também na ação moral. Na definição cognitiva/intelectual está o saber fazer e na afetiva o desejo de fazer, querer fazer de acordo com o princípio defendido.

Assim é para os entrevistados. Não há só uma compreensão de como deve ser feito, mas a motivação para fazê-lo segue os princípios da defesa ambiental, segue os princípios ecológicos e da construção de uma ética verde de sustentabilidade na utilização racional dos recursos naturais.

E assim o é pela elaboração de uma consciência moral. Lembrem-se de que na moralidade está a idéia de formação de uma consciência moral autônoma. Esta consciência foi construída por nossos entrevistados ao longo de processos de história de vida que envolvem elementos cognitivos e afetivos, na compreensão dos processos ambientais e na relação afetiva com ele e com as pessoas que propiciaram esta relação.

Consciência moral é mais do que saber fazer algo, um saber que se sabe, é um saber sobre o saber. Os resultados apontam isto nas atividades que desenvolvem os entrevistados, que eles têm consciência do saber que possuem, do poder que este saber representa. Têm noção da dimensão deste saber e o partilham com outras pessoas. Suas atitudes ligadas à defesa ambiental são planejadas e dimensionadas a partir deste saber construído e da consciência deste saber.

Posso dizer que os entrevistados possuem uma personalidade moral ecológica, pois tiveram a formação de uma consciência moral autônoma, ampliando sua capacidade de reflexão e ação paulatinamente, ao longo de suas histórias de vida.

Para tanto, representam-se através de elementos ligados à natureza e à necessidade de trabalhar em projetos que auxiliem os seres humanos na conquista de condições mais dignas e humanas.

Necessidade de trabalhar em projetos que auxiliem outros seres humanos, não a si próprios, pois demonstram uma moral ecológica *other regarding*. Consideram que estão vivendo em uma Terra com fartura e abundância de recursos, matas, rios, oxigênio de qualidade, e querem garantir este direito a outras pessoas. Uma defesa de um princípio ético universal dos direitos humanos.

- “Eu gosto de pensar que na verdade não vivo disto, eu sou voluntária em várias ações, faço porque gosto, gosto de estar junto com eles, gosto de ver a coisa sendo realizada, que passou um ano a as coisas tiveram ações.”

- “Que estou fazendo alguma coisa pra quem vem depois de mim. Então acredito que a gente quando vem aqui, vai voltar, e a gente tem um tempo pra fazer, pra gente se

melhorar, fazer alguma coisa pras outras pessoas também, é importante para outras pessoas.”

Representam-se valorativamente na descrição de suas vidas, relatando como foram adquirindo conhecimentos, vivências, ao longo de seu contato com a natureza, com o real. Identificando-se com valores positivos e de defesa dos princípios éticos universais de igualdade e justiça para todos

A ecologia é um valor central na personalidade dos entrevistados. Construíram sua identidade sobre a defesa ambiental, caracterizam-se e valorizam-se a partir desta relação. Vivem a defesa ambiental

- “Dentro de uma idéia que eu tinha de conhecer e desde então começou essa verdadeira paixão pela questão do meio ambiente, (...) e até hoje eu tenho o prazer muito grande de lidar com isso, apesar dos transtornos que sofri. (...) Então é uma coisa que virou bandeira.”

- “Na medida que a gente incorpora, se transforma numa filosofia de vida.”

- “Você cria a sua imagem, parece que começa refletir aquilo que você faz, então dificilmente você desassocia.”

A ética ecológica que circunscreve a defesa ambiental dos entrevistados, a ética verde dos entrevistados é a ética da sustentabilidade.

Certamente alguns têm uma relação mais próxima com a natureza e trabalham em projetos de preservação, mas nenhum deles mostrou-se inclinado a defender a idéia de preservação da natureza pela natureza. Em outros esta distância com a defesa preservacionista, tão característica da defesa ecológica em épocas passadas, é ainda maior. O que se discute é a necessidade de usar racionalmente os recursos naturais.

- “O que a gente não pode é ficar sempre com o discurso de que você não pode fazer isso porque o passarinho que eu adoro, e olha que eu adoro passarinho é super importante, o passarinho é importante, mas o homem também é importante.”

Para Wiesenfeld (2001, p. 39), “o tema da sustentabilidade tem componentes sociais, econômicos, ambientais, educativos, cada um dos quais tem sua especificidade, porém esta deve agregar-se em um macroprojeto que as incorpore como totalidade”.

É exatamente isto que estão realizando os entrevistados, seja em projetos efetivos de sustentabilidade como a APA e as orientações de Walmir de Jesus, seja indiretamente através dos programas de educação ambiental ou nas inúmeras palestras proferidas a um vasto e diversificado público.

Não foi objetivo traçado para este trabalho pensar a competência ecológica, mas se a proposta é expandir os conhecimentos aqui obtidos para programas de educação ambiental, não há porque não comentar que os entrevistados demonstram, com grande ênfase, o que Corral-Verdugo et. al. (2004, p. 41-42) chama de CPA (Competência Pró-Ambiental)

Que pode ser definida como “uma capacidade de responder efetivamente às exigências de conservação do meio ambiente” (...) Ações pró-ambientais como comportamentos de conservação efetivos. Desde os anos 60, psicólogos e educadores têm exigido um cenário educacional que promova tanto habilidades ambientais quanto “exigências” (...) cidadãos que conhecem problemas ambientais e que saibam como resolver tais problemas de uma forma motivadora.

São exatamente comportamentos efetivos de conservação que se vê na vida pessoal e profissional dos entrevistados. Não só conhecem os problemas ambientais, de perto, mas sabem resolvê-los de forma motivadora, apresentando soluções possíveis e cabíveis.

A partir das informações obtidas através da construção das identidades dos entrevistados na relação com a ecologia, é possível assinalar que, para a efetividade dos programas de educação ambiental, é necessário proporcionar uma convivência mais próxima, mais emocional com a natureza.

A estratégia mais comum se baseia na suposição de que dar informações modificará as atitudes dos cidadãos e conseqüentemente seus comportamentos. Como psicólogos sabemos que se a informação é necessária, não é suficiente. Pressupõe que o ser humano é sobretudo racional e coerente. Isto significa não considerar complexos processos afetivos e de influência social, entre outros tantos que mascaram a possibilidade da racionalidade. Uma das metas a se enfrentar é encontrar estratégias mais eficientes (Pol, 2001, p. 64-65).

É preciso aproximar mais as crianças, as pessoas, todos os indivíduos, de todas as idades, desta vivência particular, pessoal. Ora, não é a consciência moral construída individualmente?

Assertiva é a iniciativa do Comandante Josenildo, com o Centro Temático de Educação Ambiental, de Faedo com as fitas que mostram a beleza e comentam o possível, das professoras Carolina e Sandra, tentando envolver seus alunos nas atividades de campo.

Sim. A ecologia é moral.

Sim. Os entrevistados possuem uma personalidade moral ecológica.

A orientação desta moral ecológica é kantiana. Há um imperativo categórico na compreensão moral ecológica dos entrevistados.

A ação ecológica nem sempre é moral, pois por trás de uma atitude de defesa ambiental pode não haver uma ética verde, pode não haver um desejo moral ecológico. Felizmente pessoas com ações assim não representam a liderança na defesa ecológica de Rondônia, provavelmente não representem lideranças ambientais em nenhum lugar, talvez

temporariamente ou por pressões oficiais, mas não perduram como referenciais para esta causa moral, a questão da defesa ambiental.

Sim. A Voz da Liderança Ambiental em Rondônia é uma voz moral ecologicamente. E isto é um alento para a comunidade rondoniense. E isto é um sopro verde na defesa ambiental.

E ainda, o que serve de ânimo para todos e para estas pessoas, que já construíram uma consciência moral ecológica, é perceber o crescente interesse pelo tema. Este interesse tem-se dado por muitos motivos, mas acredito que principalmente pela globalização das informações.

Cada vez mais se tem noção da dimensão que o problema pode tomar. Se não se sente os efeitos contundentes da problemática, já se vê quem o sente.

Quem está em Rondônia desde a década de 70 sabe dizer o quanto o clima se transformou. Agora se tem temperaturas mais quentes, com períodos chuvosos cada vez menores e períodos de estiagem cada vez maiores. Até mesmo no período chuvoso fazem semanas de estiagem, como tem sido desde 2003.

Para mim, uma notícia melhor ainda, é a do interesse da psicologia por este tema. Fiquei feliz e surpresa ao ver como a psicologia ambiental e a ecopsicologia se desenvolvem nesta direção. A preocupação de uma psicologia mais sócio-consciente, mais participativa e cujos conhecimentos produzidos possam ser mais rapidamente aplicados e utilizados pela comunidade é um desejo crescente entre os psicólogos de todas as áreas.

Não há como discutir um tema tão intrincado, tão complexo, sem envolver diversos segmentos, diversas áreas do conhecimento. Espero poder ter colaborado neste processo de discussão. Anseio por levar as descobertas aqui realizadas para a escola e outras comunidades.

Por fim, novamente me desculpo com psicólogos e ecologistas por este trânsito entre as duas ciências. Necessário, mas que não deve ficar a cargo de apenas uma voz, a da autora, mas de muitas vozes.

## **Referências**

1. **Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** (1992: Rio de Janeiro). Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
2. ARAÚJO, Mônica Lopes Folena. **Educação ambiental, parâmetros curriculares e universidade**. Primeira Versão, ago/2002, p. 107, v.2. EDUFRO.
3. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: *Vida e obra*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996 (Coleção Os Pensadores).
4. BARROWS, Anita. The ecopsychology of Child Development. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. 101-110.
5. BECKER, Berta K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991.
6. BIAGGIO, Angela M. B.; VARGAS, Gertrudes A. de Oliveira; MONTEIRO, Janine K.; SOUZA, Luciana K.; TESCHE, Sérgio L. Promoção de atitudes ambientais favoráveis através dos debates de dilemas ecológicos. **Estudos de Psicologia**, v.4 n.2, p. 221-238, 1999.
7. BLASI, Augusto. The development of Identity: Some implications for moral functioning. In: NOAM, G. G.; WREN, E. (Orgs). **The moral self**, Cambridge: The Mit Press, 1993. p. 99-122.
8. BOM MEIHY, José Carlos S. **História oral**. São Paulo: Loyola, 1996.



9. BONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
10. BORDIEU, Pierre. **Contrafogos 2.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
11. BRANCO, Samuel Murgel. **O desafio amazônico.** São Paulo: Moderna, 1989.
12. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
13. BROWN, Lester R. Ecopsychology and the environmental revolution: Na environmental foreword. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology.** United States of America: Sierra Books, 1995. p. xiii-xvi.
14. CARNEIRO, Clarisse e BINDÉ, Pitágoras José. A psicologia ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. **Estudos de Psicologia**, v.2, n.2, p. 363-376, 1997.
15. CARMO, Suene. **Pesquisa ação sobre conceitos de educação ambiental.** Porto Velho, 2000, 28 p. Monografia (Graduação). Curso de Biologia, Universidade Federal de Rondônia.
16. CARTA DA TERRA. In: **The earth charter initiative.** Disponível em: <<http://www.theearthcharter.org/cartadelatierra>>. Acesso em 12 de Abril de 2005.
17. COSTA, Patrícia. A fundamental educação ambiental. **Senac e Educação Ambiental.** v.11 n.1, p. 34-37, Janeiro/março, 2002,.
18. COLBY, A. e DAMON, W. The uniting of self and morality in the development of extraordinary moral commitment. In: NOAM, G. G. e WREN, E. (Orgs). **The moral self.** Cambridge: The Mit Press, 1993. p. 148-174.
19. CORRAL-VERDUGO, Víctor; VARELA-ROMERO, César; GONZÁLEZ-LOMELI, Daniel; O papel da psicologia ambiental na promoção de competência pró-ambiental. In: TASSARA, Eda T. de Oliveira; RABINOVICH, Elaine P.;

- GUEDES, Maria do Carmo (Eds.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004. p. 41-57.
20. CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
21. DUBOS, René. **Namorando a terra**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1981.
22. ECKENBERGER, Lutz H. Juízos morais no contexto de orientações de valores econômicos e ecológicos: o caso de uma usina de força abastecida a carvão. In.: TASSARA, Eda. (Orgz.) **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 141-186.
23. FRANÇA, Andonai Krauze de. **Pesquisa ação sobre valores e atitudes de educação ambiental em relação aos resíduos sólidos urbanos**. Porto Velho, 2001, 39 p. Monografia (Graduação). Curso de Biologia, Universidade Federal de Rondônia.
24. FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.
25. FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Do mundo amoral à possibilidade de ação moral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.12, n.2, p. 447-458, 1999.
26. FREUD, Sigmund (1922). *Lê moi et lê ça*. Paris: PUF, 1991.
27. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 3. ed., São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.
28. \_\_\_\_\_. *Ecopedagogia: pedagogia da sustentabilidade*. **Cadernos de Ecopedagogia**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, v. 1, 1999a.
29. \_\_\_\_\_. *Cidadania Planetária: pontos para reflexão*. **Cadernos de Ecopedagogia**, São Paulo: Instituto Paulo Freire, v.2, 1999b. 2.
30. GAMBINI, Roberto. **Espelho índio: a formação da alma brasileira**. 2.ed. São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Nome. 2000.

31. GRAY, Leslie. Shamanic Counseling and ecopsychology. In: ROSZAK, Theodore.; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. 172-182.
32. GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1995.
33. GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.
34. GRISI, Breno Machado. **Glossário de ecologia e ciências ambientais**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba /INEP, 2000.
35. GÜNTER, Hartmut; ROZESTRATEN, Reinier J. A. Psicologia ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. **Psicologia Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.9, n.1, p. 107-122, 1993.
36. HILMAN, James. A Psyche the size of the earth: A psychological foreword. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. xvii-xxiii.
37. HOEFEL, João Luiz. Arne Naess e os Oito pontos da ecologia profunda. **Temáticas**, v.4, n.7, p. 69-89. jan/jun 1996.
38. \_\_\_\_\_. **Valores e significados**: a reflexão de Arne Naess sobre questões ambientais. 1999. 215 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1999.
39. INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO – ISER e Secretaria Municipal de Meio ambiente do Rio de Janeiro. **Agenda 21: Consultando a população sobre temas de meio ambiente e qualidade de vida**. 1999.
40. KANT, Emmanuel (1785). **Fundamento da metaphysica dos costumes**. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1936.
41. KEENEY, Terry. **Ecopsychology**. U. S.: Antioch University Santa Bárbara, 1997.

42. KOHLBERG, Lawrence. (1951) **Psicologia del desarrollo mental**. Bilbao: De. Desclée, 1992. 2 v.
43. LAGO, Antonio e PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
44. LASH, Christopher. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
45. LA TAILLE, Yves. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 1998.
46. \_\_\_\_\_. A questão da indisciplina: ética, virtudes e educação. In: DEMO, Pedro; HOFFMAN, Jussara; LA TAILLE, Yves de. **Grandes pensadores da educação**. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. p. 67-98.
47. \_\_\_\_\_. **Vergonha, a ferida moral**. Petrópolis: Vozes, 2002a.
48. \_\_\_\_\_. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.15, n.1, p.13-25. 2002b.
49. \_\_\_\_\_. SATO, Elizabete; OLIVEIRA, Isaura de Melo C. Notícias de uma guerra particular (Debate sobre vídeo). In: OLIVEIRA, Isaura de Mello C; PAVEZ, Gabriela a.; SCHILLING, Flávia. **Reflexões sobre justiça e violência – atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais**. São Paulo: EDUCA/Imprensa Oficial, 2002c, 227-244.
50. \_\_\_\_\_. Cognição, afeto e moralidade. In: OLIVEIRA, Marta Kohl; SOUZA, Denise T. R.; REGO, Teresa C.; (Orgs.) **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002d. p. 135-158
51. \_\_\_\_\_. Moralidade e violência: a questão da legitimação de atos violentos. 31 p. Projeto de Pesquisa apresentado à FAPESP, 2003.
52. LAYARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos sócio ambientais. In: LOUREIRO, C. F. B. e CASTRO, R. S. **Sociedade e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 87-147.

53. LEE, Terence (1954). **Psicologia ambiental e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
54. LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
55. LIMA, M. J. A. **Ecologia humana**. Petrópolis: Vozes, 1984.
56. LIMA, Vanessa Aparecida Alves. A generosidade segundo sujeitos de 6, 9 e 12 anos. In: RIBEIRO, Ronilda; NENEVÉ, Miguel e PROENÇA, Marilene (Orgs.) **Psicologia e saúde na Amazônia: Pesquisa e realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 15-37.
57. MANCIBO, Deise. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 22, n.1, p. 100-111, 2002.
58. MARÇOLLA, Bernardo Andrade. Os desafios da psicologia frente à questão ecológica: rumo à complexa articulação entre natureza e subjetividade. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 22, n.1, p. 120-133, 2002
59. MELO, Rosane Gabriele C. de. Psicologia Ambiental, uma nova abordagem da Psicologia. **Psicologia USP**, v.2, n.1/2, p. 85-103, 1991
60. MENDONÇA, Cleciene Dias. **Pesquisa Ação sobre procedimentos de educação ambiental**. Porto Velho, 2000, 23 p. Monografia (Graduação). Curso de Biologia, Universidade Federal de Rondônia.
61. METZNER, Ralph. **Green Psychology**. Rochester, Vermont (U.S.A.): Park Street Press, 1999.
62. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos e Instituto de Estudos da Religião (ISER) (a). **O Que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável: Pesquisa com lideranças**. Brasília (DF), 2001.
63. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos e Instituto de Estudos da Religião (ISER)

(b). **O Que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável: Pesquisa Nacional de Opinião.** Brasília (DF), 2001.

64. MONTEIRO, Alcidema et. al. **O Espaço Amazônico.** Belém: Ed. Universitária da Universidade Federal do Pará, 1997.
65. MORÁN, Emilio F. **A Ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1990.
66. MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST)/CNPq, Centro de Tecnologia Mineral (CETEN)/CNPq e Instituto de Estudos da Religião (ISER). **O Que o brasileiro pensa da ecologia.** Rio de Janeiro, 1993.
67. MYERS, Norman. Florestas tropicais e suas espécies. Sumindo, sumindo...? In: WILSON, E. O.; PETER, Frances; PENNA, Carlos Gabaglia. **Biodiversidade.** São Paulo: Nova Fronteira, 1997. p. 36-45.
68. PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
69. PIAGET, Jean (1932). **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1994.
70. PINHEIRO, José Q. Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n.2, p. 277-398, 1997.
71. \_\_\_\_\_. (Um pouco da) Psicologia ambiental no Brasil: identidade, incertezas, perspectivas. In: TASSARA, Eda. (Org.) **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 11-26.
72. POL, Enric. Ejes de tensión y nueva agenda para la psicología ambiental. Uma perspectiva europea. In: TASSARA, Eda. (Orgz.) **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 51-67.

73. PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
74. PUIG, José Maria. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.
75. REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
76. RIBEIRO, Darcy. (1985) **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
77. RONDÔNIA (Estado). **Legislação Ambiental do Estado de Rondônia: Lei Complementar nº 233, de 06 de Junho de 2000**. Coletânea organizada por Ivo Benitez, 2. ed., Porto Velho (RO), Insight Comunicação, 2000.
78. ROSZAK, Theodore. Ecopsychology and the deconstruction of whiteness: na interview whit Carl Anthony. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. 263-278.
79. SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
80. SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Ética**. 18. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
81. SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.
82. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998, 436 p.

83. SEWAL, Laura. The skill of Ecological perception. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E.; KANNER, Allen D. **Ecopsychology**. United States of America: Sierra Books, 1995. p. 201-215.
84. SIOLI, Harald. **Amazônia**: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1991.
85. SYLVAN, Richard and BENNETT, David. **The greening of ethics**. USA. Cambridge: The White Horse Press and Tucson: The university of Arizona Press, 1994.
86. TAMAYO, Álvaro. O estereótipo de universitários a respeito do índio Brasileiro. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v. 1, n.3, p. 227-236. set/dez 1985.
87. TASSARA, Eda T. de Oliveira; RABINOVICH, Elaine P.; GUEDES, Maria do Carmo (Eds.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.
88. TAYLOR, Charles. **La ética de la autenticidad**. Barcelona: Paidós, 1994.
89. TOCANTINS, Leandro. **Amazônia – natureza, homem e tempo**. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
90. WEISENFELD, Esther. Tendências y perspectivas de desarrollo em psicologia ambiental. In.: TASSARA, Eda. (Orgz.) **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 27-49.
91. ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO DO ESTADO DE RONDÔNIA. In: **Governo do Estado de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/revistas/zoneamento>>>. Acesso em 12 de Abril de 2005.



# APÊNDICES

## **Apêndice A**

### **Caracterização da Região Amazônica**

Muitas denominações podem ser dadas à Região Amazônica conforme a definição geográfica, política ou econômica que se adota.

A Amazônia Internacional, Pan Amazônia ou Amazônia Sul Americana é a porção da massa continental sul-americana que ocupa um espaço de 1/20 da superfície terrestre (6,5 milhões de km<sup>2</sup>), 2/5 do continente sul americano e 3/5 do território brasileiro (4.978.247 Km<sup>2</sup>), situada na porção equatorial e mais larga do território brasileiro.

A Amazônia contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais das florestas latifoliadas equatoriais, mas somente 3,5 milésimos da população mundial.

Conhecida mundialmente pela vegetação que a recobre, a Amazônia sul-americana, com 6.500.000 km<sup>2</sup>, envolve além do Brasil mais sete países: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

O Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana, o que corresponde a mais da metade do território nacional. Não se deve confundi-la com a Região Norte, que é uma divisão político-administrativa, mas a Amazônia Brasileira, assim chamada, envolve os Estados de Rondônia, Amazonas, Acre, Roraima, Pará, estendendo-se até os Estados de Mato Grosso, Tocantins e uma parte do Maranhão.

Amazônia Legal é o termo criado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para definir a região que receberia ações visando o desenvolvimento regional.

Ajuda-nos a compreender as condições atuais da Região Amazônica, o esclarecimento de Sioli (1991) sobre o fato de que a depressão amazônica foi, durante todo o paleozóico, uma passagem do Oceano Atlântico em direção ao Pacífico.

No terciário, finalmente, os Andes começaram a soerguer-se, passando então a jovem cadeia de montanhas a bloquear (...) o escoamento do sistema fluvial amazônico para o Pacífico. As massas líquidas ficaram mais ou menos represadas e toda a depressão amazônica transformou-se em uma “paisagem aquosa” (...) Por fim, contudo, as massas d’água acabaram fluindo para leste, formando-se o atual sistema fluvial do Amazonas. (Sioli, 1991, p. 16-17).

Caracterizada como uma região tropical, com alta radiação solar, temperaturas relativamente uniforme e alta pluviosidade e umidade, as médias mensais de temperatura variam 3°C, mas a variação diária pode alcançar 15°C, pois a cobertura de nuvens pode reduzir em até 50% a insolação regional.

A precipitação regional varia entre 1.500 a 3.600 mm ao ano. A distribuição das chuvas é desigual, já que durante alguns meses chove 800 mm e em outros chove menos de 100 mm, o que contribui para que a Amazônia seja também responsável pela maior reciclagem de umidade da biosfera.

A dinâmica hidrográfica dos rios amazônicos se relaciona ao sistema pluviométrico, ao tipo de solo, a extensão percorrida e às suas nascentes. Assim, na região podem ser encontrados os rios de Águas Brancas, Águas Claras e Águas Pretas.

Os rios de Águas Brancas apresentam em sua totalidade uma água barrenta, amarelada, turva, com profundidade de visibilidade de 10 a 50 cm, e com grande carga de material em suspensão, especialmente terra e madeira, como por exemplo, os rios

Amazonas, Purus, Juruá e Madeira. Nascem na Cordilheira dos Andes e o material em suspensão deve-se à intensa atividade erosiva que ocorre na Cordilheira nos períodos de chuva.

Nos rios de Águas Claras, de transparência cristalina, ao contrário, não é encontrado material em suspensão, com profundidade limite de visibilidade superior a 4 metros, como por exemplo, rio Tapajós e Xingu. Alguns são ácidos e pobres em sais minerais, outros são neutros e ricos em cálcio e magnésio.

Os rios de Águas Pretas “assemelham-se, no leito fluvial, a café preto e no copo, a chá fraco” (Sioli, 1991, p. 31), e esta coloração se deve ao tipo de solo que percorre, com profundidade limite de visibilidade variando de 1,5 a 2,5 m, como por exemplo, o rio Negro.

“A mais extraordinária peculiaridade da natureza é sua capacidade de manter-se em um estado de permanente equilíbrio” (Branco, 1989, p. 29). Este equilíbrio é dinâmico, resultado de contínuo movimento e constante intercâmbio com o meio que a envolve, com uma organização perfeita do sistema, com os papéis e posições de cada elemento definidas para manter este que, por outro lado, é um frágil equilíbrio.

Assim é a organização de uma floresta luxuriante desenvolvendo-se sobre um solo pobre, o que só pode ser explicado por um sistema perfeito de completa economia, nada se perde, numa perfeita reciclagem de nutrientes, garantindo o eficaz aproveitamento por todas as partes das plantas e dos animais que dela se alimentam e a completa restituição ao solo por decomposição das folhas e tecidos mortos. Constituída de diferentes extratos arbóreos, árvores de diversas alturas, adaptadas às condições ambientais, principalmente no que diz respeito à luminosidade.

A floresta equatorial úmida não é a única forma de vegetação encontrada na Amazônia, há também as partes de transição para o cerrado, cerrado propriamente dito, formações abertas com bosques ralos, e até mesmo campinas, entremeados com a mata de maior porte e densidade.

É formada por dois tipos principais de ecossistemas: a Terra Firme, que representa 98% da área e a Várzea, que representa 2% de terras amazônicas.

Na Terra Firme está a forma mais típica da floresta amazônica, constituída de árvores com altura média de 40 metros, que não possuem ramagens intermediárias ao longo do extenso caule. Estas grandes árvores erguem seus caules de forma retilínea em busca dos raios solares, com raízes proporcionalmente curtas e de pouca profundidade, que só tem sustentação na superfície do solo, onde também estão presentes os nutrientes.

É que, dada a sua pequena base de sustentação e de fixação ao solo, as árvores descomunais da floresta amazônica escoram-se, umas às outras, pelas suas copas e ramagens. Perdendo o apoio das árvores que as rodeiam, elas vêm abaixo quando menos se espera. (Branco, 1989, p. 42)

Com uma escassa vegetação rasteira, devido à falta de luz, impedida de penetrar na floresta pelo dossel das copas das árvores, o que coopera para aumentar a umidade no interior da floresta, também provoca um enorme número de plantas trepadeiras, em busca da luz solar na copa das árvores.

As Terras de Várzea se estendem ao longo dos rios e são inundadas diariamente pelas marés (no baixo rio Amazonas) ou anualmente pelas cheias. Variam desde manguezais, influenciados pelas águas salgadas do mar, até os igapós, com uma vegetação típica de regiões pantanosas.

Os igapós são uma faixa de terras inundadas variando entre 1,5 e 20 Km de largura a cada lado do rio e estendendo-se por quase 3.000 Km. Quase inteiramente coberta pela copa das árvores mais altas, com uma flora adaptada à condição de imersão, onde algumas árvores permanecem completamente afogadas durante os quatro meses das cheias.

Este fato explica porque o processo de desmatamento é tão destrutivo à floresta amazônica, já que seu solo, sem um tratamento adequado, terá pouco tempo de vida fértil, podendo vir a se tornar um deserto. Além do que, o atual sistema de limpeza da terra, com o processo de queimada, consome os poucos nutrientes presentes na fina camada de húmus, que por sua recente formação, atinge apenas de 20 a 30 cm.

A eliminação da sombra faz com que haja um excessivo aumento da temperatura dos solos, causando o desaparecimento de pequenos riachos, denominados igarapés, e uma rápida destruição do húmus, da flora de fungos e outros microorganismos, além de poder causar a laterização do solo: “formação de verdadeiros “ladrilhos”, impermeáveis, de terra aglutinada por sais de ferro” (Branco, 1989, p. 53).

Embora seja fato a pobreza em nutrientes dos solos nas Terras Firmes, contrapostos à considerada fertilidade das Várzeas, devido aos depósitos sedimentares constantes, tanto podemos encontrar Várzeas ácidas e pouco férteis, como áreas de Terra Firme com alta fertilidade. Morán (1990, p. 137), alerta que tal fato se deve a “profundas diferenças em termos de solos, biomassa, regimes pluviais e características dos recursos hidrográficos”.

Para manter o equilíbrio ecológico e a total reutilização dos recursos, encontra-se na floresta amazônica uma fauna mais rica em espécies que habitam as copas das árvores, tais como pássaros, macacos, insetos e serpentes arborícolas, do que mamíferos

herbívoros que necessitam consumir grande quantidade de vegetação herbácea, ou em carnívoros, seus predadores.

Certamente há uma grande variedade de fauna fluvial, por isto a pesca constitui, para muitas comunidades, a principal fonte de alimento protéico. Como a pescada de água doce, o acará-açu e o acará-prata, o tucunaré - que por seu grande consumo já foi adaptado às condições de represa e hoje é criado também em cativeiro, o tambaqui, o matrinxão, o pacu, o pirarucu - com mais de dois metros de comprimento, podendo alcançar 100 quilos, além da carne fornece a língua óssea usada como ralador para condimentos e as escamas grandes e duras usadas como lixa, curimatá, aracu, jaraqui, arraia, piramutaba, piranha, dourado e surubim entre outros.

O peixe-boi - manati, na verdade um mamífero, é um dos três únicos representantes no mundo da ordem dos sirenídeos. As pernas traseiras e as dianteiras são nadadeiras. Atingem 2 a 3 metros de comprimento e até 2 toneladas de peso. São apreciados pelo couro, carne e gordura, e por isto atualmente considerado extinto.

Outro animal muito perseguido por sua carne são as tartarugas, répteis quelônios. A captura é feita quando saem da água para depositar seus ovos na praia, assim também os ovos são consumidos, causando um rápido decréscimo da população. Devido ao grande consumo também sua criação está sendo feita em cativeiro.

Embora necessária, esta descrição física e bastante utilizada deixa em “segundo plano, as transformações e a dinâmica social existentes na região que, na verdade, são responsáveis pela atual organização do espaço” (Monteiro, 1997, p. 26). Trataremos destes aspectos no apêndice seguinte.

## **Apêndice B**

### **Problemática Ambiental e Humana na Região Amazônica**

A Amazônia sempre exerceu profundo fascínio sobre as pessoas, principalmente aventureiros e exploradores.

Sua floresta luxuriante, seus rios caudalosos cheios de meandros, sua impressionante fauna, os animais *fantasmas*, como o Uirapuru, a possibilidade de contato com os indígenas, as lendas como a do *El Dorado*: país de fabulosas riquezas, localizado junto a um imenso lago, onde estaria a *Fonte da Juventude* e que seria a origem do Orenoco, além de habitado pelas *amazonas*, tribo constituída somente por mulheres, exímias cavaleiras, ferozes guerreiras.

Este fascínio causou um processo de conquista desorganizado e pautado na crença de riquezas naturais e minerais infindáveis. Pois esta é justamente a impressão que se tem diante da floresta amazônica. É por isto que “A realização de um estudo sobre ecologia humana pressupõe, antes de tudo, uma sistematização e uma reflexão de como se deu o processo de interação homem x natureza numa perspectiva histórica” (Lima, 1984, p. 31).

Historicamente a região amazônica é produtora de riquezas que são exportadas. Nos três primeiros séculos de colonização a mata e a fazenda caracterizavam o espaço da produção. Na floresta a extração das drogas do sertão, “atividade que, mais tarde, foi (...) substituída pelas lavouras de cana-de-açúcar, tabaco, arroz, algodão e cacau”



(Monteiro, 1997, p. 30). E no Marajó, as terras apropriadas por famílias ricas deram origem às fazendas de criação de gado bovino.

Desde então os rios se caracterizam como pontos estratégicos para escoação da produção e defesa do território, às margens dos quais vão sendo construídas fortificações e missões religiosas, que se desenvolvem em vilas e cidades. Belém, fundada em 1616, assume o papel de cidade principal.

A primeira exploração com fins científicos ocorreu com Alexander Von Humboldt, no período de 1799 a 1804, quando, acompanhado de Aimé Bonpland, explorou várias partes da Amazônia, especialmente na Venezuela, pois para sua exploração nas terras brasileiras encontrou dificuldades e restrições de ordem política.

Fins do século XIX e início do século XX trazem a invenção da vulcanização e procura da matéria prima. Surge o seringal como espaço da produção regional. Controlado por um grande proprietário, os seringais reproduziam os latifúndios de pecuária que hoje ocupam o cenário regional. O responsável pela extração do látex, também conhecido como *ouro negro*, era o seringueiro, migrante nordestino em sua maioria, que fazia trilhas na mata e eram explorados pelos seringalistas nos processos como atravessador.

Nesta fase, grandes construções de ferrovias para escoamento da matéria prima foram construídas, como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a Bragantina e Tocantins. Sem falar na construção de uma cultura européia no centro da floresta, da qual são exemplos o Teatro da Paz em Belém/PA e o Teatro Amazonas em Manaus/AM.

A crise da borracha foi inevitável, principalmente no pós-guerra, na década de 50, com a menor procura do produto no mercado internacional principalmente devido à produção oriental com um sistema de plantio em linhas simétricas que facilitavam e

barateavam a produção. Não se pode deixar de comentar que fomos os fornecedores das mudas: “Britânicos e holandeses, valendo-se de sementes e plântulas emigradas do rio Tapajós, por artes sorrateiras de sir Henry Wickham, construíram, na Ásia, um monumental parque de *Hevea Brasiliensis*” (Tocantins, 1982, p. 136).

A próxima fase de exploração dos recursos naturais amazônicos faz-se através da Castanha-do-Pará, mas esta não estava sozinha.

Amêndoas e sementes oleaginosas, peixe e camarão, peles de animais silvestres, essência de pau-rosa, grude de peixe, cumaru e guaraná vinham completar a pauta das explorações fundada quase integralmente na indústria extrativa. Era um nostálgico retorno ao ciclo das drogas do sertão (Tocantins, 1982, p. 142).

Foram percebidas novas preocupações com a Amazônia em 1953, a partir da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. Em 1966 este órgão seria substituído pela SUDAM.

Enquanto o mito difundido da fronteira como *espaço vazio* se dissemina, para justificar uma ocupação acelerada e desorganizada, o que se estrutura na verdade é o processo de nacionalização/transnacionalização. Um estilo de desenvolvimento adotado pelo governo em conjunto com firmas e bancos internacionais e locais, com o objetivo de manter e expandir o processo industrial. Note-se que todo este processo é feito com quase total exclusão social, em termos econômicos e políticos.

Mito porque nega a existência das populações indígenas e caboclas, e das sociedades locais. Mito também porque, se essa noção de “espaço vazio” é antiga e recorrente no Brasil, existe uma diferença fundamental entre a fronteira da década de 1970 e suas predecessoras (Becker, 1991, p. 10).

A isto soma-se a ótica dos migrantes que vêem as regiões de fronteira agrícola como oportunidade de emprego e uma esperança de se tornarem proprietários de terras, acalentada esperança pelo Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA.

O panorama socioambiental que se desenrola hoje na Região Amazônica é o retrato histórico do Brasil, a repetição das formas de exploração natural e utilização do homem para fins governamentais.

O que envolve uma rápida apropriação de ricos espaços naturais e a transferência de conflitos humanos entre as diversas regiões brasileiras. Os conflitos que ocorrem na Amazônia decorrem das contradições intrínsecas à inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e à reorganização acelerada da sociedade brasileira (Becker, 1991:08).

Após um processo de ocupação e devastação natural das demais regiões brasileiras, o governo federal toma como prioridade máxima, após o golpe de 64, a ocupação da Amazônia, fundamentado na doutrina de segurança nacional.

Enquanto o governo pensava em expansão de fronteiras agrícolas, uma nova onda de exploração da Amazônia estava se formando em busca da riqueza mineral. De um lado afluíam aventureiros que de mãos limpas ou com instrumentos rudimentares escavam minérios. Por outro lado, empresas multinacionais organizavam-se para vincular a exploração destas mesmas áreas.

Criado então o Programa Grande Carajás – PGC, fica instituída a exploração dos recursos minerais e agroflorestais da Amazônia Oriental de forma integrada e em grande escala, em uma área de 895.265 Km<sup>2</sup>, através dos projetos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Projeto Ferro Carajás, Projeto Albrás-Alunorte, Projeto Alumar e Projeto Trombetas.

São encontrados o manganês no Amapá, a cassiterita em Rondônia e nos vales do Tapajós e Xingu, o calcário na zona bragantina, Itaituba e Monte Alegre, todos no Pará, o caulim no rio Jarí, ouro e diamantes no rio Tapajós, no médio Tocantins e em Roraima, e a bauxita no rio Trombetas (Pará). O ferro na serra dos Carajás (Pará) é potencialmente a maior reserva do mundo.

Outro problema que se prefigura como muito grave é o dos chamados guseiros, isto é, pequenos e grandes produtores do ferro-gusa, a partir do minério de ferro. A transformação do minério em gusa exige um grande consumo de carvão, que está sendo obtido, em larga escala, a partir das nobres árvores da Amazônia, causando a devastação de grandes áreas (Branco, 1989, p. 83).

A exploração de recursos naturais e minerais precisando ser escoada e a necessidade de tornar mais rápida e fácil a entrada de pessoas na nova área de exploração nacional, provoca a construção de Rodovias como Belém-Brasília (BR-010) e Cuiabá-Porto Velho (BR-364). Com a criação do Programa de Integração Nacional – PIN, novas rodovias são construídas, atravessando a região em todas as direções.

Durante muito tempo a energia fornecida na Amazônia foi por meio de motores que consumiam óleo diesel, passou-se uma fase de experimentação das termoelétricas, que consistiam no aquecimento de uma caldeira e na produção de uma energia a base do vapor, e isto por si só caracteriza desmatamento e agressão ambiental, pois o aquecimento da caldeira era a base da queima de madeira.

No cenário energético da Amazônia, figuram as grandes hidroelétricas, que são consideradas produtoras de energia barata, tendo em vista o custo da construção e o aproveitamento dos grandes caudais d'água amazônicos, já o custo ambiental é enorme, altíssimo.

Sendo a Amazônia uma região de planície, cuja altitude varia na sua porção central entre 0 e 200 metros de altitude, e ainda sendo considerado por muitos que a Bacia Amazônica se situa na depressão amazônica, sem quedas d'água para construção das hidroelétricas, grandes quantidades de áreas são inundadas para formar uma represa.

Isto causa conseqüências no próprio rio, pelo meio aquático e sua fauna, diminuição de sua velocidade e transformação em lago. Inúmeras espécies de peixes de água corrente aí não mais se reproduzem, reduzindo suas populações em poucos anos.

As áreas inundadas não são desérticas, são áreas de terra firme com uma vegetação não adaptada a ambientes aquáticos, o que significa a morte de uma quantidade imensa de vegetação, e a condenação dos animais que nesta vegetação vivem e dela dependem.

Muitas vezes as represas passam a inundar territórios indígenas ou áreas agrícolas já ocupadas. E embora possa parecer simples, o processo de realocação de grupos indígenas ou desapropriação é moroso e pode haver durante este processo desvalorização das terras. Mas não se trata somente de um *pedaço de terra*, mas sim da identidade de todo um grupo indígena, ou de famílias que migraram de seus Estados para construir *sonhos* e esperança.

Para atender aos aspectos agrícolas foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que consistia na intensificação da ação fundiária através da criação de *Projetos Integrados de Colonização*.

O INCRA foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de Julho de 1970, e teve como meta prioritária implantar projetos de colonização oficial e particular ao longo das rodovias da Amazônia Legal.

Em algumas partes da Amazônia estes projetos se caracterizaram pela implantação de *agrovilas*, com 100 hectares de área, ao longo da rodovia Transamazônica, distantes cerca de 10 quilômetros umas das outras, cada uma com cerca de 50 a 60 casas, escola primária, capela ecumênica, armazém, farmácia e clínica. A cada 50 quilômetros uma *agrópolis*, sede de quatro agrovilas. Duas *agrópolis* constituiriam uma *rurópolis*, distantes 150 km.

Em outras partes se caracterizaram os *Projetos de Assentamento Dirigido*, como em Rondônia, por exemplo, onde eram distribuídos na década de 70, lotes de 100 hectares no chamado *Projeto Burareiro*, e na década de 80, lotes de 45 hectares no *Projeto Marechal Rondon*. Até 1995 foram distribuídos 53.875 parcelas rurais, nas diversas modalidades de assentamento para famílias de agricultores sem-terra oriundos de diversas regiões do país, mas principalmente sul e sudeste.

Dois problemas se constituíram: primeiro, sem apoio financeiro e sem recursos para desbravar a mata e iniciar suas lavouras, e mais tarde, depois de muitas malárias e outros problemas apresentados pela vida na floresta, e em alguns casos, desestimulados pelos conflitos com os indígenas que não tinham conhecimento da delimitação do INCRA, muitos desistiam de suas terras, vendendo-as por preços muito baixos, que foram sendo compradas por grandes proprietários e hoje formam latifúndios.

Segundo, mas não menos importante, foi o desestímulo de muitos agricultores com a baixa produtividade do solo. As duas primeiras colheitas depois do desmatamento são muito produtivas, mas a verdade é que 80% do solo amazônico foi classificado como *pobre* em nutrientes e sais minerais. Somente algumas agrovilas ficaram situadas nas chamadas manchas de terra roxa, que garantem uma produtividade maior.

O processo de desmatamento é assustador.

Os índices da destruição da floresta são assustadoramente rápidos. No estado do Pará, aproximadamente 18.000 quilômetros quadrados foram destruídos neste século, antes de meados da década de 70. entre 1975 e 1986, 180.000 quilômetros quadrados foram destruídos. Possivelmente um quinto da floresta tropical do Amazonas foi destruído (Ponting, 1995, p. 634).

O grande processo de devastação é ampliado pelo sistema de desmatamento e limpeza da terra. O processo de derrubada indiscriminada e a queimada logo após, colabora de forma decisiva para o esgotamento e empobrecimento do solo, pois este solo laterítico tem sua camada fértil exposta com o desmatamento e consumida com o fogo. Mesmo depois de beneficiado e ter recebido algum cultivo, a terra volta a ser queimada diversas vezes, cada vez que se quer fazer a limpeza depois dos cultivos temporários. Essa consciência já temos no Brasil desde o séc. XVIII, “a agricultura de queimadas é ruim por ser nômade e efêmera” Pádua (2002, p. 43).

Muitas experiências têm sido conduzidas para se encontrar melhores formas de produtividade para o solo amazônico, por exemplo, com a utilização racional das terras de várzea com a chamada agricultura tradicional, enquanto nas terras firmes ficariam as agriculturas de espécies de vida longa, como a prática florestal.

Atualmente são encontrados bons resultados com as culturas exóticas, que encontram na Amazônia um habitat natural, como a pimenta-do-reino e a juta indiana, introduzida pelos japoneses no município de Parintins, estado do Amazonas.

Esta voraz conquista, povoamento e exploração, não poderia poupar a fauna terrestre. Através da caça para consumo ou em busca de peles, penas e outros produtos, ou indiretamente, pela destruição das matas, seu abrigo e fonte natural de alimento.

A caça do jacaré é um exemplo de como uma agressão pode levar ao desequilíbrio ecológico. A caça do jacaré é feita puramente pela retirada do couro para exportação. Mas os jacarés são devoradores de piranhas e outros peixes carnívoros. “Com a destruição em massa dos jacarés, os peixes carnívoros passaram a proliferar excessivamente, destruindo formas jovens e adultas de espécies mais nobres, dominando os rios e reduzindo os estoques normais de pescados” (Branco, 1989, p. 62).

Atualmente a Amazônia continua no mesmo estágio de economia primária do passado: “um organismo social rudimentar, produzindo gêneros tropicais para o resto do país e, alguns para o estrangeiro” (Tocantins, 1982, p. 153). Somente agora, ao invés da Europa e dos Estados Unidos, este papel é cumprido pelo Sul e Sudeste do Brasil.

A afirmação de Tocantins (1982, p. 154) pode ser claramente explicitada na existência da Zona Franca de Manaus, que cumpre apenas o papel de linha de montagem para produtos semi-fabricados:

Os produtos explorados são os mesmos, igual a técnica herdada do índio, de derrubada da mata, da coivara, da queima para preparar o roçado. O extrativismo sempre imperando, e o homem perdido no mundo agreste, sem assistência, sem associação, sem receber o mínimo que a civilização pode oferecer, transmitindo de pai a filho a herança da rotina, das técnicas de trabalho.

Embora Manaus e Belém continuem sendo os pólos mais desenvolvidos, Santarém e Porto Velho são pólos de futuro promissor, bases de indústria de transformação e com grandes possibilidades agrícolas e pecuárias.

O curioso para tudo isto, é que nem mesmo a solução de criar áreas protegidas é suficiente, é o que nos alerta Myers (1997). Dadas as condições da dinâmica de sustentabilidade da floresta amazônica, como descrito no capítulo anterior, mesmo que



Metade da floresta fosse protegida de alguma maneira (...), e a outra metade fosse desenvolvida até desaparecer (...) O restante da floresta provavelmente estaria sujeito a um processo contínuo de secagem, até que a floresta úmida se transformasse em floresta seca (Myers, 1997, p. 41).

É assim que situações de solução ecológicas devem respeitar as características peculiares desta região, bem como a cultura dos povos que dela vivem, pois bem sabemos que este processo é muito mais complexo do que simplesmente a presença de comunidades auto-sustentáveis. Se afigura problema de desenfreada e não planejada exploração dos recursos naturais dentro da Amazônia.

O que aqui se propõe é uma cuidadosa proteção desses recursos, eliminando-se usos dissipados, promovendo-se a reciclagem e, sempre que possível, substituindo-os por recursos renováveis, que se possam obter numa base sustentada, através de gestão ecológica apropriada (Sachs, 1986, p. 73).



Garimpo de Bom Futuro – Município de Ariquemes – RO (2000) - Foto da Autora

## Apêndice C

### Entrevistados e Organizações

#### **Entrevistados**

Faço apresentação dos entrevistados por ordem alfabética. Procurei privilegiar suas falas selecionando dentro das entrevistas momentos em que falaram de si.

##### **1. Aléxis de Souza Bastos**

- “Sou instrutor de mergulho, instrutor de primeiros socorros, jornalista, repórter cinematográfico, não tenho faculdade de jornalismo, sou jornalista pelo trabalho que executo, tenho registro e tudo, trabalho aqui na loja, sou presidente da ONG Rio Terra. Curso geografia, estou no quinto período”.

A loja é a *Água Doce Mergulho, Turismo e Produções*. Aléxis destaca-se pela condução das atividades da ONG Rio Terra, que trata da limpeza de rios e igarapés em Rondônia e realiza palestras e outras atividades de educação ambiental. É uma atividade de grande impacto sobre a população, que vê neste trabalho uma referência importante. Aléxis está em Rondônia desde os 08 anos de idade e se sente muito ligado ao Estado e à Amazônia.

- “Desde que eu me entendo por gente, eu gosto muito da natureza, eu gosto muito de bicho, eu gosto muito de estar no mato. Tanto, que eu tenho outros trabalhos de cinegrafia, eu fico muito na floresta, passo vários dias em aldeias, em lugares muito selvagens”.

Quando menino pensou em ser veterinário, mas acabou percebendo que o curso de Geografia o levaria a uma maior ligação com as questões que desejava defender, oferecendo inclusive subsídios técnicos para isto.

- “Então porque escolher a geografia? Por que o quadro de matérias e disciplinas é muito válido pro meu conhecimento, meu uso, no meu trabalho, para a área que e atuo. Me considero um militante da área ambiental, então por isso eu escolhi geografia.”

Aléxis está cada vez mais envolvido com a questão da defesa ambiental, estendendo suas ações a novas áreas além das iniciais da ONG Rio Terra.

- “Eu tenho essa preocupação hoje, por exemplo, com as áreas indígenas, coisa que quando eu comecei no mutirão não passava pela minha cabeça. O que a gente queria antes era um trabalho mais específico, mais voltado pra água, mais pontual. Depois nós vimos que aquilo só não adiantava, foi crescendo o movimento, a gente foi trabalhando mais já na parte educacional, trabalhando mais com outras pessoas, se envolvendo mais em movimentos, começando a trabalhar com a questão indígena, começando a trabalhar com as questões técnicas”.

## **2. Carolina R. C. Doria**

Graduada em Ciências Biológicas, Mestre em Ciências Ambientais e Doutora em Desenvolvimento Sustentável, é Professora do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Rondônia e colaboradora da Ação Ecológica Guaporé -

ECOPORE. Com uma história construída de participação em projetos ecológicos desde a adolescência, no Paraná, em São Paulo e atualmente em Rondônia.

Carolina tem uma bonita história de construção moral ecológica a partir da consciência, moral e ética, do altruísmo e da responsabilidade social.

- “Fui também bandeirantes, escoteira, você já tem uma formação de preservação, não só de ajuda ao meio, mas também de ajuda ao próximo. Minha formação veio mais dessa linha, de acreditar que você tem que dar, que quem tem muito tem que dar”.

- “Tenho verdadeira paixão pela Região do Vale do Guaporé, apesar de estar trabalhando agora também no Madeira. Acho que a gente só vai ter conservação se a gente conciliar de fato o desenvolvimento com essa conservação. Venho atuando para que haja este desenvolvimento junto às comunidades, que eu acho que é a única saída, que é o que a Ecoporé faz. Temos vários projetos de desenvolvimento sustentável. A gente vem tentando que dêem certo, que a alternativa de renda sustentável dê certo e as comunidades se estabeleçam. Ninguém vai ficar rico, ninguém vai ficar milionário, mas com uma qualidade de vida um pouco melhor e então talvez a gente possa falar de conservação. Paralelo a isto a gente fica brigando com o Estado o tempo todo, brigar é um modo de dizer, mas fazer a sensibilização dos técnicos do Estado, porque a maioria toma decisões somente por questões políticas e aí volta aquela história, quem teve um pouco mais de oportunidades, quem teve um pouco mais de condições de leitura, deve ajudá-los. Tem a obrigação de emitir um documento e ajudá-los a entendê-lo, das condições de desmatamento. Costumo então atuar politicamente, pois agora tenho dois técnicos trabalhando comigo em Costa Marques, a estagiária aqui, mais os projetos do Madeira, são quase 16 pessoas. Chega uma hora que você mesmo não faz campo, que é a parte mais

legal, estar em contato com a comunidade. Mas como você conhece os caminhos e sabe como chegar neste pessoal... é a parte mais chata, mas tenho que fazer.”

### **3. Claudécir Francisco Faedo (Faedo)**

Morador de Cacoal, Faedo é marcante por ser um ex-predador. Ex-caçador e ex-pescador, por uma herança familiar. Ex-militar, sabe que é um excelente atirador. Trabalha a partir da conscientização da comunidade em geral, de predadores, amigos e parentes. Não perde a possibilidade de convencer mais uma pessoa a preservar e defender a utilização racional da natureza. Suas fitas com imagens da natureza rondoniense e seus comentários de defensor ecológico são internacionalmente conhecidas. Defende o uso racional da natureza.

- “Tanto que eu concordo plenamente que a pessoa que mora na mata pescar um animalzinho de vez em quando não vai acabar, um peixe de vez em quando não vai acabar (...) Na verdade, não acho errado o ribeirinho matar o animal, vai muito da necessidade da pessoa”.

Por isto não se considera um conservador radical, no entanto, apesar de dizer que caças esporádicas e pesca racional não causariam desequilíbrio, como líder ambiental, suspendeu radicalmente todas as atividades de caça e pesca.

- “É verdade, eu radicalizei. Falo que sinto prazer mas talvez não seja tanto prazer assim. Agora eu me lembrei de não fazer alguma coisa errada para não dar mal exemplo. Já me privei de algumas coisas, que não seria totalmente errado, mas que na hora achei melhor não dar o exemplo”.

- “Em Rondônia eu tenho andado muito. Essas fitas eu mando para todo o Brasil, já mandei para o Japão. E sempre nelas eu coloco um comentário neste sentido. Se você observar as fitas que tenho, sempre tem uma voz de taquara rachada. Esses dias eu estava conversando com uma pessoa do RJ pelo telefone. Por incrível que pareça, lá fora, onde tem menos, parece que as pessoas estão mais conscientes do que aqui, talvez por causa do rio que tinha e não tem mais. Quando eu levo alguém para ver um rio desses e falo da importância de não levar peixe, de só pegar pra comer, o pessoal diz ‘é assim que a gente gosta mesmo’. A última vez que fui, peguei uns 15 peixes, desses segurei uns 2 para a gente comer e coloquei o resto no rio. Aquele espírito de caçador mesmo, ainda está dentro de mim, mas eu uso o autodomínio e não deixo a ação vir, quando eu penso nos resultados, eu vejo que o mais importante não é isso, porque eles são muito importantes para a gente no futuro”.

**4. Ivaneide Bandeira Cardozo**, carinhosamente chamada por todos de **Neidinha**. Irei tratá-la aqui como é conhecida em Porto Velho.

- “Sou licenciada em história, tenho especialização em Análise Ambiental e estou fazendo mestrado em Desenvolvimento Regional”.

É conselheira na ONG Associação de Defesa Étno-Ambiental *Kanindé*, e como conselheira “a gente trabalha desde mantendo o ambiente limpo, sadio, coordenando projetos, que é uma coisa que eu faço (...), participo de várias ações (...) aqui você tem que se preocupar desde elaborar projetos, limpar o escritório, esclarecer o público, ao trabalho com os índios”. Relata que na convivência com os índios, ao brigar com o madeireiro, os índios “querem dividir contigo, brigou com a mulher, ele quer dividir no mesmo tamanho da briga com madeireiro, entendeu? um conselheiro na Kanindé funciona como outro que

não é conselheiro, a gente está sempre repartindo tudo, hoje eu dou a palestra, amanhã tu dá. A Kanindé é uma ONG que a maioria é mulher e tem na sua direção mulheres, então ela tem uma faceta muito feminina, ela tem um olhar feminino. É a mulher que está preocupada com a questão ambiental, com a doença da mulher, se vou dar uma palestra e meu filho precisa ir, ele vai junto.” Mas ressalta que os homens são iguais e que não há disputa de poder.

## **5. José Maria Leite Botelho**

Formado em Geografia e Mestre em Educação é professor credenciado da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, lecionando no curso de Geografia e outros cursos da UNIR disciplinas relacionadas à Educação Ambiental. Fez carreira como referência em Educação Ambiental, além de suas atuais atividades de docência, colaboração com escolas, palestras e discussões, por participar de importantes projetos de fundamentação da educação ambiental em Rondônia.

- “Depois da faculdade fui trabalhar, fiquei um tempo na Secretária de Educação no Programa de Currículos e logo quando foi promulgada a constituição de 88 o Ministério da Educação e Cultura - MEC chamou as Secretarias para estudar o Artigo 225 e eu fui junto com a equipe para fazermos uns estudos e elaborar um documento para a Amazônia, documento de Educação para a Amazônia, um documento chamado *Educação Ambiental para a Amazônia Legal*. Retornando para Porto velho, foi instituída a primeira Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, e aí nós começamos a trabalhar efetivamente em educação ambiental nas escolas, e fizemos vários seminários com diretores, representantes

de ensino e acho que foi o ponto chave para nós defendemos a questão de educação ambiental e meio ambiente”.

## **6. Josenildo Jacinto do Nascimento**

Pernambucano com carreira militar desde a juventude e com o sonho de conhecer a Amazônia, está em Rondônia desde 1992. cursando Direito e Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental da Polícia Militar - PM de Rondônia desde 2001.

Tem se mostrado uma grande parceria na defesa dos interesses ambientais no Estado. Em sua história pessoal, sente-se tocado pelo dom de mãos produtivas e pela presença da vivência em ambientes naturais. Suas idéias e orientações podem ser lidas também no informativo bimestral do Batalhão – Guardiã da Natureza.

- “Tenho o maior prazer do mundo! E graças a Deus eu ainda tenho essa sensibilidade, porque a gente já levou tanta pancada, que se nós já tivéssemos desanimado não seria de todo ruim, porque quando você tem até mesmo sua vida particular influenciada, porque você tomou determinadas atitudes em relação a questão que você defende, a bandeira que você defende, e você ainda continua com gás, é porque você realmente deve ter alguma coisa de vocação pra lidar com isso. Então, é uma coisa que vem de dentro, é uma coisa que me trás satisfação poder lidar nessa área, e eu fico muito feliz poder lidar nessa área, em ver a questão do respeito à natureza. Porque eu tenho um entendimento, que nós aqui somos um ator, nós não somos um gestor, nós temos que viver em harmonia.



## **7. Lindomar Ventura dos Santos**

No momento gerente da Associação de Produtores Alternativos de Ouro Preto – APA e estudante de direito, tem colaborado na construção de alternativas para o desenvolvimento autosustentável e aproveitamento racional da natureza. Ministra cursos e palestras e participa de discussões na construção da consciência ambiental em Rondônia. Lindomar, assim como a APA, são referências de desenvolvimento e sucesso em empreendimentos na cidade de Ouro Preto D'Oeste - RO.

- “A APA, instituição, foi criada com um objetivo muito nobre, muito sublime. Este mérito é das famílias que criaram isto aqui, e tiveram essa visão futura. Minha parcela de contribuição aqui, está em tornar isto mais visível, agora entra meu lado de técnico em desenvolvimento econômico, que é mostrar que isto é viável, que isto é possível e isto a gente vai mostrar a partir do momento em que completar todo o ciclo iniciado. Se temos uma proposta de produção, de organização social, de uso sustentável dos recursos naturais, temos que mostrar que isto é viável, isto é possível. (...) E nós estamos numa região muito delicada devido à pressão que tem sido exercida por essa idéia equivocada de progresso, desenvolvimento, daí um desafio muito grande, mas de modo algum vejo minha ação, que considero muito modesta, sei que é importante, mas muito modesta, como algo isolado, de forma alguma. Acho que o mérito maior aqui não é meu, mas sim das famílias que fazem parte disto. Para as coisas serem bem feitas você tem que abraçar. Tem que viver isto aqui”.

Neste trecho, fala de si na terceira pessoa e se considera:

- “Alguém que está tentando construir uma história, alguém que está tentando disseminar uma mensagem, que está tentando melhorar a qualidade de vida, não dele em si, mas da sociedade de modo geral, alguém que vive outras situações, outras coisas, que não é aficionado nisso, que não é radical, pelo menos eu não me considero radical. Alguém que quer gerar conhecimento a partir disso, alguém que quer resgatar alguns valores entre os homens, não entrando pelo lado religioso, mas o ser humano, de humanismo. Gosto muito da visão humanista.”

## **8. Sandra Kelly de Araújo**

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, esta caicoense e professora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia, vem trilhando a defesa ambiental através um importante instrumento da mídia, o Rádio.

Na dissertação de mestrado e na tese de doutorado trabalhou este elemento para investigar a problemática ambiental: *Escolas no AR: Educação Ambiental pelo Rádio*. Mantendo durante muitos anos programa semanal de rádio. Desde sua cidade natal, Sandra é um importante elemento de identificação com a questão ambiental para seus alunos, pelo seu compromisso pessoal com o tema.

- “As cobras que habitam próximo lá de casa, eu tenho evitado atropelá-las, eu tenho evitado que elas sejam atropeladas também, eu interrompo o trânsito, espero que elas passem e sigam o seu caminho.” Tem declaradamente recebido reclamações dos carros que são parados, pessoas que não conseguem compreender porque não atropelar uma cobra.

Sandra tem uma vasta experiência em projetos e programas de educação ambiental e essa experiência ajudou a forjar suas posturas atuais.

- “No amadurecimento que eu ganhei em relação ao tema Educação Ambiental é o seguinte: não há uma resposta, você pode ter uma resposta que é adequada para uma situação e inadequada pra outra. Não acredito mais em grandes respostas, em respostas gerais, generalizadas, grandes esforços institucionais, eu não acredito nisso, eu acredito em pequenos esforços, esforços de grupos de pessoas, e também acredito que mesmos nos grupos, na reunião de poucas pessoas, numa sala de grupos de amigos, num curso universitário, essa resposta vem a longo prazo, ela talvez dure a sua vida inteira. Então eu acompanhei durante esses, sei lá, vinte anos, que eu trabalho com esse tema, uma série de esforços institucionais pra se implantar educação ambiental no Brasil, cursos, redes de multiplicadores, “n” esforços, apontaria pelo menos uns dez e nenhum deles conseguiu atingir os objetivos pra que eram formulados, talvez não deveriam, não podiam alcançar. Mas eu acompanhei pequenos resultados, resultados menores, com pequenos grupos que eu acho mais eficiente. Eu não tenho um grande sonho, os meus sonhos são pequenos e são duradouros. Não aposto mais em grandes projetos, aposto em pequenos projetos, a dinâmica da relação sociedade ou indivíduos e meio ambiente precisa ser modificada”.

## **9. Walmir de Jesus**

Este agricultor orgânico, Técnico em Química e Especialista em Produção Alternativa, considera-se “um autodidata na verdade”. Sítante de Jí-Paraná, herdeiro da ligação agrícola de seus pais com a terra, tira férias para trabalhar em pesquisas sobre produção e produtos agrícolas. Sua participação nas discussões de políticas públicas e

sistemas alternativos de produção auto-sustentável e sua ação enquanto defensor ambiental o levou a ser a indicação de várias ONG's para Gerente do Instituto Brasileiro de Meio ambiente - IBAMA em Jí-Paraná, onde está fazendo muitas transformações que tem lhe custado várias ameaças de morte. "São uma série de questionamentos que o povo fala, 'pó, o Walmir é chato pra caramba! Só vê defeito'". Por outro lado, sabe da importância do trabalho que está realizando: "Eu ouço muitos elogios, mas acho que ainda estou fazendo muito pouco".

Fala de si como

- "Cara simples, gosta de ser chamado de agricultor orgânico, não sou ambicioso, a gente não leva nada da Terra, aqui é passageiro. Discordo de o sujeito acumular riquezas, acho que você tem que ter o suficiente para viver, você e sua família uma vida digna, educação. Uma pessoa simples, pesquisador, autodidata, trabalho, nas férias vou me enfiar no sítio para completar uma série de experiências que estou fazendo. Mais um 'João Ninguém da Natureza', um seringueiro, pois tenho grande admiração pelos seringueiros, aumentaram as fronteiras deste país e uma sabedoria como ninguém. Se não fossem os seringueiros e os índios, estaríamos com as divisas lá embaixo e não teríamos a Amazônia em nossas mãos. Esse povo analfabeto mas com uma sapiência, um senso de observação! O agricultor é um observador por natureza. Tudo que o cientista descobre esse cientista pegou de algum ribeirinho, de alguma raizeira, de algum indígena, de algum negro. Quando eu dou palestras nas comunidades carentes eu digo, não vim aqui ensinar nada, vim aqui aprender, abram o olho comigo que o que eu puder sugar de vocês eu vou sugar. É uma troca, ninguém ensina nada. Já viajei para a Europa, morei na Suécia, viajei para a Dinamarca, Alemanha. E quando você chega na comunidade mais simples é o que está ... uma história bem rápida... uma vez eu fui numa comunidade muito distante, dois dias para chegar lá, e o

ribeirinho me perguntou o que era um sistema agro florestal, eu olhei em volta e disse, é isso aí que você fez. Em cada metro de terra ele tinha mais de 70 espécies de plantas. Eu vim aqui ensinar mas você já sabe, você chama de pomar, chama de capoeira, você não sabe que isto dá dinheiro e que chama sistema agro florestal. E eu trouxe um monte de sementes de lá”.

## **Organizações**

Nem todos os entrevistados são ligados a organizações de defesa ecológica diretamente. Alguns fazem um trabalho às vezes solitário, às vezes em parceria com outros defensores.

As informações aqui relacionadas foram relatadas pelos entrevistados ou retiradas literalmente de material fornecido pelos mesmos, como folders, panfletos, informativos, sites.

Relato aqui algumas organizações citadas no item anterior.

### **1. ONG Rio Terra**

Fala sobre ela o próprio Aléxis.

- “A organização nasceu em 1997 da união de vários amigos. Praticando mergulho vimos necessidade de realizar algum tipo de ação pra combater a quantidade de lixo, ou pra gente poder dar uma força pro meio ambiente, fazer algum trabalho social, algum trabalho na área que gostássemos, que era área ambiental e que pudesse surtir algum efeito. Nós começamos a trabalhar, aprendemos muito, estamos aprendendo muito com o processo,

nos organizamos para fazer a limpeza de rios e então nós começamos a fazer essas limpezas. Em 1998 nós fizemos a 2ª limpeza, e já estruturamos o *Projeto Mutirão das Águas*, para em 1999 trabalhar diferente, porque nós vimos que aquele trabalho pontual, ele tinha uma mensagem, mas não era tão eficaz quanto a possibilidade de nós entrarmos nas escolas fazendo palestras, fazendo trabalhos com as crianças e vendo como é que poderíamos atingir as diferentes faixas etárias. O nosso projeto hoje acontece no início do ano letivo, então nós levamos para as escolas palestras técnicas para o 2º grau e universitários, em uma linguagem simplificada, através de teatro de fantoches para poder trabalhar com as crianças. Realizamos esse trabalho durante todo o ano e depois, no final do ano, fazemos o fechamento, que é o mutirão. Teve agora o 9º mutirão, que foi realizado dia 30 de outubro”.

O trabalho de mutirão já se realizou em vários locais: “No rio Guaporé, Balneário do Sul, Caracol e Rio Preto, em diversas partes do Rio Preto, nós trabalhamos muito no Balneário do Rio Preto, quatro vezes, porque ali havia uma concentração muito grande de materiais, de resíduos sólidos. Hoje não vou dizer que o local está 100% limpo, mas as condições estão muito melhores, te digo por exemplo de algumas espécies de peixes que são extremamente seletivas quanto ao meio que vivem, hoje já estão de volta no local. Nós acompanhamos isso, porque antes do mutirão nós já mergulhávamos no Rio Preto, há mais de 10 anos, então nos últimos dois anos algumas espécies de peixe, por exemplo o Jaú, que é extremamente seletivo, estão voltando a repovoar, recolonizar seus ambientes (...) No dia da limpeza nós dividimos as equipes de terra e água, a equipe de terra faz o trabalho de sensibilização e coleta de lixo da superfície, e senso, eles fazem senso estatístico pra ver o perfil do usuário. Nós não realizamos essa atividade todos os anos, nas nove edições, alguns anos nós fazemos, outros anos não. Fazemos a coleta seletiva, a separação de

resíduos sólidos, a distribuição de material, e lógico, sacolas, para que as pessoas não façam com que aquele panfleto, aquele material informativo, vire mais lixo no local, então a gente instrui no sentido de usarem as sacolas para que estejam acomodando o lixo que estão produzindo no acampamento, fazemos todos esses trabalhos.”

ONG Rio Terra

Rua Major Amarante, 727. Bairro Arigolândia

Porto Velho – Rondônia Cep. 78902-180

[www.aguadoceamazonia.com](http://www.aguadoceamazonia.com)

(69) 223.6191

## **2. ECOPORÉ – Ação Ecológica Guaporé**

A ECOPORÉ legalizou-se como pessoa Jurídica em 25/06/88 na cidade de Rolim de Moura/RO, denunciando o brutal processo de desmatamento, opressão às populações tradicionais e exploração predatória dos recursos naturais. Somando a isto trabalhos concretos de intervenção na realidade regional, participando em políticas públicas, profissionalizando pessoas e executando projetos de cunho ambiental.

São objetivos da ECOPORÉ, a defesa incondicional de áreas protegidas, como Reservas Extrativistas, Terras Indígenas, Reserva Biológica do Guaporé, Reservas Legais (em propriedades particulares) e Matas Ciliares.

Tem participado em políticas públicas defendendo o desenvolvimento regional, social e ambientalmente sustentado, atuando em parceria com a sociedade civil organizada, em programas e projetos como Planaflo.

Além de uma pequena biblioteca e videoteca à disposição da comunidade, promove seminários, palestras, realização e divulgação de pesquisas, campanhas e edição periódica de boletins repassando informações de cunho ambiental, como o material de apoio e informação técnica para a *Campanha de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares*, que tem a finalidade de sensibilizar produtores rurais e a sociedade de Rondônia para o grave problema da destruição das florestas nativas e da biodiversidade nas áreas ocupadas pela colonização.

A acelerada queda dos preços dos produtos tradicionalmente explorados pelas populações extrativistas, em especial borracha e castanha, implica na busca de respostas para a substituição da base econômica. Assim, desenvolve e presta assistência técnica a projetos de manejo florestal como a *Organização de Extrativistas do Vale do Guaporé*, somando esforços aos extrativistas organizados em associações locais, à Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR e outras ONG's locais, nacionais e internacionais.

Resex são unidades de conservação de uso direto, ocupadas tradicionalmente por seringueiros, ribeirinhos e outros extrativistas, que neste momento buscam alternativas inovadoras através de ações de desenvolvimento econômico, social e ambiental, propiciando assim a permanência do homem na floresta. Como por exemplo, o *Tecido da Floresta*.

O Tecido da Floresta é um produto feito a partir da extração do látex da seringueira, obedecendo rigoroso controle de qualidade. Conhecido regionalmente como Couro Vegetal é emborrachado, encerado e encauchutado num processo artesanal, pelos seringueiros das Resex.



No Manejo Florestal Comunitário em Resex, que acontece nas Resex Aquarirquara, Cautário e Rio Preto Jacundá, as comunidades são capacitadas a cada fase do processo e pretende-se chegar a autogestão, fortalecimento e autosustentação.

A partir de 1991 as comunidades das Resex Curralinho e Pedras Negras estão sendo capacitadas para a autogestão do projeto e da alternativa econômica do Ecoturismo, oferecendo e aplicando o turismo consciente, garantindo a integridade das Resex e sustentabilidade das comunidades.

Atualmente proporciona equipe comunitária capacitada, trilha interpretativa da Borracha, passeio nos lagos de igapó e hospedagem na Pousada Ecológica Pedras Negras (capacidade para 12 pessoas), dentro da Resex.

ECOPORÉ – Ação Ecológica Guaporé

Rua Rafael Vaz e Silva, 3335 – Bairro Liberdade

Porto Velho – Rondônia Cep. 78904-120

ecopore@enter-net.com.br

(69) 221.5021

### **3. Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado de Rondônia**

São atividades do Batalhão:

Apreensão e soltura de pássaros e animais silvestres através da Fiscalização de criadores de passeriformes, como por exemplo, Curiós (*Orizoborus Angolensis*) e Bicudos (*Orizoborus Brasiliensis*), em acelerado processo de extinção.

Patrulhamento Fluvial para verificar crimes de pesca predatória, garimpos ilegais, desmatamento de matas ciliares e poluição hídrica.

Coibir a poluição por resíduos sólidos (lixo). Monitoram áreas onde se encontram pessoas que depositam lixo a céu aberto em locais proibidos, próximos a mananciais d'água, logradouros públicos e residências.

Policimento Rural. Execução do policiamento ostensivo rural com fins de repressão à criminalidade que age nas fazendas, chácaras e sítios.

Reprimir Crimes de Mineração Ilegal, com ações rotineiras de repressão a estas práticas criminosas, que ocasionam degradação de alto impacto ao meio ambiente, tornando-o quase sem recuperação.

Repressão aos estabelecimentos com atividades sonoras com volume além do permitido, que estejam operando com volume acima do permitido na legislação estadual - 55 db (decibéis) durante o dia e 45 db à noite.

Desenvolve práticas educativas de forma sistêmica e lúdica sobre o meio ambiente, atendendo ao público infantil, adolescente ou adulto.

Com este objetivo, o Comandante Josenildo Jacinto do Nascimento está dando andamento (construindo as instalações físicas) a um projeto nos moldes do *Programa Beija-flor* da PM de São Paulo, que se trata do *Centro Temático de Educação Ambiental*, fala o Comandante sobre seu projeto:

“Sair do padrão normal de ensino, tematizar as salas. Na medida que a criança, o adolescente, o adulto chegue para ter aqui as informações referentes ao assunto, ele poder entrar na sala e já se identificar. Os quatros temas são: biodiversidade, recursos hídricos, poluição e cidadania ambiental. Elas estarão decoradas, vão ter o aspecto do assunto que estamos trabalhando. A idéia é sempre dar uma noção local e regional e depois globalizar,

pra dizer que o meio ambiente não tem fronteira. Finaliza-se com um tema da cidadania ambiental”

O Batalhão também edita bimestralmente o informativo *Guardião da Natureza*.

Batalhão de Polícia ambiental – RO

BR 364, Km 22.

Candeias do Jamari – Rondônia Cep 78938-000

[www.pm.ro.gov.br](http://www.pm.ro.gov.br)

[bpmamb@pm.ro.gov.br](mailto:bpmamb@pm.ro.gov.br)

(69) 230-1088 / 230-1777 / 230-1274

#### **4. KANINDÉ – Associação de Defesa Etno-Ambiental**

É filosofia da Kanindé buscar a harmonia entre o ser humano e a natureza, preservar a integridade dos povos indígenas e suas culturas e contribuir para um desenvolvimento justo e ambientalmente sustentável para todos.

Tem como Missão buscar a harmonia entre o homem e a natureza, participando de um desenvolvimento justo e ambientalmente sustentável.

A Kanindé é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 17 de novembro de 1991, por um grupo de pessoas que trabalhavam com o povo indígena Uru-eu-wau-wau (povo Jupaú e Amondawa) e na defesa do meio ambiente em Rondônia.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se as atividades de vigilância e fiscalização da Terra Indígena - TI Uru-eu-wau-wau e do Parque Nacional de Pacaás-Novos (RO), assessoria a organizações indígenas, laudos de impacto ambiental,

estudos e diagnósticos, avaliações ecológicas rápidas, educação ambiental, elaboração de projetos e acompanhamento de políticas públicas.

Seu corpo técnico é formado de profissionais de diversas áreas, como biologia, agronomia, engenharia florestal, história, geografia, cartografia, saúde, informática, marketing, fotografia, além dos importantíssimos indígenas mateiros, guias e estudantes que constantemente colaboram com nosso trabalho.

As principais características de seus associados são o respeito ao meio ambiente e aos povos indígenas, profissionalismo, alegria, justiça, gosto pela aventura, conhecimento da floresta e a luta por uma qualidade de vida melhor.

A Kanindé executou com o apoio do WWF um projeto de proteção da terra indígena Uru-eu-wau-wau e acompanhamento de políticas públicas. Executou também, com recursos do Planaflo, um projeto de alternativas econômicas, saúde e proteção da terra indígena. Em parceria com a FUNAI, o *Diagnóstico Etno-Ambiental Participativo da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau*. Atualmente executa, também em parceria com a FUNAI a *Reavivitação da TI*, que dos 870 Km de perímetro está reavivitando 274 Km de divisa seca.

A *Associação Jupaú* está buscando sua autonomia em elaboração e gerenciamento de projetos que visem a manutenção da integridade física e cultural do povo Jupaú.

KANINDÉ – Associação de Defesa Etno-Ambiental

Avenida Dom Pedro II, 1891. Sala 07 – Bairro Nossa Senhora das Graças

Porto Velho – Rondônia Cep. 78901-150

[www.kaninde.org.br](http://www.kaninde.org.br)

[kaninde@kaninde.org.br](mailto:kaninde@kaninde.org.br)

## **5. Associação dos Produtores Alternativos - APA**

A origem da APA compreendeu um processo de análise objetiva da realidade local feita pelos produtores, o que os levou a um projeto de horticultura e apicultura executado em 1987, que envolveu inicialmente 08 famílias. Porém, com grande potencial de replicação, o escopo maior do grupo neste início era a questão da segurança alimentar das famílias.

Em 1990, a implantação de *unidades experimentais de Sistemas Agroflorestais – SAFs*, eram compostas de espécies frutíferas, palmáceas e madeiráveis nativas com potencial econômico de médio e longo prazos.

Em 1991 o número de famílias envolvidas já passava de 20 e em 28 de outubro de 1992 foi realizada a Assembléia de fundação da Associação dos Produtores Alternativos – APA, com 29 assinaturas de produtores da região de Ouro Preto do Oeste.

A partir de 1995, a APA assumiu a condução de 120 Unidades Demonstrativas de Consórcios Agroflorestais com espécies regionais. Em 1996 a produção de mel já alcançava 10 toneladas/ano e iniciava o beneficiamento artesanal de polpas de frutas regionais por diversas famílias, bem como o aumento da comercialização desses produtos no comércio local. Em 1997 já chegava a quase 100 o número de famílias associadas e a proposta de produção alternativa ganhava outros vieses.

Os anos de 1998 e 1999 foram de grande êxito na implantação de novas áreas de Sistemas Agroflorestais – SAFs e de novos núcleos apícolas. Em função disso foi

aumentando o número de produtores interessados em se envolver nas ações, o que fez a APA estabelecer uma proposta de assistência técnica diferenciada.

Desde 2001 a APA está buscando consolidar sua planta agroindustrial em 5 (cinco) linhas: Indústria de palmitos de pupunha em conserva; Indústria de polpas de frutas; Indústria de beneficiamento de mel e outros produtos apícolas; Unidade de produção de doces e geléias; A consolidação das agroindústrias citadas irá beneficiar cerca de 600 famílias nos 06 municípios da região. Em 2003 foram negociados os primeiros lotes de palmito de pupunha para o mercado europeu. Em 2004 foram embarcadas novas remessas do produto para a Europa.

Nos últimos 04 anos, importantes ações na área do meio ambiente foram desenvolvidas pela APA em parceria com outras instituições visando a recuperação de áreas degradadas.

A APA hoje é a executora do PROAMBIENTE, um importante programa de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, formando o pólo de Ouro Preto do Oeste com 500 famílias envolvidas no processo.

Os beneficiários diretos das ações da APA são 250 famílias de produtores associados, mas cerca de 600 famílias são beneficiadas direta e indiretamente com as atividades mantidas pela APA.

Associação dos Produtores Alternativos - APA

Av. Gonçalves Dias, 3671 – Bairro Bela Floresta

Ouro Preto do Oeste – Rondônia Cep. 78950-000

apa@ouronet.com.br

(69) 461-2059 / 461-1844 / 461-2059

**Apêndice D**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ENTREVISTA**

Doutorado Interinstitucional em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano –  
USP/SP.

**Tema:**

Ecopsicologia e Juízo Moral : Vozes da Liderança Ambiental em Rondônia

Eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (documento de identidade) declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista concedida em \_\_\_\_/ \_\_\_\_\_ de 2004, conforme os itens abaixo relacionados:

- ( ) Integralmente
- ( ) Em partes
- ( ) Com descrição de minha identidade
- ( ) Com descrição da Instituição a que sou ligado(a)

Sem restrições de prazos e citações, desde a presente data.

Da mesma forma, autorizo a utilização das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a Vanessa Aparecida Alves de Lima.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, para a doutoranda Vanessa Aparecida Alves de Lima.

\_\_\_\_\_

# ANEXOS



## **Anexo A**

### **Os Oito Pontos da Ecologia Profunda de Arne Naess** (Höefell, 1996 e 1999)

1. O florescimento de seres vivos humanos e não humanos tem valor intrínseco. O valor de seres não humanos é independente de sua utilidade para propósitos humanos;
2. A riqueza e a diversidade de formas de vida na Terra, incluindo formas de culturas humanas, têm valor intrínseco;
3. Os seres humanos não têm o direito de reduzir esta riqueza e diversidade, exceto para satisfazer necessidades vitais;
4. O florescimento da vida e culturas humanas é compatível com uma população humana substancialmente menor;
5. A presente interferência humana com o mundo não humano é excessiva e a situação está piorando;
6. Os pontos acima mencionados indicam que mudanças são necessárias na forma dominante com que os humanos têm se comportado em sua relação com a Terra como um todo. Estas mudanças irão, de uma maneira fundamental, afetar estruturas políticas, sociais, tecnológicas, econômicas e ideológicas;
7. A mudança ideológica em países ricos será principalmente a de aumentar o apreço por qualidade de vida, do que a busca de um alto padrão material, desta forma

preparando um estado global para um desenvolvimento ecologicamente sustentável;

8. Aqueles que subscrevem os pontos mencionados têm uma obrigação direta ou indireta de tentar implementar as mudanças necessárias por meios não violentos.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)